

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Envieiramento de Porta-Enxertos de Pessegueiro para a produção de plantas destinadas a distribuição aos Agricultores da região e aos trabalhos da própria Estação Experimental de Pelotas.

ANO LVIII

MARÇO-ABRIL, 1955

RIO DE JANEIRO — BRASIL

TRATORES ALEMÃES PARA OS CAMPOS DO BRASIL



Procedentes de Hanover, Alemanha, acabam de chegar ao nosso pôrto as primeiras unidades de tratores "Hanomag". Esses instrumentos de trabalho agrícola, que são atualmente os mais utilizados pelos agricultores europeus, vêm consignados à firma Gastal S. A. Comércio e Indústria, revendedora da fábrica Hanomag no Brasil.



TRECHO DO SALTO DOS PATOS

Mar. Abril - 1955

SUMÁRIO

	Pág.
DEFESA DO PATRIMÔNIO FLORESTAL DO BRASIL — Prof. Arthur Torres Filho	1
DESENVOLVE-SE A PROPAGANDA AGRÍCOLA NO BRASIL — José A. Vieira	5
PEIXES DE ÁGUA DOCE — Nóbrega de Siqueira	7
COBERTURAS DE SOLOS EM POMAR DE PESSEGUEIROS	8
TILÁPIA "O peixe de que o caboclo do Brasil está precisando" — Oscar B. Bezerra	9
ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CAUSAS DO DESGASTE EXCESSIVO DOS MOTORES NOS TRATORES AGRÍCOLAS — Alfredo Saad	10
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO PARA A CAMPANHA TRITÍCOLA NO ANO AGRÍCOLA DE 1954/1955	12
NOTICIÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO	16
NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	16
ORIGEM DO VOCABULÁRIO "ABACAXI" E "ANANAZ"	18
NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES	19
CONSULTAS — Eng. Agr. Geraldo G. da Silveira	19
PRECISAMOS ESTIMULAR O PLANTIO DE ESSENCIAS FLORESTAIS — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	21
TRINTA E CINCO ANOS DE BONS E RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS A SOC. NAC. DE AGRICULTURA	22
ASSOCIATIVISMO RURAL	24
LIVROS E PUBLICAÇÕES — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	26
III CONCENTRAÇÃO RURAL REGIONAL	27
SEGUROS DE ANIMAIS	28
POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA OS GRAVES E URGENTES PROBLEMAS DA POLÍTICA CAFEEIRA	30
AINDA A SITUAÇÃO DO CAFÉ	35
COMO FORMAR UM AMBIENTE PROTETOR PARA O SEU REFLORESTAMENTO — Eng. Agr. Alceo Magnanini e Técnico-sivicultor Ademar Coimbra Filho	36
A CULTURA DE TRIGO NO BRASIL	38
MINISTÉRIO DAS COOPERATIVAS	40
O CENTENÁRIO DA FAZENDA ALMADA	42
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA	44
A BIBLIOTECA DA S.N.A.	51
OS AGRÔNOMOS NO BRASIL — Maurício Jopperty da Silva	55

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Suplente**, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. **Suplente**: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

MARÇO - ABRIL — 1955

Defesa do Patrimônio Florestal do Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Deliberou a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura orientar uma campanha de âmbito nacional pelo florestamento e reflorestamento tendo em conta os efeitos mediatos e imediatos na economia agrícola do País das queimadas e derrubadas indiscriminadas, cujos efeitos já se fazem sentir de modo alarmente no regime climatérico, com fortes estiagens, e na sensível queda da fertilidade do solo.

Em relação ao revestimento florístico, poder-se-á dividir o Brasil em três grandes regiões: a primeira, equatorial ou amazônica — a chamada Hiléia Brasileira — de grandes florestas e possuidora de áreas campestres; a segunda, de transição entre o Brasil Oriental e Central, com a Zona dos Cocais (Maranhão e Piauí), compreendendo o Nordeste, que é a região mais afetada pelas irregularidades pluviométricas e sendo aquêle em que o reflorestamento racional exige maiores cuidados, abrangendo, também, a Zona Sertaneja ou do Sertão; e, finalmente, a terceira, nela compreendidas as Região Central, a Zona Litorânea e a Faixa Marítima.

As regiões fitogeográficas comportam subdivisões, por efeito, sobretudo, do relêvo do território brasileiro, afetando a flora, devido ao regime higrométrico. A zona de matas costeiras, que se estende do Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, às serras do Rio Grande do Sul, é beneficiada pelas chuvas. As matas costeiras, que compreendem uma faixa, por vezes, de mais de 200 Kms., são aquelas que mais tem sofrido devastações, que começaram nas penetrações pelos colonizadores. Nessas florestas é onde se encontram preciosas essências florestais, como os jequitibás, jacarandás, cedros, ipês, perobas, sucupiras, etc., que já se vão tornando escassas e valiosas, exigindo defesa e reflorestamento. No sul é onde se registra a valiosíssima zona dos pinheirais que, pelo seu alto valor econômico, representa, sem dúvida, o setor mais valioso do nosso patrimônio florestal, exigindo todos os desvelos, quer dos particulares, quer das esferas administrativas. A flora da Faixa Marítima, sujeita, como se acha, à variação

climatérica, não é tão rica e se caracteriza por plantas têxteis, alimentares e medicinais.

É certo que as condições de relêvo (montanhas, planaltos e planícies) e clima exercem influência decisiva no revestimento florístico do Brasil, que está exigindo o máximo de atenção para que com a exploração florestal empírica e sem a preservação de reservas, não caminhemos para a destruição irremediável com a formação de desertos nos lugares de antigas florestas.

A Sociedade Nacional de Agricultura vem se dirigindo às municipalidades de todo o Brasil num patriótico apêlo para que cooperem na Campanha pelo Reflorestamento do Território Nacional, protegendo as matas, porquanto cada Município deve ter 25 % de seu território florestado, como fator fundamental de equilíbrio climático, conservador do solo, controlador de mananciais e regulador de cursos d'água. Foi recomendada a regulamentação do corte de tôdas as espécies florestais, principalmente daquelas de maior consumo, e a modernização das serrarias, para um maior aproveitamento da matéria prima.

Esse apêlo está encontrando bôa recetividade, já tendo respondido ao inquérito 300 municipalidades, propondo-se a manter uma gleba florestada de reserva e para distribuição de mudas e sementes a preços módicos. A tôdas, foram solicitadas informações de como se exerce a fiscalização no tocante às queimadas e derubadas.

Como foi registrado no 1.º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em 1953 em Curitiba, paira a ameaça de virmos a perder o domínio da exploração do pinho, com a evasão, por contrabando, de pinhão, isto é, de sementes de araucária. Essa denúncia, sem dúvida grave, seria a repetição, em nossa história econômica, do sucedido à borracha, à herva-mate, à citricultura e outras riquezas agrícolas naturais do Brasil.

Advogamos o estímulo pelo financiamento do plantio de essências florestais por parte de particulares e de emprêsas que, obedecendo a normas técnicas, se proponham à plantação, conservação e renovação de florestas.

A Sociedade Nacional de Agricultura vem se preocupando com a necessidade de um movimento nacional de defesa do nosso patrimônio florestal, que deverá começar nos cursos primários e prosseguir nos secundários para terminar no superior com o ensino da silvicultura.

“FOSFATO OU ESCÓRIA THOMÁS”

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agentes em S. Paulo e Rio :

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572

— Endereço Telegráfico: “SALITRE” —

RIO DE JANEIRO

DESENVOLVE-SE A PROPAGANDA AGRÍCOLA NO BRASIL

JOSE A. VIEIRA

Diretor do Serviço de Informação Agrícola

Com o desenvolvimento do Ministério da Agricultura, nos últimos anos, vem progredindo, também, a divulgação dos assuntos referentes à economia agrária do país.

Criado em 1940, o Serviço de Informação Agrícola tem evoluído animadoramente, embora, por falta de maiores recursos, ainda não conseguiu levar às populações do interior, em extensão e profundidade, os benefícios da difusão dos ensinamentos, conselhos e orientação dos técnicos e das autoridades. Mesmo assim, a obra do S. I. A. é bastante apreciada por quantos a conhecem ou dela se têm valido. Algumas Secretarias de Agricultura Estaduais possuem, também excelentes serviços de divulgação ou publicidade agrícola, destacando-se as de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Contudo, tais serviços são de âmbito restrito e não reúnem o conjunto de atribuições e modalidades como as que desenvolve o Serviço de Informação Agrícola, visando a todo o território nacional.

Atualmente, conta o S. I. A. com uma Biblioteca e seis seções, a saber: Documentação, Publicações, Consultas e Informações. Extensão Agrícola, Divulgação e Administrativa.

A sua Biblioteca, que funciona como Biblioteca Central do Ministério da Agricultura, possui cerca de . . . 28.000 volumes, abrangendo trabalhos os mais valiosos e diversos, de interesse para especialistas, estudiosos e produtores, que podem acompanhar os progressos técnicos e científicos da agricultura mundial através das referências contidas nas "Notícias Bibliográficas", mensalmente editadas.

A Seção de Documentação, depois do incêndio ocorrido em março de 1953, acha-se em fase de restauração, realizando

os trabalhos próprios e solicitando, das organizações agrícolas, material disponível, principalmente documentos e fotografias. Como documentação da vida rural, realiza dois planos importantes: o do Calendário Agrícola do Brasil (já foram publicados os referentes aos Estados de São Paulo, Paraná e Distrito Federal, encontrando-se em impressão o de Minas Gerais); e a série de monografias sobre aspectos regionais característicos das atividades ruralistas, já se tendo editado sete trabalhos desse gênero, por autores consagrados nas respectivas especialidades. Elabora, ainda, o Relatório Anual do Ministério da Agricultura, com os elementos fornecidos pelos seus diversos órgãos.

LIVROS E FOLHETOS

Quanto a publicações, o S. I. A. distribui cerca de quinhentos mil exemplares anualmente, pelo preço de custo ou gratuitamente para entidades interessadas. São folhetos e livros, de natureza técnica, destinados, sobretudo, a orientar os lavradores e criadores nas suas tarefas de produção.

Merece destaque especial a grande obra do "Dicionário das Plantas Úteis do Brasil", com três volumes publicados. A Seção de Publicações compreende os setores de impressão (Multilith), posto de venda e expedição. A maioria dos trabalhos é, porém, impressa em oficinas de outras entidades públicas ou particulares, neste caso, mediante concorrência pública, o jornal mensal "Informação Agrícola", com 10 mil exemplares de tiragem, é remetido às associações rurais, prefeituras municipais, autoridades e outros interessados.

A Seção de Consultas e Informações atende pessoalmente, por telefone ou por

carta, a mais de cinco mil interessados, por ano. Um de seus trabalhos mais úteis é o que se refere à disseminação de "comunicados técnicos", para os jornais do interior, revistas especializadas e páginas agrícolas dos grandes jornais diários das Capitais. Elevam-se a mais de cento e trinta mil páginas mimeografadas os "comunicados" anualmente distribuídos.

EXTENSÃO AGRÍCOLA

Em 1954, com o novo regimento do S. I. A., foi criada a Seção de Extensão Agrícola, para reunir atividades típicas, como "semanas ruralistas", cursos de educação rural, missões rurais, cursos de economia doméstica e indústrias rurais caseiras, bem assim a campanha dos clubes agrícolas escolares. Já no ano passado, foram realizadas treze semanas ruralistas, nas diversas regiões do país, com a colaboração das autoridades estaduais, municipais e eclesiásticas, além dos técnicos do Ministério sediados no interior. Mais de trinta mil pessoas se beneficiaram com esses certames, através de palestras, demonstrações práticas e exibições cinematográficas.

A campanha dos clubes agrícolas, mantida há vários anos, está sendo melhor estudada para a adoção de rumos mais objetivos, em consequência do levantamento da situação dessas pequenas organizações, espalhadas pelos diferentes pontos do território nacional. O que se pretende é a instalação de, pelo menos, um clube agrícola modelo em cada uma unidade da Federação e também o preparo de dirigentes para essas organizações, de forma a permitir o seu desenvolvimento e manutenção independentes da ajuda governamental, depois de um ou dois anos dessa assistência.

DIVULGAÇÃO

A obra de divulgação para as massas é feita através dos setores de Imprensa, Rádio e Cinema, num trabalho de vulto, que tem merecido satisfatória aceitação. Diariamente o S. I. A. fornece noticiário aos jornais, agências telegráficas e emissoras sobre as principais atividades do Ministério, notadamente os atos e resoluções do titular da Pasta. No ano passado, além de milhares de cópias fotográficas, foram distribuídas cerca de duas mil e oitocentas notícias diversas, tendo sido enviadas, para mais de quatrocentos jornais do interior seleções quinzenais daquele noticiário, que alimenta e anima várias campanhas de interesse da economia nacional.

O setor de Radiodifusão Rural prepara, diariamente, dois informativos de cinco minutos para quatro emissoras cariocas. Aos domingos, das oito às nove, transmite o programa **TERRA BRASILEIRA**, em colaboração com a Rádio Ministério da Educação. E ainda remete, para duzentos e cinco emissoras do interior, semanalmente, um programa de quinze minutos. Foram tomadas diversas providências relacionadas com a nossa guarda e instalação da aparelhagem destinada ao funcionamento da Rádio Rural. Possui, o Serviço, dois excelentes transmissores de ondas curtas; estúdios, com ar condicionado, no edifício-sede do Ministério; terreno em Benfica, e dispõe, também, da concessão dos canais. Em face de obstáculos à construção do pavilhão para abrigo dos transmissores e início de funcionamento, o Ministério da Agricultura solicitou ao da Viação providências complementares para assegurar a respectiva licença, já há tempos outorgada. Com a cooperação das entidades agrícolas, a radiodifusão rural tende a desenvolver-se no Brasil, de modo a prestar maiores serviços aos lavradores e criadores.

Em matéria de cinema agrícola, o S. I. A. chegou a produzir cerca de trezentos filmes, a maioria de propaganda e ilustração das atividades rurais. Infelizmente, o laboratório de cinematografia e a

filmoteca foram destruídos, quase totalmente, pelo incêndio ocorrido. Em virtude do alto custo da aparelhagem necessária, é demorada a re-instalação desse serviço, que, entretanto, está sendo levada a efeito, dentro das possibilidades atuais. A orientação firmada visa a preparar a implantação de um cinema educativo para as populações rurais, quer em 35 mm., quer em 16 mm., sendo que este está destinado a desempenhar papel relevante nos trabalhos de extensão agrícola e de divulgação técnica. Nesse sentido, numerosas são as solicitações das entidades públicas e particulares dedicadas a programas de educação extensiva no meio rural.

RECURSOS E PERSPECTIVAS

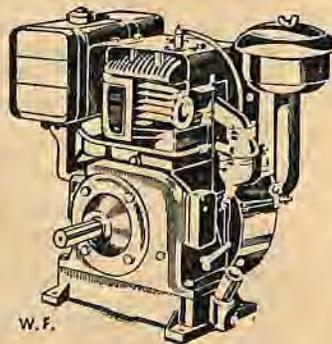
São esses os principais trabalhos que o Serviço de Informação Agrícola vem desenvolvendo em favor da agricultura nacional. Para essa obra dispõe, no ano passado, de recursos da ordem de vinte milhões de cruzeiros, compreendendo dez milhões para Ser-

viços e Encargos, seis milhões para Material e quatro milhões para Pessoal, integrado por quarenta e cinco titulados e noventa extranumerários mensalistas. Prestam, ainda, serviços, em regime especial, trinta colaboradores.

Um índice da atividade de S. I. A. é revelado pela movimentação de mais de quarenta mil fichas anuais através da Seção Administrativa, que mantém o protocolo do Serviço e trata de tudo quanto se relaciona com pessoal, material, orçamento e comunicações.

Caminha, assim, o Serviço de Informação Agrícola para se transformar não só no órgão típico de relações pública do Ministério da Agricultura, mas também num grande centro de informações da economia rural brasileira, procurando, ainda, estabelecer uma verdadeira rede nacional de divulgação agrícola, de modo a mobilizar a opinião pública do país em favor do maior desenvolvimento e racionalização das suas atividades agro-pecuárias.

PARA O CAMPO E A INDÚSTRIA



W. F.

MOTORES
À GASOLINA
DE 1 À 8 HP
4 TEMPOS
REFRIGERADOS À AR



A FONTE
DE
POTÊNCIA
PREFERIDA
EM
TODO MUNDO

SERVIM-LO COM PRAZER
Borghoff S.A.
COMERCIO E TÉCNICA

RIO DE JANEIRO: RUA RIACHUELO, 243
SÃO PAULO: AV. GEN. OLÍMPIO DA SILVEIRA, 63/77

"Peixes de água doce" -- novo livro de Eurico Santos

NÓBREGA DE SIQUEIRA

Iniciando, há anos, minha colaboração neste Boletim, todos os meses aqui venho publicando um artigo sobre Cooperativismo, na presunção de ser útil à divulgação dessa doutrina solidária que, apesar dos fatores adversos que tem defrontado, vem tendo boa aceitação em nosso país, sobretudo junto aos que se dedicam ao trabalho do campo, ao árduo labor agrícola, que era nobre desde os tempos de Cincinatus.

Hoje, contudo, quero interromper a série, para, tratando de assunto diferente, registrar o aparecimento dum novo livro de Eurico Santos, "Peixes da Água Doce", curioso e útil trabalho de 270 páginas, com inúmeras ilustrações em preto e algumas em tricromia, que vem de ser lançado pela Editora F. Briguiet & Cia.

Duplamente colega de Eurico Santos, no Serviço de Economia Rural e na imprensa diária desta Capital, sempre prestei o preito de minha homenagem a esse incansável trabalhador, ao qual o sábio Artur Neiva, no prefácio a um livro, chamou igualmente de sábio.

Durante anos, acompanhei a vida edificante desse ilustre naturalista e divulgador, cujo nome transpõe as águas atlânticas, para ir dizer, lá fóra, através de seus livros, que o Brasil não é apenas samba, futebol, macacos e pitangas, àqueles que vivem na suposição de que Buenos Aires é a nossa capital e de que São Paulo é um protetorado italiano enquistado em pleno chão da América meridional.

Vi nascer, portanto, página por página, gravura por gravura, capítulo por capítulo, não apenas este livro de Eurico Santos, como também "Anfíbios e Répteis do Brasil", "Da Ema ao beija-flor", "Pássaros do Brasil", "Entre o gambá e o macaco", "Nossos peixes marinhos", "Caças e Caçadas", "Manual do Amador de Cães", isto para me reportar àqueles cujos nomes tive na memória, e outras e outras obras de fôlego, de pesquisa tenaz, de paciência digna dum holandês.

Concomitantemente, fui testemunha diária das atividades do servidor zeloso, ao qual coube, durante muitos anos, os traba-

lhos de elaboração de notas para a imprensa desse importante setor da administração nacional, que é o Serviço de Economia Rural, até o dia em que, por ter atingido a idade limite, foi compulsado com reduzidos proventos, o que bem revela que, em nosso país, vale mais ter-se um bom padrinho político, do que talento e ilustração, postos a serviço de nossos foros de cultura.

Neste livro "Peixes da Água Doce", Eurico Santos segue a mesma linha traçada nos seus trabalhos anteriores, reunidos na Série "Zoologia Brasileira", da Editora Briguiet.

Ao lado das observações de ordem puramente científica, Eurico Santos conta-nos passagens curiosas e interessantes ligadas à vida dos peixes, realizando igualmente incursões ao mundo do "folclore", o que ameniza as páginas de seu alentado tratado, tornando sua leitura amável, ao mesmo tempo que útil. Honesto, dessa honestidade profunda que não se limita a pagar duplicatas nos dias de seus vencimentos, e sim a ser probo em todas as suas ações, Eurico Santos, sempre que as conclusões a que chega não têm origem em suas pesquisas e observações pessoais, registra a fonte onde as buscou, os nomes dos livros a que recorreu, bem como os seus autores.

Para documentar esta assertiva, aqui vai transcrito um breve trecho do prefácio de "Peixes da Água Doce":

"Procurei, efetivamente, compulsando o que de melhor já se fez, neste sentido, organizar um trabalho de absoluta utilidade, honesto nas afirmações, escudado na ciência, mas sem o sibilino da sua linguagem. Não pude, é claro, abster-me dos nomes científicos da sistemática que a muitos se afigura puro pedantismo, mas que a clareza e a boa compreensão do assunto os reclamam".

Está aí, portanto, na própria definição de seu autor, aquele sentido intermediário a que me referi, entre o científico e o vulgar, que Eurico Santos tão bem sabe dosar em seus livros, tornando-os importantes para os técnicos, curiosos e ilustrativos para os leigos.

"Peixes da Água Doce" é, portanto, um livro admirável, e é também mais uma dívida que o Brasil assume para com esse grande naturalista e divulgador, a quem o saudoso Artur Neiva não negou o título de sábio.

Não quero, todavia, encerrar esta crônica, despida de qualquer sentido crítico ou apologético, sem que, destas colunas, dirija um apêlo ao Deputado Lopo Coelho, que, inspirado num artigo de minha autoria e numa reportagem de Eneida de Moraes, publicada no "Diário de Notícias", apresentou à Câmara um projeto elevando ao padrão "N" os proventos de aposentadoria de Eurico Santos, a fim de que este, que não contava trinta anos de efetivo exercício, não continue a perceber mensalmente apenas três mil cruzeiros, ou seja, pouco mais do salário mínimo vigente do Distrito Federal...

Urge ponderar, todavia, que projetos são apresentados às centenas nas duas Casas do Congresso, sendo que muitos deles morrem nos escaninhos das comissões técnicas, sem nunca chegar ao plenário. Assim sendo, é preciso que o deputado Lopo Coelho, que tem sido, no Palácio Tiradentes, um intransigente defensor da causa dos "Barnabês", tome interesse pela rápida tramitação desse projeto, não só na Câmara, como no Senado, a fim de que o Presidente da República, sancionando-o, possa praticar um legítimo ato de honra ao mérito, possa premiar, em nome da Nação Brasileira, uma vida alta e um escritor e publicista cujos livros constituem um verdadeiro manancial de sabedoria, o cientista, o sábio Eurico Santos que, com seus livros, muito concorreu para engrandecer e elevar nosso patrimônio científico e cultural. E essa dívida não deve prescrever, pois é dívida de honra.

(Transcrito do Boletim da C.C.P.L., Dez. 1954).

Leia
"A LAVOURA"

Cobertura de Solos em Pomar de Pessequeiros

O problema de como manter o solo dos pomares de árvores frutíferas, isto é, se permanentemente cobertas de grama, capinadas, mobilizados, etc., constitui um assunto de grande interesse para os fruticultores e, o processo a ser adotado varia, segundo o solo, o número de horas de irradiações solar, o regime das chuvas, etc., em cada região.

A maneira de manter o solo dos pomares, exerce influência direta sobre a conservação da fertilidade das terras e, portanto atua sensivelmente em relação à produção das árvores aí cultivadas.

Trata-se de um assunto ainda pouco estudado e cuidado entre nós e que requer especial atenção e cuidadosa investigação por parte das nossas Estações Experimentais, para bem poderem ser orientados os fruticultores neste particular.

Dentre as várias questões que a Estação Experimental de Pelotas, dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, vem estudando — quanto à nossa fruticultura, o problema da cobertura de solos em pomar de pessegueiros, está merecendo especial atenção.

Assim é, que naquela Estação Experimental, está sendo executado um grande experimento, no qual são estudados os seguintes tratamentos:

a — parcelas permanentemente gramadas, sendo a relva ceifada periodicamente;

b — parcelas perma-

nentemente capinadas e escarificadas;

c — parcelas capinadas durante o inverno e no verão cobertas por leguminosas;

d — parcelas capinadas no verão e no inverno cobertas por leguminosas;

e — parcelas permanentemente cobertas por "mulch" (capins ceifados e espalhados sobre o terreno em camada densa).

O experimento foi instalado em 1952, em blocos

Numa primeira análise, efetuada em relação ao desenvolvimento vegetativo das plantas, mediante cálculo estatístico de graus atribuídos, individualmente a cada planta, os tratamentos se classificaram da seguinte maneira:

I — em primeiro lugar:

— parcelas capinadas no verão e no inverno cobertas por leguminosas;

— parcelas permanentemente capinadas e escarificadas;



Detalhe do plantio dos porta enxertos no viveiro de pessegueiros.

ao acaso com quatro repetições, sendo as árvores espaçadas de 6,00 m em todos os sentidos; cada parcela apresenta 16 árvores; a variedade de pessegueiro usada como planta testadora das influências dos tratamentos, é a "Leader" e, nas bordaduras, entre as parcelas e em torno do experimento, empregou-se a variedade "Cristal", aquela própria para industrialização e essa para mesa.

Tôda a área do experimento acha-se convenientemente protegida, por curvas de nível, para controle da erosão.

— parcelas capinadas no inverno e no verão cobertas por leguminosas;

II — em segundo lugar:

— parcelas permanentemente cobertas por "mulch."

III — em terceiro lugar:

— parcelas permanentemente granadas, sendo a relva ceifada periodicamente.

É possível que, com o correr dos anos, venham a se registrar algumas modificações quanto à posição dos tratamentos agora classificados em primeiro e segundo lugar, porém, desde já pode-se concluir

(Continua na pág. seguinte)

TILÁPIA

O PEIXE DE QUE O CABOCLO DO BRASIL ESTÁ PRECISANDO

OSCAR B. BEZERRA

O Brasil está iniciando a criação da tilápia, o peixe maravilhoso que parece ter sido posto no mundo especialmente para alimentar o homem.

Pertence êle à família das carpas, mas se dá muito bem em águas tropicais. Quase sem espinhas, sua carne é excelente alimento e muito saborosa, tanto cozida, como frita, seca, salgada, defumada ou mesmo em conserva.

Êste peixe extraordinário que se pode qualificar de "danado", pois come, cresce e procria danadamente, alcança o tamanho adulto em quatro meses, quando pode atingir 22 centímetros de comprimento e 400 gramas de peso.

Um técnico diz que um só casal pode produzir 10.000 indivíduos em um ano. E não é coisa sobrenatural essa produção "blitz". O que acontece é que a fêmea põe os ovos, o macho os fertiliza e ela os recolhe em sua boca, onde os conserva durante 15 dias. Durante êsse período ela não abre a boca nem para comer. Quando nascem os alevinos ela os solta, mas se conserva junto a êles, vigiando-os. Se alguma coisa os ameaça, ela os recolhe novamente em sua cavidade bucal, para protegê-los. Aí uma das razões de sua grande produtividade.

A tilápia — 1) pode viver tanto na água doce como na salobra, nos córregos, lagoas, lagos, ala-

gadiços, valas, canais de irrigação e drenagens, tanques ou mesmo em barris de madeira; 2) atinge a maturidade em 4 meses e se reproduz durante o ano todo com 3 meses de intervalo, portanto 4 vezes em um ano; 3) não exige alimento especial e pode nutrir-se de pequenas plantas e animais aquáticos, embora aprecie muito certas sobras, como farelo de arroz, tortas, etc.; 4) é grande devorador de insetos e larvas, dando grande combate às larvas dos mosquitos, assim colaborando na extinção da malária; 5) auxilia a limpeza e conservação dos canais e valas de irrigação e de drenagem, consumindo grande quantidade das plantas aquáticas neles submersas; 6) ajuda a fertilizar a água dos lagos com o adubo de seus dejetos, pois digere rapidamente os insetos e plantas que come, além de que, revolvendo o fundo dos lagos em busca de alimentos, expõe as substâncias orgânicas, apressando assim a sua decomposição e tornando-as fertilizantes úteis.

O seu hábitat nativo é a colônia portuguesa de Moçambique. Hoje êle se espalha por tôda a Indonésia e a Tailândia, Filipinas e Malásia.

Ê tão proífero que de 200 exemplares importados de Tailândia em 1950, pela FAO (Food and Agriculture Organization) já em 1953 a população

dêsse peixe era estimada naquele país em 22 milhões de eemplares.

A tilápia está penetrando também na Indochina, Paquistão e Burma. Últimamente, Haiti e Jamáica também o importaram.

O Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura já o está distribuindo no país (1). Oxalá povoemos as águas do Brasil com esta autêntica maravilha!

(1) — A Universidade Rural, no km 47 da antiga rodovia Rio-S. Paulo, que recebeu, há 6 meses apenas, 20 exemplares, já distribuiu aos interessados 15.000 tilápias e ainda tem seus tanques de criação abarrotados dêsses peixes.

Cobertura de solos...

(Continuação da pág. 8)

que o terreno capinado e escarificado é sempre mais conveniente do que o terreno gramado, para os solos de pomar, o que é fácil de compreender, dada a concorrência natural que há entre as raízes do pomar, sugando a seiva e a umidade do solo e as raízes das plantas frutíferas.

No entanto, é preciso que os nossos fruticultores, observando as vantagens de manter o terreno capinado, não esqueçam de nele fazer as indispensáveis proteções contra a erosão, seja mediante terraceamento, seja mediante a construção das "cur-

(Conclui na pág. 11)

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CAUSAS DO DESGASTE EXCESSIVO DOS MOTORES NOS TRATORES AGRÍCOLAS

ALFREDO SAAD

Eng. Agrônomo

Durante a safra 51-52, na região agrícola do Município de Nova Granada, situada na 8.^a zona de Mecanização com sede na cidade de São José do Rio Preto, tivemos a oportunidade de registrar a existência de tratores agrícolas da quase totalidade de marcas e modelos existentes no Estado de São Paulo. Aliado de boa vontade e compreensão por parte da maioria dos possuidores de máquinas agrícolas, pudemos levar a efeito uma série de observações e experiências com tratores e máquinas que muito nos virá auxiliar em safras futuras no mister de orientar criteriosamente todos aqueles que se dedicam às fainas agrícolas motomecanizadas.

De início, porém, podemos afirmar que: muitos dos defeitos por nós contatados que seriam atribuídos à parte mecânica do motor, foram na verdade, provenientes em sua grande maioria da falta de conhecimento técnico e indispensável ao tratorista e pela negligência do mesmo em executar conscientemente as recomendações técnicas do fabricante do motor.

O que mais nos impressionou, quando percorremos as propriedades agrícolas e algumas oficinas, foi o grande número de tratores ainda novos necessitando de reparos quase que completos no motor.

Dentre os reparos que se faziam necessários, por nós constatados, citaremos apenas como ilustração os seguintes:

1. Ruptura do eixo-manivela com menos de 600 horas de funcionamento;
2. Substituição dos anéis de segmento com aproximadamente 300 horas de funcionamento;
3. Retificação da válvula com aproximadamente 500 horas de funcionamento;
4. Bielas fundidas com 400 horas de funcionamento;

5. Excesso de carvão, vazamentos, rupturas do carter, etc., em motores no máximo com 600 horas de funcionamento.

CAUSAS DO EXCESSIVO DESGASTE DAS PEÇAS VITAIS DO MOTOR

Dentre as inúmeras causas, citaremos aquelas que mais se evidenciam pelo número de vezes que foram constatadas e que podem ser facilmente solucionadas ou evitadas se o comprador das máquinas recorrer ao técnico, ouvindo-o e executando seus conselhos e instruções, sem o que estaremos fadados a possuir em pouco tempo um amontoado de ferro velho.

Assim:

1. Uso de óleo lubrificante de SAE não recomendado pelo fabricante do motor ou pelo técnico da firma vendedora da máquina, preferindo-se os conselhos de um "curioso" ou do vizinho da propriedade;

2. Mistura de óleo lubrificante de marcas, SAE e tipos diferentes para obtenção de um óleo lubrificante de SAE médio. Ex. SAE-40 mais SAE-20 para se obter SAE-30;

3. Remonta de óleo no carter, às vezes de marcas de tipos diferentes sem efetuar sua substituição ou sem procurar saber qual ou quais as causas do consumo excessivo de óleo lubrificante. Como ilustração: Possuímos atualmente em nosso registro de tratores um com aproximadamente 800 horas de trabalho cujo motor necessita repôr no carter cada 60 horas de funcionamento 2 ou mais litros de óleo. Seu proprietário já havia substituído 3 marcas de lubrificantes sem conseguir melhora. Após a inspeção conseguimos baixar o consumo para menos de meio litro em 60 horas com uma limpeza do suspiro do carter, o

qual estava praticamente vedado.

4. Óleo lubrificante no carter, excessivamente diluído, cujas conseqüências dispensam comentários, determinados pelas seguintes irregularidades:

a) — Funcionamento do motor fora da temperatura normal de trabalho para o combustível utilizado;

b) — Filtro de ar obstruído, tendo-se encontrado na bacia de óleo do filtro, um lodo que vedava quase que totalmente a passagem do ar obrigando o carburador a funcionar excessivamente afogado;

c) — Utilização excessiva do afogador para pôr o motor em funcionamento ou para pará-lo;

d) — Um caso único que tivemos oportunidade de constatar:

Um motor cujo afogador do carburador fazia as vezes do acelerador.

A borboleta do acelerador tendo ficado presa, o motor só funcionava acelerado, levando o seu tratorista a transformar o afogador em acelerador, afogando o carburador para dar-lhe marcha lenta e desafogando-o para dar-lhe velocidade de regime;

e) — Emprêgo como combustível de uma mistura em partes iguais de Gasolina, óleo Dissel e querosene;

5. Mistura rica de combustível pela má regulagem do carburador, causando diluição do óleo lubrificante e ainda mais, removendo a película lubrificante das paredes do cilindro;

6. Colocação no carter, após a sua drenagem, de 4 a 5 litros de querosene, fazendo o motor funcionar pelo tempo de 2 ou 3 minutos, drenando-o a seguir;

7. Drenagem de óleo do Carter, pelo bujão do filtro de óleo com o motor em funcionamento;

8. Superaquecimento proveniente da sobrecarga a que era submetido o motor do trator por longas horas de funcionamento nos trabalhos da lavoura;

9. Refrigeração deficiente, determinada pelas seguintes irregularidades:

a) — Colméia do radiador excessivamente obstruída;

b) — Tensão indevida da correia do ventilador;

c) — Regulagem incorreta da distribuição e do carburador;

d) — Defeitos do próprio radiador.

CONSEQUÊNCIA DAS IRREGULARIDADES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MOTOR

Como podemos depreender das causas acima citadas, grande são os males decorrentes daquelas irregularidades.

As "panes" que poderão advir das irregularidades acima serão dentre outras as seguintes:

a) — Perda de potência;

b) — Falhas de velas;

c) — Falhas de válvulas;

d) — Batidas internas;

e) — Desgastes dos anéis de segmento;

f) — Desgastes dos cilindros e pistões;

g) — Consumo excessivo de óleo lubrificante;

h) — Consumo excessivo de combustível.

COMO SOLUCIONAR E SANAR TAIS IRREGULARIDADES

É nosso objetivo neste trabalho, mostrar que um tratorista habilitado e um proprietário de máquinas agrícolas que ouve o técnico e segue suas recomendações terá em sua propriedade máquinas realizando serviços por muito tempo, sem prejuízos, sem atraso nos trabalhos agrícolas, contribuindo para que a mecanização da lavoura no

Brasil se torne eficiente, aumentando a produção e os lucros.

Como solução as irregularidades que têm contribuído bastante para paralizar a eficiência das lides agrárias motomecanizadas, propomos:

I — AO PROPRIETÁRIO DO EQUIPAMENTO AGRÍCOLA

1. Procurar um técnico e dêle as instruções necessárias para a realização conscienciosa da manutenção, conservação e correto manejo do motor;
2. Possuir um tratorista devidamente habilitado por uma escola ou Centro de Treinamento, para zelar pelo equipamento e executar com conhecimento as operações agrícolas e mecânicas que lhe estão afetas;
3. Utilizar óleo lubrificante de boa qualidade e de boa procedência;
4. Em qualquer anormalidade que constatar em seu trator ou máquinas chamar uma pessoa competente, e não deixar o "curioso" fazer a inspeção ou serviço; Recorrer à casa que lhe vendeu o conjunto a qual, temos a certeza, dar-lhe-á toda atenção necessária.

II — AO REPRESENTANTE OU VENDEDOR DAS MÁQUINAS

1. Instruir devidamente a pessoa que irá trabalhar com o trator, principalmente no que diz respeito à manutenção, conservação e manejo do trator;
2. Dar por escrito, em português claro e simples, o plano de lubrificação do trator e as diferentes marcas de óleo lubrificantes que devem ser usados nos motores, caso o comprador residir em localidade afastada da agência vendedora;
3. Dar a catálogo de peças pedindo ao comprador guardá-lo devidamente para futuras compras ou pedidos das mesmas;
4. Assistir ao comprador durante o tempo que se fizer necessário, até que o mesmo se familiarize com

os trabalhos da manutenção e manejo das máquinas e julgar se capaz de desempenhar satisfatoriamente a sua tarefa;

III — AOS DEPARTAMENTOS COMPETENTES DO NOSSO GOVERNO

Solicitamos aos departamentos competentes, o estudo da possibilidade de:

1. Manter um técnico em máquinas agrícolas em pelo menos cada setor agrícola onde o número de máquinas e a área mecanizada, faz jus a esse merecimento para, na medida do possível, orientar os proprietários e os tratoristas no mister das atividades agrícolas sob as novas normas técnicas de trabalho.
2. Criar escolas de tratoristas nas Zonas de Mecanização que pelo seu elevado número de máquinas faz sentir essa necessidade e pela carência de tratoristas habilitados que estão trabalhando com as mesmas.

Só assim, é que despesas em concertos e reparos, e os desgastes prematuros dos motores e implementos agrícolas serão bem menores, com o rendimento agrícola maior e o trabalho moto-mecanizado mais eficiente.

Cobertura de solos...

(Conclusão)

vas de nível", pois se isto não for feito, tôdas vantagens, de qualquer processo de cobertura de solo, são anuladas pela nefasta ação da erosão, sobre o caso dos terrenos inteiramente planos, os quais por um lado não são aconselháveis para a formação de pomares e, por outro somente serão encontrados nesta região, nas zonas capazes de serem utilizadas para a fruticultura.

(Comunicado da Estação Experimental de Peletas)

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO PARA A CAMPANHA TRITÍCOLA NO ANO AGRÍCOLA DE 1954-1955

Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura

A Comissão Técnica do Trigo, convocada por Vossa Excelência, realizou, no período de 22 a 27 de março de 1954, nesta Capital, a sua Oitava Reunião.

A seguir a Comissão tem a honra de apresentar a Vossa Excelência as conclusões e resoluções a que chegou, compreendendo assuntos de ordem geral, econômica e agrônômica:

A — ASSUNTOS GERAIS

1. A produção nacional de trigo, da safra de 1953, ainda não totalmente conhecida, pode, entretanto, ser estimada em mais de 800.000 toneladas, constituindo, assim, novo recorde de produção.

2. A estimativa de mais de 600.000 toneladas feitas pela Comissão para a safra de 1952, foi confirmada pelo levantamento oficial do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura que apresenta 689.500 toneladas para o referido ano.

3. A Comissão acolhe o apêlo do Ministro do Estado da Agricultura, feita em presença de sua Excelência o Presidente da República, no sentido de serem envidados todos os esforços por parte dos órgãos oficiais e dos triticultores, para que a safra de 1954 iguale ou supere UM MILHÃO de toneladas.

4. Continuam merecendo destaque as medidas governamentais abaixo mencionadas, consideradas responsáveis pelo notório aumento verificado na produção tritícola:

- I — a continuidade político-administrativa da campanha do trigo;
- II — a fixação do preço mínimo e compra obrigatória do trigo nacional;
- III — a instalação de silos e armazéns;
- IV — a intensificação dos trabalhos experimentais e generalização da utilização de adubos, de inseticidas e das variedades criadas em estabelecimentos oficiais;
- V — a distribuição e financiamento de grande quantidade de máquinas agrícolas;
- VI — a unificação dos esforços em geral da Campanha do Trigo, gradativamente conseguida nas sucessivas reuniões da Comissão Técnica do Trigo.

5. Fixar o período de 21 a 26 de março de 1955 para a realização da Nona Reunião da Comissão Técnica do Trigo, na sede do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, DF.

6. Recomendar que a apresentação, discussão e votação de todos os assuntos se faça por Estado, obedecida a seguinte ordem: experimentação, fomento, lavoura e indústria.

7. Recomendar aos participantes comparecerem à próxima reunião com o resumo dactilografado de suas exposições, de que constem observações sobre clima, dados dos experimentos de variedades, adubações, etc., e, nos relatórios de fomento, relacionar as sementes produzidas e distribuídas discriminadamente por variedade e quantidade, dados de produção do Estado, comércio e outras informações.

8. Prosseguir na prática de convidar os representantes de associações de produtores e de moageiros para tomarem parte nas reuniões da Comissão Técnica de Trigo.

B — ASSUNTOS ECONÔMICOS

1. Propôr a revisão do preço mínimo vigente para o trigo nacional, fixando-o em bases não inferiores a Cr\$ 230,00 para o saco de 60 kg, produto limpo, com peso hectolitro de 78, posto no ponto de embarque fluvial ou ferroviário mais próximo as zonas produtoras;

2. Propôr a revisão das tabelas de bonificações e descontos para o trigo com peso hectolétricos superiores ou inferiores ao básico de 70 kg;

3. Propôr fique assegurado que o preço mínimo e as bonificações sejam acrescidas de 1% ao mês para o trigo vendido a partir do segundo mês, do início da safra, fixado em lei;

4. Solicitar à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, que sejam prosseguidas e aceleradas as seguintes providências:

- I — que nos processos de financiamento sejam observadas as condições técnicas da lavoura, dando prioridade àquelas situadas em zonas tritícolas. Entre outras condições técnicas devem merecer atenção as que dizem respeito ao uso de maquinário, adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas tecnicamente recomendados, trabalhos de conservação de solo, bem como instalações para guarda de máquinas e armazenamentos temporário da colheita;
- II — para que a medida acima não venha restringir os financiamentos, encarecer a necessidade de facilitar os empréstimos a maior prazo para fins especiais de instalações e práticas conservacionistas.

5. Sugerir aos órgãos encarregados da revenda de máquinas agrícolas do Ministé-

rio da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, a fixação de normas que exijam como condição especial, a comprovação das máquinas solicitadas estarem de acordo com a área a ser cultivada o fim a que se destinam ou então o compromisso formal da utilização integral da máquina adquirida;

6. Sugerir aos órgãos competentes do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, a criação ou ampliação de escolas práticas ou cursos de mecanização da lavoura;

7. Intensificar a instalação de silos e armazéns nas zonas de maior produção de cereais e nos pontos-chaves de seu escoamento;

8. Recomendar estudos sobre panificação de farinha de trigo, de variedades nacionais e estrangeiras, puras ou misturadas com farinha de outros vegetais produzidos no país;

9. Recomendar aos órgãos que dispuserem do necessário equipamento, estudos sobre métodos de conservação de trigo em grão, assim como de armazenamento e transporte deste cereal, especialmente aquele a granel;

10. Incentivar a criação de registros de produtores de sementes certificadas, visando obter a colaboração dos particulares na produção de sementes selecionadas de trigo, a exemplo do que já ocorre na Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul;

11. Reiterar, junto as autoridades competentes, medidas asseguradoras de incremento da indústria de adubos fosfatados e dos calcários, inclusive a exploração de jazidas pelos órgãos governamentais e de economia mista;

12. Solicitar do Ministério da Fazenda a urgente aplicação das medidas previstas na nova política cambial do Governo, no sentido de propiciar o barateamento dos adubos, inseticidas, fungicidas e maquinaria agrícola de uso na lavoura, seja pela elevação das disponibilidades totais de divisas nos leilões especiais tão oportunamente instituídos para os importadores de tais produtos, seja pela aplicação direta dos ágios apurados nos leilões de divisas, da maneira mais recomendável para alcançar o barateamento visado;

13. Pleitear prioridade e fretes especiais, muito inferiores aos atuais, para sementes, adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas, como tais reconhecidos por repartições técnicas oficiais;

14. Encarecer seja intensificada a fiscalização do comércio de adubos, corretivos inseticidas e fungicidas;

15. Incentivar a instalação de novos e promover o desenvolvimento dos núcleos coloniais já estabelecidos;

16. Realização, pelo Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura, de estudos minuciosos visando o estabelecimento de tipos para o comércio interno do trigo;

17. Propôr à Comissão Consultiva do Trigo que o fundo constituído pela diferença do custo do trigo importado e o preço por que é distribuído, seja empregado totalmente em benefício da Campanha do Trigo, quer em barateamento de máquinas, adubos e inseticidas quer em forma de auxílio aos serviços que trabalham no melhoramento, experimentação e fomento do trigo;

18. Sugerir sejam as autoridades supervisoras dos meios de transportes ferroviários e marítimos, cientificadas do desenvolvimento da Campanha do Trigo, solicitando-lhes o estudo e a adoção de medidas que venham facilitar o rápido escoamento das safras;

19. Recomendar aos órgãos competentes os estudos tendentes a determinação do preço de custo da produção tritícola nacional;

20. Sugerir aos órgãos componentes desta Comissão Técnica do Trigo que devam ou desejam apresentar dados estatísticos usarem o processo "amostragem" para determinação das percentagens de trigo entregue a comercialização e dos retidos pelos produtores para uso próprio, consultado os diversos grupos de triticultores;

21. Sugerir aos poderes competentes, a revogação da recente legislação sobre distribuição de sementes de trigo, mantendo a Comissão o seu anterior ponto de vista, que considera conveniente a uniformização do preço de venda das sementes em cada Estado;

22. Sugerir aos governos federal e estaduais a adoção de medidas administrativas que permitam a utilização de numerários destinados às atividades de fomento do trigo, a partir do mês de janeiro, em virtude da necessidade de compra de sementes, tendo em vista que há Estados que iniciam o plantio no mês de fevereiro.

C — ASSUNTOS AGRONÔMICOS

1. Iniciar ou intensificar, nas estações experimentais:

- I — as atividades de melhoramento do trigo;
- II — os trabalhos experimentais de competição de variedades, épocas de plantio, adubação, rotação e conservação do solo, irrigação e conservação d'água;
- III — as culturas de multiplicação de sementes selecionadas para fornecimento aos órgãos de fomento, devendo cada estabelecimento multiplicar apenas as sementes das variedades indicadas para a respectiva região.

2. Prosseguir e ampliar a cooperação que o Serviço de Expansão do Trigo vem dando aos demais órgãos de fomento e pesquisas interessados na Campanha do Trigo;

3. Continuar e incentivar a execução de ensaios em redes regionais de experimentação, entre os órgãos federais e destes com o estaduais, a fim de melhor orientar a recomendação futura de variedades e demais práticas agrícolas;

4. Intensificar os trabalhos do fomento da triticultura, observando-se quanto a distribuição de variedades, as seguintes indicações:

No Rio Grande do Sul

para todo o Estado: *Colônias, Frontana e Trintani* tolerando-se *Trintecino*.

na Campanha e no Oeste: *Bagé*

na Serra do Sudeste: tolerância para *Petiblanco* e *Bagé*

No Estado de Santa Catarina

As variedades *Trintecinco*, *Frontano*, *Rio Negro*, *Petiblanco*, *Bagé* e *Colônias*.

No Estado do Paraná

na Zona Sul : *Trintecinco*, *P. C. 1.*, *Frontana*, *Colônias*, *Alegrete* e *Trintani*;

na Zona Norte : *Bandeirantes* e *Frontana*.

No Estado de São Paulo

na faixa do trigo : *Frontana*, *IAS-1*, *Kênia 155*, tolerando-se *Bandeirante*.

No Estado de Minas Gerais

nas regiões mais indicadas : *Kênia 155* e *Frontana*.

No Estado de Goiás

Bandeirantes, *Frontana*, *Floreana* e *Kênia 155*.

No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná, aconselha-se sejam plantadas as variedades tardias no início e as precoces no fim das épocas de plantio.

Variedades tardias : *Colônias*, *Trintani*, *Alegrete*, *PC-1* e *Trintecinco*.

Variedades precoces : *Frontana*, *Bagé* e *Petiblanco*).

Recomendar aos órgãos de fomento, estrita observância das variedades especificadas no item 4, devendo ser tomadas tôdas as medidas necessárias para que as mesmas sejam multiplicadas, em órgãos oficiais, em campos de cooperação ou de culturas fiscalizadas ;

6. Sugerir aos estabelecimentos experimentais editar e divulgar comunicados aos agricultores de sua região, informando-os dos resultados experimentais sobre variedades, épocas de plantio, adubação e práticas culturais;

7. Continuar, nos estabelecimentos experimentais, a verificação da pureza varietal das amostras de sementes de trigo que lhes forem remetidas pelo serviço de fomento interessados;

8. Ser proibida a introdução no país, de plantas e sementes dos gêneros *Berberis*, *Mahonia* e *Odostenia* e interditar a sua produção.

9. Ser feita a introdução de sementes do trigo do estrangeiro sob a responsabilidade das instituições científicas das Secretarias de Agricultura e do Ministério da Agricultura, cujos técnicos deverão ter informações sobre as pragas, doenças e ervas daninhas que ocorrem em todos os países produtores de trigo e dispôr do equipamento necessário à desinfecção de amostras, suplementando os trabalhos da D. D. S. ;

10. Recomendar a todos os órgãos de fomento e experimentação que apresentem nos próximas reuniões da Comissão Técnica do Trigo, informes sobre incidentes de pragas, doenças e ervas daninhas que ocorram nas lavouras de trigo, avaliando, se possível os

prejuízos causados devido a cada um desses fatores;

11. Sugerir aos estabelecimentos experimentais que, juntamente com os resultados de experimentos de adubação e de correção de solo, divulguem também os dados relativos à análise e descrição do terreno onde os experimentos foram feitos, de acordo com as recomendações do S. N. P. A., a fim de se tentar a correlação dos dados com os resultados de campo.

Obs. — O presente relatório refere-se à VIII Reunião da Comissão Técnica do Trigo, realizada em março de 1954. No próximo número de "A Lavoura" divulgaremos o relatório da IX Reunião da Comissão Técnica do Trigo, realizada em março do corrente ano, na gestão do nosso companheiro de diretoria, Eng. Agr. Kurt Repsold, no Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração :

General Justo, 171

Telefone : 42-2981

Caixa Postal : 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo :

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFWE. C. A.": 7257

— SÃO PAULO —



"E agora...
vamos tomar um cafèzinho?"

*Antes, durante
ou depois de
um bom negócio,
êste é o convite
bem brasileiro*

O cafèzinho é um traço marcante de cordialidade e o fecho feliz de muitas transações comerciais! Ao homem de negócio, cuja preocupação é distinguir os seus amigos e clientes, nada melhor que lhes oferecer em seu próprio escritório um gostoso cafèzinho *feito num instante*. Nescafé - tão fácil de preparar - tem o verdadeiro gôsto do café porque é feito com café da mais alta qualidade.

**Nescafé... feito num instante
e em qualquer lugar!**



★ NOTICIÁRIO ★

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MATRÍCULAS NO INTERNATO

Tem a Diretoria da Escola recebido numerosos pedidos de matrícula nos cursos de Hortelão, Floricultor e Fruticultor, que funcionam sob regime de internato inteiramente gratuito. Os candidatos serão submetidos a um exame de seleção.

CURSOS PRÁTICOS AGRÍCOLAS

Tiveram início na E. H. W. B. os Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a Comissão Brasileira de Educação às Populações Rurais, que funciona junto à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Reiniciaram-se as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, registrado no Serviço de Informação Agrícola sob o número 1.098 e integrado pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

ANIVERSÁRIO DA E. H. W. B.

Será condignamente comemorado no próximo dia 15 de maio o 18.º aniversário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", que substituiu o antigo Aprendizado Agrícola da Penha, fundado e mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura desde 1897.

Conclusão da pág. 20)

MÊS DE ABRIL

Termina o plantio de feijão preto e de feijão fradinho. Inicia-se o plantio da batatinha e prossegue-se o plantio de tomate e de aipim. Termina a colheita de arroz. É época de colheita de aipim, cana de açúcar, cará, batata-doce, inhame e taioba. Prossegue o plantio de mamão e de abacaxi. Iniciam-se as colheitas de goiaba e de pitanga. Prosseguem as colheitas de banana, figo, fruta de conde, carambola, cajá-manga e cambucá. Terminam as colheitas de maracujá e jaboticaba. Prosseguem as sementeiras em local definitivo de bortalha, cenoura, ervilha, aspargo, feijão de vagem e hortelã. Termina a sementeira de abóbora, acelga, aipo, espinafre, guando, nabiça e repolho. Em ganteiros de sementeira continuam as sementeiras de agrião, alface, beterraba, cebolinha, chicórea, couve, etc. Prosseguem as colheitas de batata-doce, beterraba, cenoura, chicórea, couve, inhame, etc. A época é propícia para as sementeiras de Eucaliptus tereticornis e de Eucaliptus citriodora.

Centros de Tratoristas

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias confirmando a manutenção dos seguintes Centros de Tratoristas: Itapipoca, Estado do Ceará, Escola de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra, no Estado de Mato-Grosso; Irati no Estado do Paraná; Posto Agro-Pecuário de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; Escola de Iniciação Agrícola de Divina Pastora, do Estado de Sergipe; Itajai, Estado de S. Catarina; Quissamã, Estado de Sergipe; Escola de Tratoristas do Nordeste, em S. Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco; Açú, Estado do Rio Grande do Norte, Fazenda Espírito Santo, no Estado da Paraíba, Magé, Estado do Rio de Janeiro; Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro; Santa Tereza, Estado do Espírito Santo, Escola Agrotécnica de Bananeiras, Estado da Paraíba, Escola Agrícola Floriano Peixoto, em Satuba, Estado de Alagoas; Cancinhas, Estado de Santa Catarina e Escola Agrotécnica de Jundini, Estado do Rio Grande do Norte.

Novos representantes do Ministério da Agricultura

Foi designado o Sr. Francisco da Silva Rosa para representar o M. A. na Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate, e o Sr. Pery Maciel, para auxiliar a Comissão Fiscal da referida Junta.

Cursos de Economia Rural Doméstica

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias confirmando a manutenção dos seguintes Cursos de Economia Rural Doméstica: "Vitória de Santo Antão", em Santo Antão, Estado de Pernambuco; "Lycurgo Leite", em Uberaba, Estado de Minas Gerais; "Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, Estado da Paraíba; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Barreiros, Estado de Pernambuco; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Satuba, Estado de Alagoas; em Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

Novo Diretor da Escola Nacional de Agronomia

O Professor Luiz Carvalho Araujo foi nomeado Diretor da Escola Nacional de Agronomia, da Universidade Rural.

Cancelamento de registros

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias cancelando os registros para o comércio de peles e penas silvestres concedido à firma Vasquez & Cia. Ltda.; e os registros do comércio de aves e animais silvestres vivos concedidos às firmas Braulio dos Prazeres, Van Lemerem & Cia. e José Anacleto da Fonseca, todas desta capital.

Fomento da Produção Animal

O Sr. Presidente da República aprovou a renovação do acôrdo entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, relativo ao fomento da produção animal naquele Estado.

Novo Diretor substituto do Banco Nacional de Crédito Cooperativo

O Sr. Ministro da Agricultura designou Alvaro Baptista de Magalhães diretor substituto do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Piscicultores amadores

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca concedeu inscrição como piscicultor amador aos Srs. Helvacio Procópio Rodrigues, José Duarte Ribeiro de Oliveira, Ferdinand August Heinnich, Luiz Carlos Barroso Simões e João V. de Oliveira.

Cancelamento de registros

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca cancelou os registros para o comércio de peles de animais silvestres concedidos às firmas Ribeiro & Filho, e Ribeiro e Irmão, ambos no Estado do Maranhão.

Fomento da Produção Vegetal

O Sr. Presidente da República autorizou seja firmado entre a União e o Governo do Estado do Ceará, acôrdo objetivando o fomento da produção vegetal naquele Estado.

Prêmios a quem construir silos

A Divisão de Fomento da Produção Animal do Ministério da Agricultura, distribuirá, no corrente ano, a importância de um milhão de cruzeiros aos criadores, Associações Rurais e outras entidades que construírem silos e fenis, ampliando as suas instalações.

Inscrições para a aquisição de máquinas agrícolas

Serão reabertas na Comissão Permanente de Revenda do Material, as inscrições para a venda das sobras de máquinas agrícolas.

Registro de lavradores e criadores

Todos os lavradores e criadores devem providenciar o registro de suas propriedades no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Produção de peras

A produção de peras, no Brasil, atingiu, em 1954 a elevada quantidade de 229.816.000 frutos, produzidos, principalmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Cursos Práticos

Estão em funcionamento, no Ministério da Agricultura, quatorze Cursos Práticos de Economia Rural Doméstica, mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Auxílio aos agricultores paraibanos

O Sr. Presidente da República autorizou a celebração de acôrdo entre a União e o Governo do

Estado da Paraíba objetivando proporcionar, diretamente aos agricultores, orientação e auxílio.

Novos piscicultores amadores

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura conceder inscrição como piscicultores amadores aos senhores:

- 1 — Menandro Martins Filho, de Niterói Estado do Rio.
- 2 — Antonio Guedes Mariz, do D. Federal.
- 3 — Walter Carneiro, de Niterói, Estado do Rio.
- 4 — José Ayrton de Barros Barreto, do D. Federal.
- 5 — Ricardo Maylaert Salgado, do D. Federal.
- 6 — Eduardina Mendes Tarragô em Nova Friburgo, Estado do Rio.
- 7 — Orecy Garcia de Moraes de S. José do Rio Preto, em S. Paulo.
- 8 — Waldyr Paulino da Costa, de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais.

Instituto de Óleos

Pelo Decreto n.º 36.902 de 14-2-1955 foi aprovado o Regulamento do Instituto de Óleos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

SUPREMO VITAMINOL

Manipulado agora em modernas instalações



No bairro do Engenho Novo, à Rua Jaú n.º 9, ergue-se agora uma construção moderna graças ao arrojo da AVICULTURA ALONSO LTDA., fabricante do SUPREMO VITAMINOL e fornecedora de utensílios e alimentos para pássaros e aves em geral...

Organização tradicional de relêvo no ramo de sementes, alimentação, utensílios e tratados de pássaros e aves em geral, a AVICULTURA ALONSO LTDA., que há mais de 40 anos dedica suas atividades nesta praça, viu-se forçada pela urbanização da cidade a mudar sua sede da Rua 7 de Setembro. Ocupando agora uma área de 1.760 metros quadrados, está a nova sede equipada com o que há de mais moderno em matéria de construção, inclusive para o seu fabrico do Supremo Vitaminol.

Medicamentos para gado em geral, de todos os Laboratórios.

Dispondo hoje de um serviço próprio de transporte para suas entregas, atenderá qualquer pedido pelo telefone 49-8185. — D. Federal.

Origem dos Vocábulo

“Abacaxi” e “Ananaz”

JOÃO VAMPRE

A língua tupi nada precisa pedir às outras línguas mortas ou vivas. Concatenando sílabas, partículas ou dicções, e aglutinando palavras, o indígena forma nomes, verbos, advérbios, ou qualquer certo e determinado pensamento, ou para assinalar indivíduo, animal, vegetal ou mineral ou para descrever lugares, etc. A nomenclatura especialmente resulta da aparência, ou do característico, ou do modo de ser do indivíduo, objeto ou lugar nomeado com a maior exatidão. Somente a nomenclatura mineral não é perfeitamente característica, é sempre *itá*, com algum adjetivo de cor; o ferro, *itá-una*, ou simplesmente *itá-u*, pedra preta; a prata, *itá-ti-nga*, contraída em *itá-ti*, pedra branca; *itá-jub-a*, ou *itá-jú* pedra amarela; esmeralda, *itá-obi*, pedra verde, etc.

Cada nome é, com efeito, uma descrição do objeto que representa, porque cada sílaba diz uma idéia.

Os nomes vegetais, em particular, têm direta referência ao seu aspecto exterior e às suas qualidades intrínsecas. Alguns exemplos elucidam o tema: *Acajuá* ou *cajú* decompõe-se assim: a fruta, *jú* amarela, *aca* de chifre, *fruta amarela de chifre*; *guabiroba*, *gua* comida, *bi* (2.^a forma de *pi*) de pele, *iroba* adstringente amargosa, ou *fruta de pele adstringente*; *auatiá*, milho, de a fruta, *auá*, de cabelo, *tin* na ponta, ou *fruta de cabelo na ponta*.

Para maior clareza das interpretações etimológicas dos vocábulos indígenas, — *abacaxi* e *ananaz*, cumpre fazer as seguintes considerações botânicas dessas apreciáveis bromeliáceas: *Abacaxi* — *fruto da Ananassa sativa* (Lindley), planta herbácea da família das Bromeliáceas (*Bromelia ananás*, Linneu) chamada por Miller *Ananas pyramidalis* e pelo nosso Conceição Velloso *Bromelia silvestris*. As folhas são lanceo-

ladas, invaginantes, coriáceas e de margens aculeadas. Do centro ergue-se inflorescência estrobiliforme, constituída por um conjunto de flores em verticilo, cuja reunião forma o fruto, que termina por um tufo de folhas. É fruto sincárpico, de agradabilíssimo aroma e delicado sabor; tem forma piramidal e a superfície ou casca coberta de escamas, os *olhos*, vulgarmente assim chamadas. As suas qualidades, que levaram Richard a apontá-lo como a melhor fruta conhecida, são superiores às do ananaz comum; e d'este já dizia Gabriel Soares que o sabor é muito doce, e tão suave que nenhuma fruta de Espanha lhe chega na formosura, no sabor e no cheiro” (Cap. LVII da 2.^a parte do *Trad. Descrit.*); pensamento idêntico ao de Vicente do Salvador: “fruta que em formosura, cheiro e sabor excede todas as do Mundo”. (*Hist. do Brasil*, liv. I., cap. IV). Em alguns Estados põe-se-lhe também o nome de *nunã*, (muito rescendente) e *pitã*, (ácida).

Abacaxi — Ananaz de carne macia e por isso comparado ao abacati. O nome completo, consoante a opinião de Constantino Tastevin, na sua importante “Gramática da Língua Tupi”, seria *abacati nana*, ou *nana abacaxi*.

Além do *abacaxi* as Bromeliáceas compreendem outras espécies de frutos comestíveis. São os *crotás* e as *macambiras*, do gênero *Bromelia*, das quais, a *Br. fastuosa* Ldl, e a *Br. pinguim* L., constituem magníficos exemplares.

O *abacaxi*, pois é uma primorosa variedade do ananás. Ambos os vocábulos são de origem tupi-guarani. “A palavra *nanã* como diziam os primeiros jesuítas Nóbrega e Anchieta, e também o disse e escreveu Lery, todos do século XVI, foi-se transformando em *ananã* e no plural *ananás*; este plural é hoje singularíssimo e costumamos plurali-

zã-lo dizendo *ananázes* quando nos referimos a mais de um *ananás* ou *ananã*”. O vocábulo decorre do tupi — *nanã* corr. — *nãã*, substantivo no grau aumentativo, significando aroma grande, que muito cheira. O — *a* — prostético é do guarani e indica o fruto; *a-naná*, o fruto do *nanã*. Alguns vocabulários europeus, por erro, assinalam que o termo é do Peru; os quichuas do Peru tinham denominação própria — *achupalla*.

Na *História Naturalis Brasiliæ* 1648, registra-se *annás*, que é hoje o vocábulo corrente, conforme se lê no interessante trabalho *A Língua Nacional* de João Ribeiro.

O étimo de *abacaxi* oferece duas interpretações e varia de significação conforme seus elementos componentes.

1.^a *Abacaxi* — corr. — *Iuá-caá-ti*, pronunciado (*aua-caá-xi*) de *auá* ou *ibá*, fruta, *caá*, folha e *ti* (*xi*), ponta, designando *fruta de folha ponteguda*.

2.^a *Abacaxi*, corr. — *Ibá-caxi*, c *ibá* fruta e *caxi-caxi* rescendente, cheiroso. — O *t* tupi diante do *i* se aproxima muito do *x*, daí a prosódia *tch*, — *tx*.

Esta última etimologia foi adotada no *Dicionário da Academia Brasileira de Letras*.

A propósito ainda d'este assunto escreve o Visconde de Beaurepaire — Rohan no seu *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*: “farei apenas observar que há um afluente do Amazonas chamado rio Abacaxis. Não sei se desta circunstância deveremos inferir que as margens daquele rio são a pátria desta fruta”. O ilustre autor citado não atendeu ao fato de ser Abacaxis, o nome de um *tuchaua*, fundador da aldeia situada à margem direita daquele rio.

Fica assim desfeita a hipótese de ser o rio Abacaxis, a pátria da referida fruta, não se podendo também inferir daí a sua etimologia.

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

PREÇOS MÍNIMOS PARA O MILHO

De acordo com o decreto assinado pelo Presidente da República, em janeiro, são os seguintes os preços mínimos para o milho:

a) Milhos do grupo "duro": Cr\$ 125,00 por saca de 60 quilos;

b) milhos dos grupos "mole", "misto", amarelo ou mesclado: Cr\$ 105,00 por saca de 60 quilos.

MUSEU DO CAFÉ

Foi instalado em Ribeirão Preto, no mês de janeiro, com a presença de altas autoridades, inclusive a do Secretário de Agricultura de São Paulo, o primeiro Museu do Café do Brasil.

EXPOSIÇÃO DE AVES

Realizou-se em Valinhos, Estado de S. Paulo, por ocasião da "IV Festa do Figo", a 1.ª Exposição de Aves da região, que despertou grande interesse, não só pela qualidade das aves exibidas, como também pelo elevado número de expositores.

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Foi de 165.000.000.000 de cruzeiros o valor bruto da produção agrícola no Brasil no ano de 1954, segundo dados recentemente divulgados. Em cruzeiros, houve um aumento de 26% em relação ao valor da produção agrícola no ano anterior (1953), embora o aumento real da produção agrícola tenha sido apenas de 8,8% em relação ao ano anterior (1953).

COMISSÃO DE ESTUDOS DA AVICULTURA NACIONAL

O Diretor do Departamento Nacional de Produção Animal aprovou o plano de trabalho para o corrente ano, elaborado pela C. E. A. N. (Comissão de Estudos da Avicultura Nacional).

MÃO DE OBRA NA AGRICULTURA

De acordo com o Recenseamento de 1950, em uma população economicamente ativa de 17.070.000 de pessoas, 9.887.000 têm como ramo de atividade a agro-pecuária. Os dados acima indicam que 58% de nossa população economicamente ativa dedica-se à agro-pecuária.

BONIFICAÇÕES DO CAFÉ DESTINADO À EXPORTAÇÃO

De acordo com a instrução n. 114 da SUMOC as bonificações do café destinado à exportação, que eram de Cr\$ 13,14 para as moedas conversíveis e libras e de Cr\$ 11,88 para as outras moedas, passaram a ser de Cr\$ 18,70 para as moedas conversíveis e libras esterlinas e de Cr\$ 17,19 para as demais moedas.

UM MILHÃO DE TONELADAS DE TRIGO

Espera-se que com as medidas tomadas pelo governo a produção de trigo no Brasil atingirá,

no corrente ano, a elevada cifra de um milhão de toneladas.

PROFILAXIA DA BRUCELOSE

O Dr. Milton Thiago de Mello, do Instituto Oswaldo Cruz, publicou na Revista Militar de Remonta e Veterinária um interessante trabalho subordinado ao título "Bases para um plano de profilaxia da brucelose". Trata-se de um assunto da mais alta relevância para o país, que merece toda a atenção. O endereço do autor do magnífico trabalho sobre a brucelose é: Dr. Milton Thiago de Mello — Instituto Oswaldo Cruz — Caixa Postal 926 — Rio de Janeiro — Brasil.

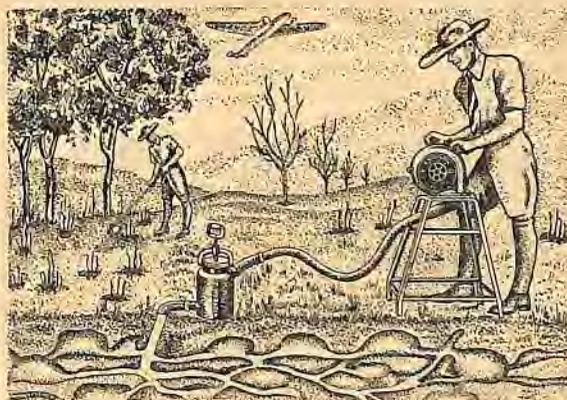
REGISTRO DE LAVRADORES

Acham-se registrados no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura 93.300 agricultores em todo o país.

VENDAS DE COOPERATIVAS

No exercício de 1953-1954, a Cooperativa Agrícola Mista de Mogi das Cruzes fez um movimento

SNR. AGRICULTOR,
Lavoura Abundante e Econômica terá
V. S. com a extinção completa das
formigas saúvas pelos extintores
"Z. WERNECK"



A gravura acima mostra a técnica perfeita do trabalho de extinção de formigueiros
Extinção Racional dos Formigueiros
À venda nas Boas Casas de Ferragens
FABRICANTES
Z. WERNECK & CIA. LTDA.
R. dos Arcos, 27 — RIO DE JANEIRO

total de vendas no valor de Cr\$ 46.644.336,80. Essas vendas foram feitas, principalmente, para S. Paulo e para o Rio.

SEMENTE DE JUTA

O Fomento Agrícola do Estado e o Instituto Agrônomico do Norte distribuíram, o ano passado, no Pará, 50.000 quilos de semente de juta.

COQUEIRO ANÃO

A Secretaria de Agricultura do D. Federal, através dos Postos Agrícolas, está distribuindo gratuitamente aos lavradores do D. Federal 5.000 mudas de coqueiro anão.

LEVANTAMENTO DOS SOLOS NO ESTADO DO RIO

Está quase concluído o levantamento dos solos do Estado do Rio, levado a efeito pelo Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, em colaboração com o Governo do referido Estado.

SEGURO AGRÁRIO DA VIDEIRA

O Instituto de Resseguros do Brasil elaborou o ante-projeto do seguro agrário da videira, como um dos passos para a instituição do seguro agro-pecuário no país.

PLANOS DE SEGURO AGRO-PECUÁRIO

A Companhia Nacional de Seguro Agrícola já elaborou os planos para seguros de:

- a) trigo;
- b) café;
- c) algodão;
- d) arroz;
- e) videira.

CAPITAL DA COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

A Companhia Nacional de Seguro Agrícola, criada pela Lei n. 2.168, de 11/1/54, com a finalidade de estabelecer normas para a implantação do seguro agrícola no país possui um capital de cem milhões de cruzeiros, completamente integralizado e subscrito.

CONSULTAS

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Redator Técnico de "A Lavoura"

MÔSCA DE FRUTAS

Respondemos ao Sr. A. M., nosso consócio no D. Federal, temos a informar:

- a) trata-se, sem dúvida, da mosca de frutas;
- b) para combatê-la por meio do BCH deve-se usá-lo na concentração de 12% (BHC molhável), na proporção de 300 gramas para 100 litros de água.
- c) pode-se empregar também o fósforo orgânico a 10% (molhável), na proporção de 100 gr. para 100 litros de água.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

Esclarecendo ao Sr. J. L., novo assinante do D. Federal, aconselhamos a leitura do "Calendário Agrícola no Brasil — D. Federal", onde encontrará tôdas indicações sôbre pomicultura no D. Federal. O referido trabalho encontra-se em distribuição no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (Largo da Misericórdia).

MULTIPLICAÇÃO DE GERÂNIO

Respondendo a uma consulta do Sr. M. L. S., nosso sócio do Estado do Espírito Santo, temos a informar:

- a) o processo mais freqüente de multiplicação do gerânio é por meio de estacas;
- b) para o enraizamento das estacas é muito recomendável que elas sejam enterradas em areia de rio bem lavada (cêrca de 25 dias após aparecem as primeiras raízes);
- c) quando as raízes já estão bem desenvolvidas as mudas podem ser transplantadas para os vasos.

CAPIM DE BURRO

Respondendo ao Sr. J. V. L., nosso consócio no Estado de Minas Gerais temos a informar.

- a) o capim de burro é cientificamente chamado Cynodon dactylon;
- b) os outros nomes vulgares da referida graminha são: graminha seda, grama inglesa, grama de S. Paulo, etc.;
- c) a referida planta é uma boa forrageira que resistê muito não só à seca e ao fogo, como também ao pisoteio dos animais;
- d) trata-se de graminha muito rústica que se desenvolve bem em tôdas as regiões e em todos os solos, não resistindo, apenas, à sombra.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

(Notas referentes às atividades durante os meses de março e abril, segundo dados divulgados pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.)

MÊS DE MARÇO

Semeiam-se feijão preto e feijão miúdo. Prossegue o plantio de aipim e tomate. Finda o plantio de cana de açúcar. Inicia-se a colheita de batata-doce. Prossegue a colheita de arroz, cará, inhame, taloba. Termina a colheita de aipim plantado em junho. Inicia-se o plantio de abacaxi e de morango. Iniciam-se as colheitas de açaçate, biribá, tangerina e laranja Bahia e prosseguem as colheitas de banana, abiu, carambola, figo, fruta de conde, laranja lima, laranja seleta e lima da Pérsia, limão, mamão e maracujá. Iniciam-se o plantio, em local definitivo, de abóbora, azedinha, ervilha, espinafre, mostarda e nabo, e prosseguem as sementeiras de bortalha, cenoura, feijão de vagem, guandó, rabanete, salsa e nabiça. Em canteiros inicia-se a sementeira de acelga, alface e repolho e prosseguem as sementeiras de agrião, aipo, beterraba, chicórea, cebolinha, tomate. É época propícia para o plantio, em lugar definitivo, das essências destinadas ao reflorestamento, arborização e sombreamento.

(Continua na pág. 16)

Precisamos Estimular o Plantio de Essências Florestais

Eng. Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Em um momento como o atual em que tanto se tem salientado a gravidade do desaparecimento de nossas reservas florestais, não só com grandes prejuízos para a futura economia do país, como também, pelas graves conseqüências decorrentes do desaparecimento das matas que constituem fator essencial de equilíbrio climático; das matas que tanto concorrem para a conservação do solo, para regular os cursos d'água, para a manutenção de mananciais, para a preservação da fauna, etc., é oportuno, lembrar, para que tenham a mais ampla divulgação, as recomendações do I Congresso Florestal Brasileiro, reunido em Setembro de 1953, na Capital do Estado do Paraná, relativas ao estímulo ao plantio de essências florestais.

São recomendações oportunas, traçadas em um congresso em que pessoas perfeitamente ambientadas com nossos problemas florestais, debateram, com patriotismo e segurança, questões florestais da mais alta relevância para o país.

É preciso, quanto antes que se olha para o futuro.

Ele se nos apresenta sóbrio no que diz respeito ao problema florestal.

Temos, desde 1500, realizado devastações as mais condenáveis sob todos os pontos de vista.

Quatrocentos anos de devastações é um longo período.

As conseqüências da incompreensão de nossos problemas florestais, de há muito já se fizeram sentir e vêm se agravando de ano para ano.

De nada tem adiantado o clamor dos técnicos nem as medidas governamentais visando a preservação de nossas matas.

Temos devastado nossas florestais em progressão geométrica, e, nem ao menos, em progressão aritmética, temos procurado corrigir as graves conseqüências de tão elevada devastação, através da formação de novas reservas florestais.

O estímulo ao plantio de essências florestais deve, portanto, merecer toda a atenção de quantos se interessam pela solução de tão alarmante problema. O desaparecimento de matas, deixa no fim de pouco tempo, atrás de si, desertos.

São as seguintes as recomendações do I Congresso, Florestal relativamente ao estímulo ao plantio de essências florestais:

- 1.º) que seja estimulado, pelo financiamento, o plantio de essências florestais a todo aquele agricultor ou organização interessada, que seguindo as normas técnicas, se propuzer restabelecer áreas devastadas, notadamente naquelas protetoras de mananciais;
- 2.º) que os juros cobrados sobre investimentos florestais, atendendo-se ao longo ciclo da exploração florestal e aos diminutos lucros auferidos, em todo o mundo, nessa exploração, sejam reduzidos ao mínimo possível, e ampliado ao máximo o prazo de liquidação dos empréstimos para fins florestais;
- 3.º) que, além da modalidade dos empréstimos, nas condições indicadas, será recomendável instituir um prêmio por árvore plantada, prêmio dividido em quotas pagas da espécie cultivada, desde o plantio até o ponto em que a árvore seja considerada como incorporada ao patrimônio florestal explorável, constituindo-se um Fundo Florestal para isso;

4.º) que, além das modalidades acima e observando-se juros módicos, se promova o financiamento pela instituição de carteiras especializadas para:

- a — fomentar as atividades madeireiras;
- b — regular o comércio da madeira;
- c — renovar e modernizar o parque industrial.

5.º) que seja promovida a criação pelo Governo Federal, do Seguro Florestal, que estabeleça condições de garantias para toda iniciativa particular privada, que tem por fim a plantação, conservação e renovação das florestas.

As recomendações acima expostas são da mais alta relevância e objetividade.

Para que se tenha uma idéia de quanto desenfreada tem sido a devastação de nossas matas basta lembrar que, só no período de 1930 a 1950 (em dois decênios, portanto), foram destruídos, no Estado do Paraná, 49.190 quilômetros quadrados de matas.

Isto significa que, mantida a mesma proporção para os vinte anos seguintes, isto é 1950 a 1970, não restará ao Paraná madeira necessária para o seu próprio consumo, desde que não sejam tomadas medidas acauteladoras nem realizado, em ritmo acelerado, o plantio de novas essências florestais.

O quadro que se nos apresenta no Paraná, não difere daquele que se verifica em outras regiões do país.

Apezar do consumo sempre crescente dos produtos florestais sob todas as formas, não temos tido a cautela da previsão do futuro.

Desaparecem as matas e não são criadas novas reservas florestais.

Cuidemos, quanto antes, do plantio de essências florestais, pois cada ano que passa, mais se agrava o problema, e o período que decorre entre o plantio e o aproveitamento industrial dessas árvores é longo.

Sejamos previdentes.

Reinhard Maack, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba, em um trabalho apresentado ao I Congresso Florestal Brasileiro, subordinado ao título "O aspecto fitogeográfico atual do Paraná e considerações sobre o problema do reforestamento", lembra que Manueto Estanisláu Kosciuski, do Serviço Florestal do Estado de S. Paulo calculou que:

"O replantio de 12 bilhões de pinheiros e 100 bilhões de perobas, ipês e pau marfins, é o único meio de prover a indústria madeireira durante os cem anos futuros, evitando assim o desaparecimento total dessa indústria."

Sirva esta previsão de advertência.

Que em proporções crescentes seja estimulado o plantio de novas essências florestais; que se empreenda uma campanha educativa de larga envergadura destinada a criar uma mentalidade florestal entre nós; que se amplie o ensino da silvicultura em todos os seus graus e modalidades; que, quanto antes, seja entre nós realidade a tão

(Continua na pág. 54)

TRINTA E CINCO ANOS DE BONS E RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Compleveu trinta e cinco anos de bons e relevantes serviços prestados à Sociedade Nacional de Agricultura, o sr. Luiz Marques Poliano, seu atual Secretário Geral, nome intimamente ligado não só à história da prestigiosa entidade, como também ao desenvolvimento do associativismo rural no país.

Tendo ingressado na instituição no dia 13 de março de 1920 (Presidência Lauro Muller) por ocasião da III Exposição Nacional do Gado, como auxiliar de secretaria, galgou êle, pelo zelo e dedicação ao trabalho e pelo cabal desempenho que sempre soube dar aos encargos, todos os postos na hierarquia funcional da S.N.A. (dátilógrafo, correspondente, taquígrafo, contador, redator-secretário da revista "A LAVOURA", secretário da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, etc.), ocupando atualmente, por deliberação unânime da diretoria, o cargo de Secretário Geral da referida instituição.

Pela passagem de tão auspiciosa data, seus companheiros, Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, enviaram-lhe o ofício que adiante transcrevemos, como preito de justiça e reconhecimento à sua dedicação ao trabalho, à instituição e à agricultura nacional:

Snr. Luiz Marques Poliano
Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

Seus amigos da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, em reunião hoje realizada em que se registra a passagem do 35.º aniversário de seu ingresso nesta Sociedade, vêm prazerosamente congratular-se por êsse faustoso acontecimento e testemunhar-vos vivo reconhecimento pela colaboração sempre solícita e valiosa a todos nós prestada, em benefício da causa comum do engrandecimento da nossa instituição e da agricultura nacional.

Obs.) seguem-se as assinaturas de todos os diretores presentes no Rio, na referida data.

A revista "A LAVOURA", do qual Luiz Marques Poliano é diretor responsável e redator-secretário, sente-se jubilosa com as homenagens prestadas ao seu companheiro, e, à sua revelia, publica adiante, algumas notas da vida funcional daquele que, desde 1920, vem dedicando o melhor de seus esforços em prol do engrandecimento da Sociedade Nacional de Agricultura.

Sociedade Nacional de Agricultura

Admitido aos serviços em 13 de março de 1920 (Presidência Lauro Muller), por ocasião da III Exposição Nacional do Gado, como praticante de secretaria, já anos depois, isto é, em 1923, passava a exercer o cargo de correspondente. Na presidência do Dr. Miguel Calmon trabalhou nos Congressos do Centenário, e quando êsse ilustre bahiano foi chamado ao Ministério da Agricultura, passou a servir, inclusive, na sua secretaria particular, aí permanecendo até o seu falecimento, em 1935.

Em 1925 organizou as "Efemérides da Sociedade Nacional de Agricultura", publicadas anonimamente no número de "A LAVOURA" de janeiro de 1930.

Em 1931 passou a taquígrafo da Sociedade Na-



Sr. Luiz Marques Poliano

cional de Agricultura, em substituição ao então Secretário Executivo da mesma, que havia optado pelo cargo público que então ocupava.

Com a saída, ainda nesse ano, do contador da S. N. A., foi, pelo ofício n. 93.984, de 16 de junho de 1931, designado para ocupar cumulativamente êsse cargo, que deixou em 1946.

Em 1934 foi designado para servir como redator-secretário da revista "A LAVOURA".

Por ocasião da criação da Escola de Horticultura Wencesláo Bello colaborou na organização de seu regimento interno e fez parte da comissão de compras do equipamento do internato e escolar.

Nesta ocasião (1937) foi designado secretário do referido estabelecimento de ensino.

Tendo sido comissionado, em 1940 pelo Governo Federal para integrar a delegação brasileira às Festas dos Centenários de Portugal foi designado pela diretoria do S. N. A. para obter dados e informações sobre a vida agrícola daquele país, de cujo encargo desincumbiu-se de maneira cabal.

Ainda em 1937 foi Secretário Executivo da II Conferência Nacional de Pecuária e relator da Comissão da Redação Final das Conclusões.

Em maio de 1941 foi convidado para secretariar a Comissão Interministerial que, só a presidência do Dr. Arthur Torres Filho estudou a sindicalização rural no país, redigindo as respectivas atas e publicando um número especial da revista "A LAVOURA", contendo o resultado final dos trabalhos da referida Comissão. Em Agosto de 1945, tendo sido designado para a secretaria da Comissão de Organização Rural planejada pelo S. N. A. e consubstanciada, no Decreto-Lei 8.127, de 24-10-1945, aí permaneceu até a fundação da Confederação Rural Brasileira.

Publicou, em 1946, a História da Sociedade Nacional de Agricultura, um volume de 178 páginas.

Em 1951, publicou, em "A LAVOURA", as notas a respeito da Confederação Rural Brasileira, da qual foi tirada uma separata.

Nomeado Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, por unanimidade, em sessão da Diretoria, secretariou os trabalhos da fundação da Confederação Rural Brasileira, tendo o ministro João Cleofas, em Portaria de 28 de setembro de 1951, posto à disposição do seu gabinete para colaborar nos trabalhos da organização definitiva da mesma.

Além de muitas outras comissões, inclusive delegado da S. N. A. em numerosos congressos e conferências, foi relator da Comissão de Reforma dos Estatutos e secretário da Comissão de Obras da Casa da Agricultura, sede da Sociedade, tendo sido o coordenador da referida construção.

Sua atuação na referida Comissão de Obras foi destacada pela comissão designada para dar parecer sobre o Relatório da Comissão de Obras da Casa da Agricultura e mereceu também, conjuntamente com o Presidente da S. N. A., Prof. Arthur Torres Filho, um voto de louvor proposto pelo Vice-Presidente Dr. Luiz Simões Lopes, em reunião da Diretoria, que aprovou o parecer da referida Comissão.

Acumula, atualmente, o cargo de Secretário Geral da S. N. A. com o de Diretor Responsável e Redator-secretário da revista "A LAVOURA".

Ministério da Agricultura :

1935 — Inspetor ajudante contratado do Serviço de Organização e Defesa de Produção, depois Serviço de Economia Rural.

— Exonerado a pedido, por ter sido nomeado para outro cargo federal (1-3 a 30-6).

Ministério da Educação

1935 — Nomeado 3.º oficial, interino do Museu Histórico Nacional, na vaga aberta com a convocação do Deputado pela Bahia Pedro Calmon. A nomeação se deu em virtude de sua classificação em 1.º lugar no Curso de Museus, 1.ª turma, média final — 97,9. (22-5 a 31-12).

1937 — 16-11. Nomeado conservador do mesmo Museu, classe G interino, pelo motivo acima.

1940 — 4 de Março. Nomeado Conservador efetivo classe J, por sua classificação em concurso de provas e de títulos (1.º lugar — média final 94,9).

1942 — 30 de Abril. Promovido por antiguidade, à classe K.

1947 — 30 de Abril — Promovido, por merecimento, à classe L.

1954 — Promovido, por merecimento, à classe M.

1935 — Designado para servir na Seção de Numismática (27-5).

1937 — Designado para servir na Seção de História (27-11).

1939 — Secretário do Museu Histórico Nacional, cargo de que foi exonerado a pedido (31-7).

1940 — Maio. Nomeado auxiliar técnico da Comissão Brasileira aos Festejos dos Centenários de Portugal, lá permanecendo 10 meses, em serviço na Seção Brasileira do Pavilhão dos Portugueses no Mundo.

1937 — Designado pelo Diretor do Museu Histórico Nacional para receber e classificar a coleção Miguel Calmon, hoje incorporada ao acervo do Museu (Relatório com 40 pg. datilografadas).

1941 — Designado pelo sr. Diretor do Serviço de Economia Rural para, como Secretário, integrar a Comissão Interministerial que estudou o

problema da sindicalização rural. (Relatório publicado na revista "A LAVOURA", de Abril-Junho de 1943).

1945 — À disposição do Ministério da Agricultura para secretariar a comissão prevista no art. 13 do Decreto-lei n.º 1.449, de 9 de Abril de 1945. (Organização da Vida Rural).

1947 — 12 de Julho. Designado pelo sr. Ministro da Educação para integrar a Comissão de Técnicos que classificou e avaliou a coleção de objetos históricos do Marquês de Tamandaré. Foi relator da Comissão.

1951 — 24 de Outubro. À disposição do sr. Ministro da Agricultura para, em continuação aos encargos da comissão anterior, colaborar nos trabalhos de organização definitiva da Confederação Rural Brasileira, fundada em 27 de Setembro de 1952. Foi relator do projeto dos Estatutos e Secretário da Mesa que dirigiu a seção da fundação.

(Todas estas comissões, à exceção da de Secretário do Museu e de Auxiliar Técnico da Comissão Brasileira aos Centenários de Portugal, não foram remuneradas).

Elogios :

1936 — Portaria do sr. Diretor do Serviço de Organização e Defesa da Produção, "pelos excelentes serviços prestados à Repartição". (4 de Junho).

1936 — Portaria do sr. Diretor do Serviço de Organização e Defesa da Produção, "pelos excelentes serviços prestados e inteligente colaboração à administração e trabalhos técnicos do Museu". (2-1).

1938 — Portaria do sr. Diretor do Museu Histórico Nacional, "pelo ótimo trabalho realizado" na recepção, classificação e avaliação da Coleção Miguel Calmon". (1.º de Março).

1941 — 10 de Março. Portaria do sr. Diretor do Museu Histórico Nacional, "pelos zelosos serviços nos trabalhos de organização, arrumação e fiscalização da parte do Pavilhão do Mundo Português, destinado ao Brasil".

(Portaria baixada por determinação do Gal. Francisco José Pinto, Chefe da Delegação Brasileira).

1941 — 11 de Março. Portaria do sr. Diretor do Museu Histórico Nacional, "pelo zelo e competência do desempenho da função de Secretário da Repartição.

Trabalhos Publicados :

Artigos avulsos.

O Museu Histórico Nacional. Seu 17.º aniversário" — (Jornal do Comércio — 22 de Outubro de 1939, reproduzido no livro "Instituições Brasileiras de Cultura", de Adalberto Maria Ribeiro, 1945).

"Moedas Romanas — Período Republicano" — (Revista da Semana, Maio, de 1940).

"Brazão do Século XVII" — (Meio Dia, de 1941).

"Uma contramarca inédita" (Gazeta de Notícias, 8-2-1942, e Numária, de Fortaleza, Maio de 1942).

"Selos Brasileiros vendidos em Londres" (Jornal do Brasil, de 1942).

"A ordem de Pedro I" — (Revista Numismática, São Paulo, 1943).

"Monumentos Nacionais de Portugal" — (Gazeta de Notícias, 1-3-1941).

(Conclui na pág. 56)

ASSOCIATIVISMO RURAL

NOVAS ASSOCIAÇÕES RURAIS RECONHECIDAS

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias reconhecendo as seguintes Associações Rurais:

- 1 — Associação Rural de Santa Izabel, no Estado de S. Paulo, sob o n.º 941 da série A.R.;
- 3 — Associação Rural de Guarulhos, no Estado de S. Paulo, sob o n.º 943, série A.R.
- 4 — Associação Rural de Guaira, Estado de S. Paulo, sob o n.º 70, série A.R.R.;
- 5 — Associação Rural de Indaial, Estado de Santa Catarina, sob o n.º 939, série A.R..

Nova área de ação de Associação Rural

Pela Portaria n.º 178, de 16-2-55 o Sr. Ministro da Agricultura aprovou a modificação processada nos Estatutos da Associação Rural de São José do Rio Preto, do Estado de S. Paulo, cuja área de ação será, apenas, no município que lhe empresta o nome, passando assim, no Serviço de Economia Rural, a ser registrado sob o n.º 938, série A.R..

Associação Rural de Cancinhas

Para o biênio 1955-1957, foi eleita, para dirigir a Associação Rural de Cancinhas, Estado de Santa Catarina, a seguinte Diretoria:

Conselho de administração

Presidente — Alfredo Garcindo
 Vice-Presidente — Guilherme Grosskopf
 1.º secretário — Acacio Pereira
 2.º secretário — Harry Schreiber
 1.º tesoureiro — Ithas Seleme
 2.º tesoureiro — Celso Zippel

Conselho Fiscal

Dr. Tadeschi Takimura
 Dr. Roldão C. B. Camara
 Ernesto Greippel

Suplentes

Ludovico Dombroski
 Alvaro Mallon
 Narciso Ruthes Sobrinho

Associação Brasileira de Avicultura

É a seguinte a primeira diretoria da Associação Brasileira de Avicultura, com sede em S. Paulo.

Diretoria

Presidente — John Wilson da Costa
 Vice-Presidente — João Francisco Gomes Puga
 1.º Secretário — Rubens Franco de Mello
 2.º Secretário — Ludovico Evaristo Mungiolli
 1.º Tesoureiro — Idal Nudelman
 2.º Tesoureiro — Antonio A. Tenore



Associação Rural de Caxias — Maranhão

Conselho Deliberativo

Sebastião Albino Andretto
 Iwao Itó
 Abel Fernandes Neto

Suplentes

Maria da Glória Matos Neves
 Americo Malizia
 Antonio de Arruda Penteado.

Associação Fluminense de Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários

Foi fundada em 18 de janeiro do corrente ano, em Niterói, Estado do Rio, a Associação Fluminense de Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários, sendo a seguinte a 1.ª Diretoria, eleita para dirigir os destinos da nova associação da classe:

Presidente: Eng. Agr. Manoel Affonso Filho
 Vice-Presidente — M. Vet. Jorge Nazareth Barbosa Zenni
 1.º Secretário — Eng. Agr. Juvenal Rocha Nogueira

2.º Secretário — Eng. Agr. Euclides da Silva N. Junior
 Tesoureiro — Med. Vet. Aristofanes Gomes Mendes.

Relatório da Federação das Associações Rurais do Paraná:

Acaba de ser publicado um magnífico folheto sobre as atividades da FARP referente ao ano de 1954.

Do referido relatório extrairmos os seguintes dados que dizem bem do trabalho que a referida Federação realizou em 1954:

- a — das 59 Associações Rurais registradas no Ministério da Agricultura, 49 já se filiaram à FARP, das quais, as seguintes, no ano de 1953: Associação Paranaense de Criadores de Bovinos, Associação Rural Regional de Cornélio Procopio, A. R. de Apucarana, A. R. de Contenda, A. R. de Guarapuava, A. R. de Nova Esperança, A. R. de Pirai do Sul; A. R. de Piraquara e A. R. de Ribeirão do Pinhal e as seguintes no ano de 1954: Associação dos Triticultores e as Associações Municipais de Carlópolis, Congoinhas, Francisco Bel-tão, e Paranavai.
- b — tendo em vista as recomendações da FARP, enviaram, no ano findo, ao SER, do Ministério da Agricultura, os relatórios a que se refere a legislação em vigor, as seguintes Associações: São Mateus do Sul, Caviúna, Wenceslau Braz, Timoneira, Foz do Iguassú, Paulo de Frontin, Reserva, Campo Largo, Rebouças, Jacarezinho e S. José dos Pinhais.
- c — ficou definitivamente resolvida a questão da sede própria pela quantia de Cr\$ 1.500,00, constituída dos conjuntos de ns. 1.101 a 1.108, no 11.º andar do Edifício Lustosa, na Rua 15 de Novembro n.º 556, em Curitiba.
- d — durante o ano foram realizadas 18 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias da diretoria e uma Assembléia Geral Extraordinária e uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo.
- e — a FARP manteve íntimo entrosamento com o poder público, tendo representantes junto à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e na Comissão de Abastecimento e Prêços do Paraná.
- f — a FARP colaborou em tudo quanto se fez necessário, no Paraná, a favor da classe rural e ainda, compareceu às reuniões convocadas pela C.R.B. e à III Conferência Rural Brasileira realizada em S. Paulo.
- g — por intermédio da FARP, foram selecionados 3 filhos de lavradores paranaenses e matriculados na E.H.W.B., da Sociedade Nacional de Agricultura.

Mais Associações Rurais registradas

O Sr. Ministro da Agricultura, assinou Portarias reconhecendo as seguintes Associações Rurais:

- 1 — Associação Rural de Poçinhos, Estado da Paraíba, sob o n.º 99, série A. R.
- 2 — Associação Rural de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba, sob o n.º 945, série A. R..

- 3 — Associação Rural de Caiçara, Estado da Paraíba, sob o n.º 947, série A. R..
- 4 — Associação Rural de Serra Redonda, Estado da Paraíba, sob o n.º 946, série A. R..

Associação Rural do Vale do Rio Grande

Para dirigir os destinos da Associação Rural do Vale do Rio Grande, de Barretos, até Janeiro de 1956, foi eleita a seguinte diretoria:

- Presidente — Lauro Ribeiro de Resende
 Vice-Presidente — Carlos Meinberg
 1.º Secretário — Dr. Raymundo de Castro Diniz
 2.º Secretário — Dr. Rubens Paulo de Andrade
 1.º Tesoureiro — Chrysogono Rosa da Cruz
 2.º Tesoureiro — Rubens de Andrade Carvalho.

O Conselho Fiscal ficou ainda constituído:

- Jorge Wilson Franco
 Dr. João Fabbi Sarelha
 Rafael de Moura Campos
 Suplentes:
 Dr. Romeu Feneion dos Santos
 José de Amendola Neto
 Joaquim Augusto.

Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá

A Assembléia Geral da Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá elegeu, para o exercício de 1955, a seguinte diretoria para dirigir os seus destinos:

- Presidente — José Augusto Vieira
 Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes
 1.º Secretário — Antonio Coelho Guimarães
 2.º Secretário — Benedito Salles
 1.º Tesoureiro — Manoel Soares de Azevedo
 2.º Tesoureiro — Benedito de Oliveira Castro.

Conselho Fiscal

Antenor Vasconcelos Cardoso, Fabio Dias Faria, Geraldo Barbosa Rangel, Hilton Dias Werneck, Joaquim Bibiano de Almeida, João Caltabiano e José Marcondes Santos França.

Associação Agro-Pecuária de Erechim

É a seguinte a diretoria eleita para dirigir, no período 1955-1956 as destinos da Associação Rural de Erechim, registrada no Ministério da Agricultura sob o número 682, série A. R.:

- Presidente — Arnaldo Carlos Porto
 1.º Vice-Presidente — Dr. Raymundo Fiorelo Zanin
 2.º Vice-Presidente — Dr. Carlos Zambonato
 1.º Secretário — Dr. Eurico Assis Maciel
 2.º Secretário — Turibio Miguel Angelli
 1.º Tesoureiro — Camilo Chitolina
 2.º Tesoureiro — Dr. Euclides Maragno
 Orador Oficial — Dr. Hiram Sampaio.

Conselho Fiscal:

Eolo Arioli, Mario Corradi e Maximiliano Heldwein — Suplentes: Manoel Vieira Dias, Gregorio Giacomolli e Antonio Dalla Vecchia.

Federação das Associações Rurais de S. Paulo

É a seguinte a nova diretoria eleita em 16 de Fevereiro do corrente ano para dirigir a FARESP no período de 1955 a 1958:

Presidente, Clovis Sales Santos — **Vice-Presidente**, Jaime de Almeida Pinto, Helio Miranda e Luiz Duarte Silva — **Secretário Geral**, Paulo Guzo — **Secretários**, Ciro Albuquerque e Estevão Faraone — **Tesoureiros**, José Pires de Almeida (1.º), Julio Carlos Ribeiro do Vale (2.º) e João Guimarães (3.º).

Direção dos Departamentos: **Cafeicultura**, Francisco de Barros Pires — **Cotonicultura**, **Fibras Diversas e Sericicultura**, Geraldo Martins de Azevedo — **Pecuária de Corte**, José Leão Cavalcanti — **Pecuária Leiteira**, Frank Matos Sampaio — **Cereais**, Luiz de Almeida Prado — **Fruticultura**, Rubens de Paula Eduardo — **Avicultura**, Luiz Emmanuel Bianchi — **Olericultura**, José Calil — **Raízes e Tuberculos**, Edison Consolmagno — **Serviço Social Rural**, Luiz Alvarenga — **Indústrias Rurais**, Osvaldo Urioste — **Imigração e Colonização**, Lóerte Ramos de Moura — **Cooperativismo**, Francisco Antonio de Toledo Piza — **Silvicultura**, **Conservação do Solo**, **Mecanização e Irrigação** — João Abramides Neto — **Lavoura Canvieira**, Domingos José Androvandi.

Comissão Fiscal — João Rensi, José Augusto Vieira e João Padua Lima. **Suplentes**, Joaquim Moreira Filho, Luiz Eugenio Frizoni e Rodolfo Jungers.

Conselho Deliberativo (1955-1956) — Adalberto do Amaral, Donato Mascarenhas Filho, Fortunato Mazzei, Heitor Carvalho Gomes, João Gomes Martins Filho, Joaquim Azeredo Passos, João Rodrigues Soares, Leven Vanpré, Lingard Miller Paiva, Rafael de Moura Campos, Dario de Oliveira e Silva, Domingos Paro, Durval Accioly, Francisco Carneiro de Albuquerque e José Vicente Gonçalves Pinto.

DELEGADOS ELEITORES

Votaram na assembléia eleitoral de 16 de fevereiro, na qual foi sufragada a diretoria supra, os delegados agrícolas dos seguintes municípios: Adamantina, Americana, Amparo, Analandia, Andradina, Anhenbi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Arealva, Atibaia, Avai, Ayaré, Barretos, Bebedouro, Birigui, Botucatu, Bragança Paulista, Brotas, Caçapava, Cacondé, Cafelandia, Cajuru, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Casa Branca, Catanduva, Cerqueira Cesar, Conchas, Cotia, Descalvado, Dourado, Duartina, Florida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Getulina, Guaratinguetá, Guariba, Iacanga, Ibirarema, Ibitinga, Itapeçerica da Serra, Itapetininga, Itararé, Itatinga, Jaú, Jaboticabal, Jaú, Jundiá, Laranjal Paulista, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Marília, Martinópolis, Mineiros do Tieté, Mococa, Mogi das Cruzes, Monte Alto, Morro Agudo, Nova Granada, Novo Horizonte, Ourinhos, Olímpia, Palmatal, Paranapanema, Paraibuna, Penápolis, Pereiras, Piedade, Pindamonhangaba, Piracicaba, Pirajú, Pirajui, Pompéia, Potirendaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Rancharia, Reginópolis, Registro, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Anastácio, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Manuel, Sertãozinho, Taubaté, Torrinhã, Tupá, Vargem Grande do Sul, Uchoa, Vera Cruz, Votuporanga, Associação dos Avicultores do Estado de São Paulo, Associação Paulista de Sericicultura, Tatui e General Salgado.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Redator Técnico de A LAVOURA

Contribuição ao estudo de pastagens artificiais no Paraná (de uma comunicação feita a A. E. A. P., pelo Eng. Agr. Pedro J. Costa Muniz)

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, acaba de publicar um interessante e útil folheto de 8 páginas, subordinado ao título acima de autoria de um de seus destacados associados: — o Eng. Agr. Pedro J. Costa Muniz —.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho de grande interesse para o Paraná, onde são pobres os campos naturais e, em consequência só se pode pensar em melhoria da pecuária, desde que sejam formados pastos artificiais. Os estudos sobre a Gramma Missionera, de que o trabalho dá um relato fiel, demonstraram as excelentes qualidades da referida gramínea quanto a resistência à quadra invernal, ao pizoteio, etc., embora, como todas as gramíneas, não seja elevado o seu valor nutritivo.

A contribuição da A. E. A. P., é, portanto, da mais alta valia para os criadores do Paraná, e merece os aplausos de todos quanto se interessam por esses problemas.

Ao trabalho, pois, do Eng. Agr. Pedro J. Costa Muniz, deve ser dada a mais ampla divulgação.

Custos de produção da cultura canvieira no Brasil — (relatório apresentado pelo Prof. Henrique de Barros, Economista Agrário comissionado pela F. A. O.).

O Prof. Henrique de Barros é bastante conhecido no meio agrônomo do Brasil. Já aqui esteve, três vezes, duas das quais, em missão do F. A. O. A primeira delas, estudando a "economia da produção do trigo no Estado do Rio Grande do Sul", e, desta vez, para realizar conferências e cursos sobre "Economia Agrária".

O trabalho agora divulgado, em 61 fôlhas mimeografadas, tipo ofício, abrange os seguintes capítulos:

- I — Introdução.
- II — Contribuição para o estudo da economia da cana de açúcar realizado em Campos e em Pernambuco.
- III — Conferências e visitas no Estado da Bahia.
- IV — Conferências e lições na Escola Superior de Agricultura da Universidade de Minas Gerais, em Viçosa.
- V — Estádias no Rio de Janeiro e conferências na Escola de Sociologia e Política de S. Paulo.
- IV — Resumo das 18 conferências e cursos realizados.

A autoridade do Prof. Henrique de Barros nos assuntos abordados é indiscutível. Os seus estudos são da mais alta valia e revelam bem o acerto da F. A. O. ao convidá-lo para no Brasil, realizar conferências e cursos sobre Economia Agrária.

Tais cursos e conferências, todos oportunos e do mais alto interesse versaram sobre :

- “Custo da produção agrícola”
- Métodos cadastrais de avaliação de propriedade rústica
- Natureza e estrutura da profissão agrônômica
- Importância dos estudos econômicos nos problemas da agricultura
- Cadastro da propriedade rústica
- Problema da produção do trigo no Brasil
- Obstáculos da estrutura agrária à ação agrônômica
- Reforma agrária como problema econômico

Conceitos modernos sobre o direito de propriedade da terra.

O magnífico trabalho do Prof. Henrique de Barros merece ser lido por todos os estudiosos das questões de economia agrária, pois aborda, de uma maneira segura e eficiente, problemas de mais alta relevância.

A LAVOURA registra, com satisfação o presente trabalho do Prof. Henrique de Barros, velho amigo da Sociedade Nacional de Agricultura, no momento uma das mais destacadas autoridades em economia agrária, cujos trabalhos e pesquisas já ultrapassaram as fronteiras de Portugal e são hoje conhecidos e admirados em todo o mundo, especialmente no Brasil, onde o Prof. Henrique de Barros conta, sem dúvida, com numerosos discípulos.

III.^a CONCENTRAÇÃO RURAL REGIONAL

TERESINA — 23 A 29 DE MAIO DE 1955

REGIMENTO

- 1.^o) — A III.^a Concentração Rural Regional reunir-se-á em Teresina de 23 a 29 de maio de 1955, terá, sem caráter deliberativo, os seguintes objetivos :
 - a) — Identificação e sistematização dos principais problemas da economia rural do Piauí, do Pará e do Maranhão, bem como de zonas economicamente correlatas
 - b) — Fixação de um programa concreto de reivindicações da classe perante os poderes estadual e federal
 - c) — Desenvolvimento da organização associativa na região.
 - 2.^o) — Participarão da Concentração as Associações Rurais e Federações de Associações Rurais dos Estados do Piauí, Pará e Maranhão, entidades e órgãos especialmente convidados.
 - 3.^o) — A Comissão Organizadora será constituída do Presidente da Confederação Rural Brasileira e do Presidente da Federação das Associações Rurais do Piauí, cabendo a Presidência de Honra da Concentração ao Sr. General Jacob Gayoso e Almendra, Governador do Piauí.
 - 4.^o) — Todas as proposições, antes de encaminhadas ao Plenário, serão previamente relatadas pela Comissão Executiva, composta por representantes da Confederação e da Federação no certame.
 - 5.^o) — As sessões plenárias serão constituídas de todos os participantes da Concentração, devidamente inscritos, e terão a duração de 2 horas, prorrogáveis à juízo do plenário.
 - 6.^o) — Cada participante poderá usar da palavra somente uma vez, por prazo de 15 minutos, prorrogáveis até por igual tempo, à juízo do plenário.
- 7.^o) — Os casos omissos serão solucionados pela mesa.
 - 8.^o) — Será o seguinte o programa da III.^a Concentração Rural Regional :
 - Dia 23 — As 13 horas, recepção à Comissão representante da CONFERUBRA e demais Congressistas. As 20 horas, abertura solene dos trabalhos no “Teatro Quatro de Setembro”.
 - Dia 24 — Visita oficial ao Governador e Prefeito (pela manhã); em seguida, visita ao Campo “Apolônio Sales”, do Serviço de Irrigação, e ao Posto-Pecuário de Buenos Aires (com almoço no último). As 16 horas, inauguração do prédio “A CASA RURAL DO PIAUÍ”, sede da FAREPI, e, em seguida, sessão plenária.
 - Dia 25 — Visita a alguns estábulos de vacas leiteiras e almoço na Granja “Pirajá”, do Serviço da Produção Animal. As 16 horas, continuação da sessão plenária.
 - Dia 27 — Visita ao Município de Campo Maior (centro pastoril mais próximo da Capital), à fazenda experimental “Sol Posto”, do Serviço de Fomento da Produção Animal, e à Fazenda “Abilheiras”, de propriedade do Dr. Oscar Castelo Branco e filhos, onde será servido almoço. Pernoite na fazenda “Nova Olinda”, de propriedade da firma Irmãos Gayoso e Almendra, onde existe uma fábrica de manteiga e diversas outras indústrias conexas.
 - Dia 28 — Almoço em Nova Olinda, município de Castelo, e regresso à Teresina.
 - Dia 29 — As nove horas, coctail na Cidade Jardim Socopo, oferecido pela Associação Piauiense de Criadores. As 16 horas, encerramento dos trabalhos no Teatro “Quatro de Setembro”. As 20 horas, banquete no “Club dos Diários”.

SEGUROS DE ANIMAIS

O seguro de mortalidade dos animais, que equivale ao seguro de vida para a espécie humana, é muito mais antigo do que este. Somente no século XIX, no entanto, começou a ser praticado com base técnica.

Os grandes tratadistas franceses mostraram-se céticos quanto à aplicação generalizada desse seguro. Um deles, A. Chaufon, escreveu: "Querer oferecer à agricultura um seguro contra a mortalidade dos animais de fazenda é querer perseguir uma quimera. Eu não me darei ao trabalho de estudar-lhes os princípios". E outro, Magne: "A dificuldade na organização do que se possa chamar de tábua de mortalidade dos animais não permite que se estabeleça, com alguma certeza, as bases racionais desse seguro".

Essa dificuldade existe, com efeito, e é um atributo da natureza particular do risco. O homem altera, consideravelmente, as leis naturais da mortalidade dos animais, conforme o trato que lhes dá, o regime ao qual os submete e o clima sob o qual se faz viver.

O risco, portanto, além de específico e topográfico, é também essencialmente subjetivo, nele tendo importância decisiva o fator humano. Os riscos específico e topográfico já foram completamente dominados, em todos os países que exploram o seguro mortalidade, pelos trabalhos estatísticos e estudos especia-

lizados, não mais constituindo o segredo para os seguradores.

Quanto ao risco subjetivo, involuntário ou não, não pode ser estabelecido por uma lei estatística; mas sua incidência pode ser, e tem sido, atenuada por meio de uma fiscalização severa e de uma assistência veterinária contínua e eficiente.

Contrariando tôdas as previsões pessimistas, o seguro de mortalidade demonstrou, em todos os países onde tem sido praticado, não só que pode dar lucros inesperados, como também que é um seguro estável e fácil de ser operado.

A estatística de setenta e cinco anos de atividades de uma companhia francesa, que opera em todos os ramos de seguro, revelou que, de tôdas as curvas de sinistro, a de mortalidade dos animais é a mais regular, a de menor variação. Nela não se encontram as perigosas "pontas" de certos riscos.

E isso ainda não é o mais importante. Outras vantagens, não previstas, foram conseguidas, automaticamente, nos países em que foi implantado o seguro mortalidade. Tais vantagens foram, entre outras, a diminuição da mortalidade, o crescimento da produção e o aprimoramento da raça.

É esse o seguro que a Companhia Nacional de Seguro Agrícola vai inaugurar no Brasil, para cobertura dos riscos do gado bovino.

Os agricultores e criadores

brasileiros irão, pois, conhecer a única medida séria e eficaz que os protegerá contra os prejuízos que lhes possam advir da morte dos seus animais.

Até agora, quando se declarava uma epizootia no gado bovino, os prejudicados conseguiam uma moratória para a região atingida. Essa medida, embora salvasse o criador, naquêlo momento angustioso, dificultava-lhe a vida, daí por diante. A moratória concedia-lhe a faculdade de adiar o pagamento da sua dívida para o ano seguinte, ou mesmo por um prazo mais prolongado mas não lhe repunha o gado morto nem lhe dava meios para substituí-lo.

Era forçoso recorrer a um banco, para um adiantamento, contando, unicamente, com o futuro — êsse grande avalista dos empréstimos rurais e que tanto falha! E tudo ficava dependendo da sorte. Na melhor das hipóteses, isso significava um ano cheio de preocupações e uma farta messe de cabelos brancos.

Com o seguro de mortalidade tudo será diferente. Cada animal que morrer, por moléstia, acidente ou raio, será indenizado. Se uma epizootia dizimar o gado bovino, o criador nada perderá.

Não mais será preciso apelar para o futuro nem confiar na sorte. As preocupações desaparecerão, como por encanto, sendo substituídas por uma grande sensação de bem-estar e pelo inestimável sossêgo de espírito.

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS" REVISTA MENSAL

Direção : **Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes**

Assinatura anual Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

MAIS ALQUEIRES!

MENOS COMBUSTÍVEL!

MENOS TEMPO!



...com pneus Firestone que puxam de fato!

Firestone CHAMPION

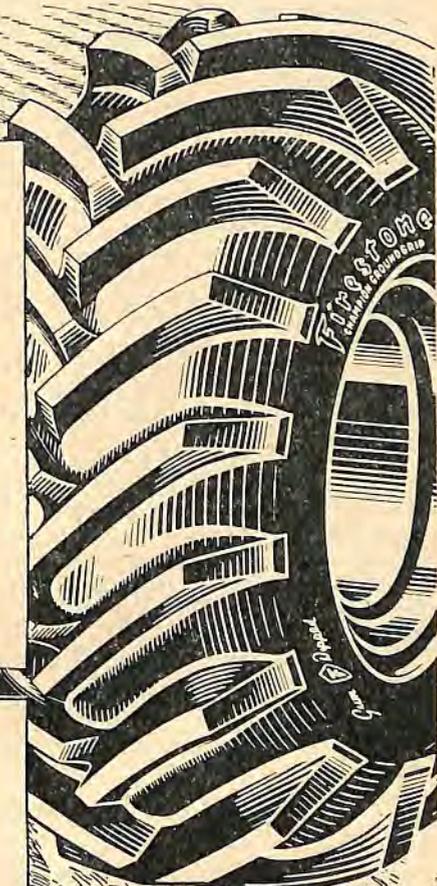
DE BARRAS ABERTAS

Novo tipo, com barras cônicas e curvadas que "agarram" firme no solo. Banda de rodagem larga e plana, para mais força de tração e mais durabilidade. Ombros maiores e mais fortes — garantem desgaste lento e por igual. Lonas suplementares para absorver os mais rijos impactos. Desenho especial que permite ao pneu limpar-se automaticamente, sem acumular terra. Ideal para terrenos firmes.

Firestone CHAMPION

DE TRAÇÃO CÊNTRICA

O famoso desenho FIRESTONE de tração cêntrica! Barras robustas inter-apoiadas! Máxima tração em terreno lamacento ou arenoso. Barras recurvadas que "agarram" firmemente o chão e garantem grande rendimento, sem derrapagens ou patinagens. Super-reforçado!



Firestone

— rendimento extra... sem custo extra!

Possíveis Soluções para os Graves e Urgentes Problemas da Política Cafeeira

Nesta primeira metade do século, a instabilidade de orientação no dirigismo econômico criou, para a lavoura cafeeira, uma perigosa crise de sobrevivência.

Durante 50 anos vivemos, praticamente, numa alternativa. Quando o lavrador tinha produção, não tinha preço, e quando tinha preço não tinha produção. A princípio, quando apenas S. Paulo era a terra do café, a fertilidade natural dos solos virgens compensava o nomadismo da cultura extensiva e não se denunciava que esta política de imediatismo nos empurrava para o malogro.

Agora, com a ampliação da zona produtora, que se estende dos cafezais novos do Paraná à produção de cafés fracos do Espírito Santo, verifica-se, num compreensível alarme, que a política de só manter preços altos e artificiais apenas serviu para encorajar competidores nos mercados internacionais, sem amparar nossa produção no seu aspecto fundamental.

O critério habitual foi ignorar um plano de longo alcance. Procurou-se defender apenas a arrecadação de divisas-ouro, esquecendo-se de proteger a "fábrica" deste mesmo ouro.

A impressionante consequência deste imediatismo se patenteia no quadro estatístico, relativo à nossa contribuição para o consumo americano o adiante transcrito:

É confrangedor verificar que o Brasil, antigamente detentor de 75% do fornecimento mundial do café, está hoje nivelado ao seu concorrente de menor expressão econômica.

Esta é a razão pela qual a lavoura se manifesta inquieta, situação de decorrência que pode arruinar a economia nacional.

Pode-se, todavia, justificar a iniciativa de uma solução, ou melhor, o encaminhamento para esta solução. Que deseja, em síntese, a lavoura do café? Quer apenas se obedeça

à Lei 1.779, outorgando ao *Instituto Brasileiro do Café* plena autonomia para orientar e executar a política cafeeira.

O órgão supremo de direção do I. B. C. é a JUNTA ADMINISTRATIVA, presidida por um Delegado Especial do Governo Federal, com voto deliberativo e de qualidade, e mais os seguintes representantes:

- a) representantes da lavoura, em número proporcional de um para cada milhão de sacas exportadas em cada Estado cafeeiro;
- b) representantes das praças de comércio de café, em número de cinco, sendo um para as seguintes cidades: Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Vitória, e um para as demais praças;
- c) um representante de cada um dos Governos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e dois representantes, designados em conjunto pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso.

Porque não se cumpre a própria Lei n.º 1.779, incumbindo a estes legítimos delegados da lavoura, indicados pelos produtores, pelo comércio e pelos Governos, de traçar a orientação que deverá ser executada pela Diretoria do I. B. C.?

Pleiteia a lavoura esta autonomia de orientação e execução para evitar que se continue a praticar graves erros que se repetem seguidamente.

Inicialmente, qual foi a motivação do agravamento da crise atual? Foi a decisão governamental de majorar o preço do café, fixando-o em 87 centavos de dólar por libra-pêso, deixando de ouvir o prévio pronunciamento da Junta Administrativa, que então se achava reunida na

Capital da República, e que só pôde manifestar sua opinião contrária quando já havia sido divulgada a decisão oficial.

Os efeitos dos erros dessa política, que vem de longe, estão se evidenciando de maneira alarmante. O consumo do café nos Estados Unidos, se faz agora, mais do que nunca, na base de misturas variáveis de cafés verdes, que, posteriormente, dão continuidade estável ao tipo vendido pelos torradores. Essas conhecidas "marcas" de cafés torrados, oferecidas ao consumidor pelos varejistas, são oriundas de "blends", isto é, misturas de vários cafés verdes.

Antigamente, o café brasileiro era oferecido puro ao consumo, debaixo de uma infinidade de marcas, nas quais esse fato era mencionado, o que representava verdadeira propaganda do nosso produto. Hoje, nem sequer a única marca composta unicamente de café brasileiro, a "EIGHT O' CLOCK", traz, no envólucro, o simpático "slogan" "FINOS CAFÉS SANTOS", antes ostentado por todas elas.

Ao ser elevado o preço mínimo do café brasileiro, ele passou a custar mais caro que o café colombiano, não obstante ser tradição no comércio industrial o café da Colômbia valer cerca de cinco dólares mais por saca do que o nosso café.

O torrador norte-americano, que usava aproximadamente 60% de cafés brasileiros e 40% de cafés colombianos nos seus "blends", inverteu a proporção de suas misturas. Fêz ainda mais: passou a empregar também cafés africanos, muito mais baratos, embora sem gosto, pois são neutros, no desejo de baratear a mistura. Note-se que até então o café africano não havia conseguido penetrar no mercado norte-americano. A essa política agressiva de nossos competidores respondemos com a manutenção do atual sistema restritivo de distribuição.

Expulso no mercado o nosso café, agravou-se a crise e o Governo Federal novamente alterou sua orientação, fixando o preço mínimo em 68 centavos de dólar, e, portanto, recuando no critério altista.

A esta altura, a Colômbia voltou a fixar em 72 centavos de dólar o preço mínimo de seu produto, pois já havia vendido toda a safra. Não obstante, enviou uma delegação ao Rio de Janeiro para estudar um convênio, pois ficou temerosa que o Brasil, em virtude das margens do confisco cambial, pudesse baixar ainda mais seu preço mínimo.

Simultaneamente, enquanto se registravam estas hesitações, a Bolsa de Café de Nova York acusou espetaculares manobras baixistas e o Governo Federal deliberou intervir, tentando sustentar os preços.

Foi outro erro, porque há que distinguir entre o mercado especulativo do café e o mercado físico, sempre influenciado pelo primeiro.

Toda nossa produção é vendida no "disponível" e, portanto, no mercado físico. A exportação independe das cotações da Bolsa de Nova York que apenas significa mercado especulativo, grande perturbador do mercado.

Basta saber que o café da Colômbia não é cotado na Bolsa de Nova York para se verificar como as cotações não influem na exportação. O próprio Brasil, durante e no após guerra, vendeu todas as suas safras estando a Bolsa fechada, e ainda agora, os negócios feitos com a Europa, não são feitos através da Bolsa.

O que faz a Colômbia ?

Protegida a sua economia cafeeira pela sua organizadíssima "Federação de Cafeteiros", (27 funcionários efetivos enquanto o IBC tem 1.500) dirigida de longa data por Manuel Mejia, que no curto prazo de um ano esteve no Brasil quatro vezes, a Colômbia lançou mão de um artifício chamado reajuste, que lhe permitiu vender seus cafés mais baratos do que os nossos!

Como os cafés brasileiros são cotados na Bolsa de Nova York (o que não acontece com os colombianos), verificaram aqueles nossos concorrentes que enquanto as cotações do mês presente eram da ordem de 68 cents. por libra peso,

os meses futuros eram cotados até a 50 cents. (um saco de 60 quilos pesa 132 libras).

Passaram então a oferecer diretamente aos importadores e torradores seus cafés a 62 cents. (em lugar de 72 cents.) e ao mesmo tempo compensavam esse prejuízo comprando cafés brasileiros cotados na Bolsa a preços muito inferiores nos meses futuros. Quando, com o decorrer do tempo, estes se tornassem "presentes" automaticamente passariam a valer 68 cents., graças à defesa feita na Bolsa, pelo Brasil ou pela própria Colômbia, cujos cafés, defendidos no disponível a 72 cents. e valendo 4 cents. mais do que os nossos sempre acabavam puxando o preço do nosso para cima, a 68 cents.

Pleiteia, portanto, a lavoura, que o café do Brasil seja excluído da Bolsa de Café de Nova York, e neste desejo é apoiada pelo Governo norte-americano que, officiosamente fez sentir sua opinião nesse sentido.

Aliás de que vale manter estas cotações de Bolsa se elas só servem aos especuladores?

A revelia do I. B. C. e da sua Junta Administrativa, portanto, dos interessados, o Banco do Brasil concedeu a diversas firmas exportadoras a faculdade de financiarem seus cafés pelo preço mínimo oficial, com opção de venda. Se os preços subissem, o exportador podia vender o produto financiado, com o resultado pagar o Banco e embolsar a diferença. Se o preço baixasse, simplesmente entregavam o café e liquidavam a operação. Não havia risco.

No momento em que se faziam esses financiamentos no Banco do Brasil, digamos de 10.000 sacas, imediatamente vendiam na Bolsa de Nova York outras 10.000 sacas. Se o preço subisse ganhavam aqui. Em resumo, financiavam com opção de venda aqui e faziam "cobertura" vendendo lá. O interesse deles é que as cotações caíssem lá.

Havia portanto um duplo interesse em forçarem a baixa na Bolsa de Nova York, pois assim ganhavam lá e aqui.

Enquanto isso os negócios no disponível, mercado físico, ficavam a mercê dessa instabilidade provocada pelo mer-

cado especulativo; as nossas vendas paravam e os concorrentes vendiam.

Outra iniciativa que a lavoura desejaria ver aprovada se relaciona com a movimentação da safra.

O I. B. C. é quem regula e fiscaliza o trânsito de café, das fontes de produção para os portos e aí regula as entradas, definindo o limite máximo dos estoques liberados em cada porto. Todavia, no que diz respeito à defesa dos preços, ele apenas executa esta política, que, erradamente, vem orientada pela COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO, diretamente subordinada ao Senhor Ministro da Fazenda. Além disso, os estoques acumulados em poder da referida Comissão, oriundos das compras, geram desconfiança e intranquilidade entre os compradores. Tais estoques têm que ficar em poder do I. B. C.

É fundamental ao bom andamento dos negócios de café que em cumprimento à Lei se devolva ao I. B. C. a prerrogativa de realizar a política cafeeira, com inteira exclusão, especialmente de funções exercidas pela Comissão de Financiamento da Produção, pois a falta de unidade na direção da política cafeeira gera intranquilidade no mercado do produto.

O lavrador, hoje, à medida que colhe e prepara o seu café procede aos embarques; estes se fazem por dezenas em cada mês e começam, normalmente, em 1.º de julho de cada ano. Assim, o café embarcado entre 1 e 10 de julho é o que vai chegar primeiro ao porto; depois vem a 2.ª dezena, a 3.ª, e assim por diante. Quando o primeiro café chegar ao porto de Santos, ou Paranaguá, ou Rio, ele é recolhido em armazéns gerais, que se incumbem de pagar o frete ferroviário, do seu preparo para a venda — tiragem de amostras, reensaques, etc.

A taxa de armazenagem é cobrada por um período de 3 meses, permaneça esse tempo ou não.

O dono da mercadoria começa, então, a acompanhar as cotações da Bolsa de Nova York, pelos jornais, rádio, etc.; alimenta a esperança de conseguir melhor preço para o seu produto, e, com isso, recusa a venda.

Retidos ficam então os cafés embarcados nas dezenas seguintes. Os cafés que ficam no porto em poder dos produtores que não os venderam, ou dos exportadores que os compraram, mas estão especulando com essa mercadoria, vão "desmerecendo", isto é, piorando, tornando-se menos vendáveis e mais caros, onerados pelos juros, armazenagem, etc. Geralmente, à medida que se exporta café é que quantidades correspondentes do produto retido são liberadas para o porto.

Como a produção do Brasil é, digamos, de 15.000.000 de sacas, e os estoques nos portos de, mais ou menos 3 milhões, significa que os 15 milhões antes de serem exportados sofrem esse tratamento "negativo" de permanência nos portos. Tudo isso devido ao sistema especulativo do nosso comércio, que obriga o torrador a fazer suas "quimicas" (café colombiano com africano, etc.) para impedir que o reflexo dessa instabilidade gerada pelo sistema atinja o consumidor.

Esse sistema de embarques em "prestações" dificulta a comercialização do produto. Se numa firma exportadora recebesse uma ordem de compra enviada por uma firma importadora de Nova York, de 10.000 sacas de café de um tipo exatamente igual ao produzido por lavrador que tivesse obtido uma colheita de 10 mil sacas de café, mas que embarcou sua safra, como vimos, em 10 dezenas, só poderia vender as primeiras mil sacas porventura chegadas; quanto às nove mil restantes, bloqueadas nos armazéns das Estradas de Ferro pelo regulamento de embarques, só em data remota chegariam ao porto.

Bem se vê que esta limitação desestimula o produtor na obtenção de qualidade, pois o seu maior interesse é colher e beneficiar rapidamente para alcançar os embarques permitidos, obter o financiamento e ver seu produto no porto de exportação. Torna-se indispensável, pois, que o I. B. C. seja dotado daqueles recursos financeiros que a Lei 2.145 também prevê, de maneira substancial, para realizar a defesa do justo preço para o café, nas fontes de produção ou nos portos

de exportação, inclusive quando necessário, mediante compra do produto para retirada temporária dos mercados, como determina a lei 1.779.

Como decorrência dessa medida, o sistema de movimentação da mercadoria deve ser modificado.

Para isso, o I. B. C. deverá instalar armazéns no interior, adaptando os de sua propriedade ou contratando com companhias particulares de armazéns gerais os serviços de armazenamento, classificação, rebenefício se interessar, emissão de certificados de depósito e de classificação e "warrants".

Esses documentos servirão de base para o detentor da mercadoria obter, no Banco do Brasil, o financiamento, segundo a qualidade, com opção de venda do I. B. C., na base do preço mínimo em vigor, dos cafés depositados.

Esse mecanismo permitirá ao lavrador preparar, com vagar, seus cafés, em benefício do tipo e da qualidade, porque os melhores tipos terão melhores preços.

As amostras dos cafés depositados nos referidos armazéns serão remetidas para a praça comercial, onde os corretores, normalmente, oferecerão a mercadoria aos exportadores.

Se a oferta obtida satisfizer, o produtor autorizará a venda e todo aquele lote demandará o porto diretamente

para o navio. Até então esse café estava no armazém do interior sujeito a despesas muito menores em condições ambientes muito melhores, aguardando a oportunidade mais conveniente para ser negociado.

Dessa maneira, abolido o gargalo que asfixia o escoamento do café brasileiro, estaria eliminado o ambiente propício às especulações e aberta a porta de recuperação dos mercados mundiais, porque o I. B. C. sempre que houver falta de café nos mercados, tratará de supri-la com café dos seus estoques mediante um plano pré-estabelecido.

Segundo estatísticas divulgadas pelo I. B. C., o número de cafeeiros existente no Brasil é 24.531.937.200, conforme estatística adiante transcrita:

Estimada em 15.000.000 de sacos a produção brasileira de café, e considerando como preço médio de venda Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), tem-se que a receita da produção brasileira de café é de Cr\$ 30.000.000.000,00.

Vejam, agora, a despesa realizada para a aplicação dos tratamentos culturais destinados à manutenção dessa lavoura:

Estimando-se em Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros) por pé, nas lavouras formadas, o custo das capinas, colheita, despesas gerais, e administração, e Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros)

COMPANHIA SIDERURGICA BELGO MINEIRA

AVENIDA NILO PEÇANHA, 26

3.º ANDAR

TELEFONE:

22-1970

para as lavouras novas, teremos :

Do saldo resultante de Cr\$ 5.468.063.000,00 é que terão de ser deduzidas as importâncias destinadas a cobrir as despesas com os seguintes itens :

- a) juros do capital invertido;
- b) juros do custeio;
- c) adubação;
- d) conservação do solo, combate à erosão, etc.;
- e) irrigações;
- f) melhoria das condições de vida do trabalhador rural.

a) Estimando-se, para a efeito de cálculo, em Cr\$ 10,00 o valor do pé de café (no Paraná atinge a Cr\$ 100,00 e em São Paulo a Cr\$ 50,00), o capital representado pelo estabelecimento seria, à taxa de 10% sobre Cr\$ 33.153.020,00 : Cr\$ 3.315.302,00.

b) A taxa de juros do custeio concedido pelo Banco do Brasil, é de aproximadamente 1%. Considerando-se o seu uso em parcelas mensais, o custo final desse financiamento pode ser calculado em 6%, sendo então : Cr\$ 1.471.916.220,00.

Deve-se considerar, ainda, o seguinte :

a) as lavouras do sul do Brasil são mais produtivas, mas estão sujeitas a geadas periódicas, que reduzem as colheitas;

b) as fazendas dessas regiões, na maioria dos casos, estão na fase de montagem, que exige despesas vultosas — ferreiros, máquinas, etc

As lavouras da zona centro, parecem ser as representativas da cafeicultura média brasileira.

Segundo estudo realizado pela Assessoria Econômica da FARESP, a necessidade teórica de adubos fosfatados, nitrogenados e potássicos para manter o nível estável de rendimento físico, baseados resultados das experiências de adubação, é, para o café, de cerca de 1 milhão de toneladas, segundo as últimas importações realizadas pelo Departamento Comercial da FARESP, o custo médio da tonelada desses adubos, CIF Santos, para a fórmula 7-7-21, foi de 58 dólares. Segundo os últimos leilões da lavoura foi o dólar cotado em Cr\$ 45,00.

Essa adubação, excluída a

despêsa de transporte e aplicação, custaria Cr\$ 2.560.000.000,00.

Destas observações, conclui-se que a cafeicultura, nas condições atuais, parece não permitir a aplicação dos tratamentos racionais indispensáveis à sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, remunerar o capital mal empregado.

Considerando que a cafeicultura colombiana é representada por pequenas fazendas de, em média 5.000 pés, o que permite um custo de produção baixo, impõe-se a adoção, por nós, de medidas tendentes à racionalização dos métodos culturais objetivando a mesma coisa. O produtor brasileiro de há muito reconhece essa necessidade. Outra explicação não tem o "pioneirismo" ou "bandeirismo" dos fazendeiros de café abrindo fazendas em Mato Grosso, Paraná, e demais sertões; não desejam outra coisa senão produzir barato à custa da fertilidade natural das terras novas. Se deixam atrás de si o deserto é porque sua receita não permite a conservação e recuperação da fertilidade exaurida pelas colheitas. No entanto, aí ficaram instalações caras, em zonas dotadas de melhoramentos, tais como estradas, energia elétrica, telefone, serviços de assistência social, sanitária, agrônoma, etc.

Têm razão os fazendeiros quando manifestam seu descontentamento contra o tratamento discriminatório dispensado ao café, e pleiteiam a modificação da política cambial pela abolição do confisco, pois um saco de café exportado produz cerca de 85 dólares que, convertidos em cruzeiros, representam, ao câmbio livre, cerca de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), dos quais o lavrador recebe pouco mais de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) à taxa oficial.

Essa diferença tão grande dá margem ao emprego de artifícios pelos exportadores menos honestos, que nela encontram meios de fraudar a economia nacional da maneira seguinte: os cafés tipo SANTOS, valem cerca de 85 dólares, os tipo RIO, 65. A fiscalização do Banco do Brasil exige, contra a exportação feita de café tipo SANTOS, importância correspondente

de cambiais. Assim, quem exportar 1.000 sacas de tipo SANTOS, deverá entregar 85 mil dólares. A mesma coisa com os cafés RIOS. Ora, quem exportasse café SANTOS pelo porto do RIO, como café RIO, deveria entregar 65.000 dólares, e poderia embolsar clandestinamente 20.000 dólares.

É dentro deste espírito que apresentamos as sugestões abaixo que, se adotadas desde logo, estamos certos, resolverão a grave crise que aflige o grande produto há longo tempo e que ameaça tragá-lo definitivamente :

- 1.º) Outorgar ao I. B. C. a orientação e realização da política cafeeira, cuja direção deverá ser integralmente atribuída à classe agrícola.
- 2.º) Diligenciar, pelos meios diplomáticos ao alcance do Governo, pela retirada do café da Bolsa de Nova York, e pelo conseqüente fechamento das Bolsas nacionais.
- 3.º) Deslocamento da defesa do produto — que deverá ser permanente, dentro das condições ditadas pelas conjunturas nacional e internacional — para o interior, isto é, junto e diretamente aos produtores. Esta deverá ser exercida pelo I. B. C., cujo apoio financeiro deve ser amplo, estabelecendo-se normas, que atribuindo melhor preço ao melhor produto, promovem a melhoria da apresentação do nosso café, fator imprescindível à recuperação do seu conceito, bastante abalado naqueles mercados. Estabelecer, ao mesmo tempo, normas para o retorno, ao mercado, do café adquirido para efeito de garantia de preço, de forma a que sejam assegurados o suprimento dos mercados consumidores e a promoção de sua expansão.
- 4.º) Estabelecer inteira liberdade de movimentação para o café em busca dos portos de exportação, possibilitando, assim, sejam atendidos todos os reclamos dos nossos compradores, promovendo uma verdadeira ofensiva de vendas.

- 5.º) Fixar em normas compatíveis com a nova política de recuperação da produção brasileira do café, as questões de propaganda e outros meios de expansão de nossas vendas de café.
- 6.º) Elaborar estudos para se julgar da conveniência de se estabelecer uma política de bom entendimento — entre os demais países produtores, de forma a se poder manter uma salutar estabilidade na política de preços e a expansão dos mercados consumidores do café.
- 7.º) Preparar Mensagem ao Legislativo, solicitando alterações nos dispositivos legais do diploma que dispõe sobre a criação do I. B. C., dando maior autonomia à sua ação, e reajustando, ainda dentro dessa reforma do referido diploma, a maneira de cobrança da taxa arrecadada pelo I. B. C., passando-se a calculá-la percentualmente, de forma a que a expansão de seu valor e movimento ampliem a arrecadação na medida das necessidades de atendimentos da execução dos serviços de defesa permanente do café. Estabelecer, dentro dessa Mensagem, um novo sistema de arrecadação de contribuições para a propaganda do café no exterior estudando-se uma porcentagem a ser cobrada nas moedas em que são vendidos os cafés, destinada a:
- a) 10 centavos de dólar para as atividades conjuntas dos países produtores dentro do Bureau Pan Americano do Café;
- b) o excedente para a propaganda dos cafés brasileiros em conjugação com as firmas torradoras, na proporção do uso dos cafés brasileiros em suas composições.
- 8.º) Dado o entrelaçamento do café com a política cambial, que dela depende inteiramente,

reformá-la pela abolição do confisco, de maneira a atender melhor o interesse da produção e fomentar a expansão de nossas vendas no exterior.

9.º) Conquista de novos mercados mediante a realização de acórdos comerciais com países consumidores.

São Paulo, 15 de janeiro de 1955.

aa) *Iris Meinberg*, Presidente da Confederação Rural Brasileira;

Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Presidente da FARESP;

José Cassiano Gomes dos Reis, Secr. Geral da FARESP e Membro da Junta Administrativa do IBC.

Salvio Pacheco de Almeida Prado, Diretor do Departamento de Cafeicultura da FARESP.

	1952	%	1953	%	Até Agosto de 1954	%
Colômbia	4.456.001	22%	5.598.945	27%	3.740.706	30%
Brasil	10.100.728	50%	8.970.438	42%	4.061.826	33%
Total	20.226.046	100%	21.016.679	100%	12.219.637	100%

Em produção 2.651.809.000 pés
 Novos 663.493.000 pés
 TOTAL 3.315.302.000 pés

Lavouras em produção — 2.651.809.000 × 8,00 = 21.244.472.000,00
 Lavouras novas — 663.493.000 × 5,00 = 3.317.465.000,00
 TOTAL 24.531.937.000,00

(Conclusão da pág. 35)

pressionante espetáculo de imprevidência, ou mesmo de inconsciência.

Compra o governo café na Bolsa de Nova York, onde serão elevadíssimos os prejuízos com que terá de arcar; compra nos portos de exportação para garantia de preços mínimos — sem saber, todavia, o que irá fazer com o café comprado e qual o rumo a ser seguido para o futuro. Chegamos ao cúmulo de produzir o café, embarcá-lo para Santos, onde o IBC o compra para trazê-lo, de volta para a Capital de S. Paulo a fim de ser armazenado. Outro paradoxo: invertendo toda a lógica do bom-senso, como país produtor — cuja função, portanto seria sempre a de vender — é o Brasil o maior comprador na Bolsa de Nova York, centro importador de uma nação exclusivamente consumidora dessa mercadoria.

Previendo a aproximação da maior crise econômica que o país já enfrentou, indagamos mais uma vez: *para onde vamos?* Para onde nos conduzem os que têm as rédeas da direção econômico-financeira nacional?

E, dentro deste lacônico brado de alerta, é que chamamos, novamente, a atenção das autoridades, reclamando novos rumos para a política cafeeira, cuja reforma não mais deve tardar, pois não dispomos de um instante sequer para perder. O tempo nos vale ouro, se soubermos agir, e será o nosso maior inimigo se continuarmos na inconsciência da gravidade dos problemas que nos ameaçam.

Dentro de breve entraremos na colheita da nova safra, que deverá encontrar um regime de escoamento e comercialização que assegurem a estabilidade dos produtores e proporcione para o nosso café o início da recuperação dos mercados consumidores.

Propomos, pois, que esta Confederação se dirija novamente as autoridades, advertindo-as sobre os riscos da manutenção do errôneo caminho seguido, dando-lhes conhecimento de nossas graves apreensões, clamando ainda imediatas providências corretivas que assegurem o retorno ao bom senso, única maneira de encontrarmos o caminho da recuperação da cafeicultura e da economia nacional.

AINDA A SITUAÇÃO DO CAFÉ

UM COMUNICADO DO SR. SALVIO P. DE ALMEIDA PRADO À CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

A gravidade da situação do café, no que concerne à sua exportação e à sua política econômica em geral, obrigamos a voltar ao assunto, nesta Confederação.

Retornando dos Estados Unidos — onde representamos, por delegação desta entidade, os produtores de café do Brasil, tivemos a oportunidade de lançar um brado de alerta sobre a situação, através de relatório aqui apresentado.

Comentando as condições do café encontradas pela atual governo e as providências por ele adotadas, dentro do dirigismo que envolve os negócios desse produto, fixamo-la assim: em nossa ausência do país, providências foram postas em prática pelo governo, sob a alegação da defesa do mercado na emergência, desprezando suas possíveis e prováveis consequências futuras". Duas medidas de transcendental importância e de danosas repercussões futuras foram tomadas, visando a proporcionar o apêto nas entregas de café do mês de dezembro último na Bolsa de Nova York, na qual o governo brasileiro era o maior comprador e onde pretendia operar um "corner". Essas medidas foram: a supressão da descrição do "riado" e a supressão da liberação parcial de 20% das cambiais do café. Aquela, com o fim de impedir que os cafés exportados pudessem ser entregues na Bolsa norte-americana, acabou privando a exportação em geral e quebrando o ritmo do mês de novembro, que se apresentava satisfatório, refletindo os primeiros efeitos da mudança da política adotada com a Resolução n.º 99, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Por sua vez, o congelamento cambial total, não-somente repôs essa política na esquema do integral "confisco cambial", como

impediu que o preço externo de café se reajustasse paulatinamente, sem os inconvenientes das bruscas oscilações, como ocorreu com a adoção daquela Resolução da SUMOC

"Com essas providências — afirmavamos — retornamos à posição em que estávamos quando da vigência do preço mínimo de 87 cents. de dólar por libra pêso — preço mínimo ainda agora fixado arbitrariamente em 68 centavos. Não demorará muito tempo para que nova Resolução seja baixada e novo recuo brusco se processe nas cotações internacionais do café, com todos os males dêle decorrentes".

Após a apresentação do relatório referido, e no qual assinalamos ainda a precariedade da situação do café brasileiro frente aos seus concorrentes, notadamente à competição africana, novos trabalhos foram apresentados aos poderes competentes, expondo as nossas apreensões e sugerindo novos rumos a serem seguidos.

Contudo, quando da recente alteração na direção da política administrativa do país, provocada pelos acontecimentos de agosto, não teve ela a profundidade de que carecia nas esferas econômicas permanecendo, em suas funções, alguns dos responsáveis diretos pela aventura especulativa do café. Continuou ainda a assessorar as altas autoridades que acabavam de ser conduzidas aos postos de direção o mesmo corpo de assessores que vinha orientando a política cafeeira desde longa data. Explica-se o fato de êsses elementos, ao serem consultados sobre a condenação da política até então seguida e sobre as sugestões apresentadas, adotaram a linha de conduta que ficamos conhecendo, isto é, de se esforçarem por manter a posi-

ção de únicos entendedores na matéria, não aceitando as sugestões e refutando as críticas. A interferência d'esse grupo de assessores chegou a tal ponto que, quando a Junta Administrativa do I. B. C., reunida em outubro último, estudava um plano de alteração da política cafeeira, por nós apresentada por intermédio de nossa entidade, com a finalidade de estabelecê-la em bases novas e mais concordes com os superiores interesses nacionais — o sr. Presidente da República, baseado naturalmente nos conselhos da assessoria, feriu a autonomia legal da autarquia cafeeira, desprestigiada ao máximo pelo governo anterior, fazendo declarações públicas sobre assuntos dos quais aquela junta deveria opinar. Essa atitude do sr. Presidente da República está consubstanciada em suas declarações peremptórias de que não cogitava de alterar a política cafeeira, nem adotar "novos planos para a sua reforma".

Era a palavra oficial traduzindo mais um erro da assessoria do Ministério da Fazenda.

Entrementes, nossa exportação se estancava, e se positivava o vaticínio que fizemos. A exportação em dezembro foi mais fraca do que no mês anterior; janeiro assinalou queda ainda maior, para entrar em colapso durante fevereiro, quando, com a paliativa Resolução 114, se repetia a ruptura do dique inadvertidamente reconstituído com as providências atrás citadas.

E, assim, continua a política imprevidente de imediatismo, sem sabermos *como e para onde vamos*.

Com quatro meses para terminar o ano comercial e dois para serem iniciadas as novas colheitas, assistimos ao im-

(Continua na pág. 34)

COMO FORMAR UM AMBIENTE PROTETOR PARA O SEU REFLORESTAMENTO

ALCEO MAGNANINI

Eng. agrônomo

E

ADELMAR COIMBRA FILHO

Técnico-silvicultor

Reflorestar aqui significa formar floresta em determinado local, independentemente de qual tenha sido o tipo de vegetação que ali anteriormente existia. Seja qual for o caso, para termos sucesso, nossos procedimentos devem se aproximar tanto quanto possível do que sucederia na própria natureza, sem nossa intervenção. A grande experiência acumulada pelos técnicos em todo o mundo, indica que : quanto maior for essa intervenção, mudando o curso normal dos acontecimentos, tanto maior será o risco de um total fracasso.

Examinemos, portanto, esse curso normal.

No Brasil, todos os terrenos (exceto os que são inteiramente estéreis) tendem a se cobrir com plantas invasoras, que vão progressivamente formando vegetação cada vez mais alta e mais densa. Este fato é conhecido tecnicamente pelo nome de "sucessão vegetal". Conduzir a vegetação ao seu maior desenvolvimento, de maneira a se atingir a última fase da sucessão, no menor tempo possível, tal é o objetivo dos reflorestamentos.

Todavia, é necessário que nos lembremos de que, na natureza, sem a interferência do homem, todas as fases são percorridas antes de se chegar à última, chamada "floresta". Podemos acelerar, ou mesmo suprimir, algumas fases, porém quanto mais nos afastarmos do curso normal da sucessão, tanto mais intensos deverão ser os processos e práticas de proteção ao reflorestamento, como capinas contínuas, adubações fortes, proteção contra erosão ou pragas, etc. Pelo contrário, quanto mais imitarmos a natureza, menos necessários ou intensos serão aqueles cuidados.

Preliminarmente, desejamos frisar que nada ou muito pouco se poderá obter, se o reflorestamento não for cuidadosamente vigiado e tratado. É essencial, para qualquer reflorestamento, que tanto o fogo, como o pasto-

reio estejam rigorosamente ausentes.

Poderemos destacar as três fases da sucessão vegetal que nos interessam mais de perto:

1.^a fase : É a da cobertura da superfície por um verdadeiro tapete de plantas, como um gramado ou campo sujo (o que melhora a fertilidade da terra, protege-a contra a erosão, retém boa umidade, etc.).

2.^a fase : É a do estabelecimento de uma capoeira pouco densa, formada por árvores de rápido crescimento, geralmente de madeira mole (resultando na formação de um ambiente de meia sombra) no fornecimento de grande quantidade de adubo orgânico natural (húmus), etc. A erosão já está naturalmente submetida a controle eficiente, pela vegetação da 1.^a fase.

3.^a fase : É a do crescimento das mudinhas florestais que irão fornecer o resultado que se visa no reflorestamento.

Para, os fins que temos em vista, podemos aproveitar o trabalho da própria natureza, protegendo e orientando a invasão do chamado "mato" (1.^a fase). Se, porém, quisermos suprimi-la, plantando diretamente na área nua as árvores protetoras que aparecem na 2.^a fase, ou mesmo as mudas florestais nobres (3.^a fase), deveremos cuidar de :

- 1 — proteger a área contra a erosão (com o uso de engenharia agrícola, o que é sempre custoso e difícil, entre nós);
- 2 — fornecer água oportunamente (por meio de irrigações, etc.);
- 3 — adubar o solo (com adubos químicos e orgânicos); e
- 4 — restaurar o reflorestamento, substituindo as mudinhas que morrerem devido às diferenças de temperatura ou ação dos ventos, geadas, poeira, etc., cuidado este que se terá em qualquer caso.

Também para a 2.^a fase, o trabalho da natureza pode ser aproveitado, com a seleção e proteção dos arbustos e árvores que existam nas capoeiras. Em todo caso, é nesta fase que se forma o ambiente protetor para o reflorestamento, onde as mudinhas das árvores chamadas nobres podem se desenvolver protegidas contra : quedas ou aumentos excessivos de temperatura, falta de fertilidade da terra, ação nociva de ventos, geadas, etc., erosão do solo e outros fatores que agem mais intensamente nos terrenos desabrigados.

É conveniente assinalar, desde logo, que todos os trabalhos dispendidos para formar um ambiente protetor renderão altos juros, pois asseguram sucesso e maior rendimento ao empreendimento, propiciando desenvolvimentos maiores e mais acelerados.

Levando em conta as considerações feitas, vejamos quais os procedimentos aconselháveis para formar um ambiente protetor. Tais procedimentos foram indicados não só pela experiência já do conhecimento dos técnicos no assunto, como principalmente pelos estudos e observações pessoais efetuadas pelos autores, sendo mesmo alguns desses estudos inteiramente originais.

Não são raros, entre os poucos reflorestamentos que se fazem no Brasil, os fracassos. E quase todos são devidos à impropriedade dos processos usados. Não se considerou o papel da cobertura vegetal baixa, inicialmente, e tampouco se deu importância à necessidade de semi-sombreamento que a grande maioria de nossas madeiras de lei requerem para um razoável desenvolvimento inicial.

Em áreas descampadas, bastante ensolaradas e com solo muito pobre ou empobrecido, é aconselhável a melhoria de suas condições plantando o "botão-de-ouro ou margaridinha" (*Wedelia paludosa*), várias "iris" (*Neomarica*

spp.), "Sensitiva ou dormideira" (*Mimosa pudica*), feijões, soja, mucuna, kudzu, etc. Essas plantas podem servir para fornecer uma defesa eficiente e barata contra a erosão pela água ou ventos, além de propiciar enriquecimento da terra, protegendo-a ainda contra o ressecamento e, mesmo, a queima da superfície, o que contribuiria para eliminar a formação dos adubos orgânicos naturais (húmus).

Essa melhoria de solo deve ser efetuada antes mesmo que seja plantado o bosque protetor. O reflorestamento propriamente dito, isto é, a plantação posterior com essências ditas nobres, como perobas, pequiás, maçarandubas, vinháticos, etc., é grandemente facilitado e bem sucedido quando se procede ao melhoramento prévio dos solos. Qualquer despesa nesse sentido renderá futuramente enormes lucros com o recebimento de resultado mais rendoso, seja em quantidade, seja em qualidade de produtos.

Podemos aproveitar também as plantas espontâneas pioneiras que invadem as áreas desnudas ou pobres em vegetação, selecionando e protegendo as que apresentarem grande ramagem, isto é, que fazem sombra densa; que deram grande quantidade de folhas no chão e que também tenham grande rede raízes (segurando, deste modo, a terra, contra o arrastamento pela erosão).

Quanto ao bosque protetor (correspondente ao que chamamos anteriormente de 2.^a fase), poderemos aproveitar o ambiente formado por uma capoeira nova ou rala. Retiram-se então todas as espécies de cipós, trepadeiras, etc. Aproveitam-se todas as espécies de boa qualidade arbórea (às vezes encontram-se nessas capoeiras até mesmo alguns jacarandás). Será conveniente manter ou mesmo plantar árvores e arbustos que forneçam alimentação para a fauna local, o que permitirá maiores possibilidades de controle de pragas de insetos, roedores, etc.

No caso de se querer derrubar a capoeira para em seguida reflorestar o terreno, deveremos deixar pelo menos as espécies melhores e lenhei-

ras. O abrigo, formado pelas árvores poupadas, atenuará consideravelmente as variações bruscas de temperatura e preservará as plantas jovens contra o vento e a seca.

De preferência indicamos as diversas espécies de angicos (*Piptadenia spp.*), para a formação de bosques protetores. Os ingás propiciam demasiada sombra, de maneira que se o usarmos, teremos que levar tal fato em consideração e plantarmos os ingazeiros com bastante intervalo. De qualquer forma, devemos usar espécies de rápido crescimento. Os angicos, já com dois anos e meio propiciam a sombra desejada. O espaçamento a adotar é bastante variável, sendo que inicialmente pode-se aconselhar plantar de 4 em 4 metros. É importante esperar a formação de meia-sombra, antes de plantar as mudinhas do reflorestamento definitivo. Sempre, porém, em qualquer cultivo que se fizer na terra, deve-se plantar seguindo uma linha que quebre a força das águas (obedecendo a direção das curvas de nível).

As árvores protetoras poderão fornecer, além do ambiente, fontes de renda próprias (produção de lenha, carvão, taninos, cascas medicinais, frutos, óleos, etc.). Utilizando-se os angicos (jacarés inclusive), podemos contar com apreciável produção de lenha de ótima qualidade aos 7 anos de idade (produção que se repetirá mais duas vezes, bastando para isso alternar os cortes de modo a deixar entre cada duas árvores de lei, uma de sombra).

De modo geral, as árvores protetoras devem:

1 — fazer parte de matas ou capoeiras existentes na vizinhança, o que nos permitirá trabalhar com plantas já aclimatadas na região;

2 — ter muita rusticidade, não sendo sujeitas a pragas ou doenças, nem muito exigentes quanto a solo ou clima;

3 — ter desenvolvimento rápido e direito, tendo quanto possível, para em 2-3 anos, já devemos poder andar sob meia-sombra dentro do bosque protetor;

4 — fornecer grande quantidade de folhas derramadas (quanto mais pequenas as folhas, tanto maior, pois for-

necem a sombra ideal (peneirada) e mais rapidamente se decompõem em adubo orgânico;

5 — fornecer, por si só, algum produto econômico, como os já mencionados antes; e

6 — formar semi-sombra e não sombra densa.

Quando as espécies nobres já tiverem atingido o porte médio de 50 centímetros, poderão ser plantadas nos lugares definitivos, entre cada duas árvores do bosque protetor, pois então já não sofrerão competição fatal por parte da vegetação existente.

Quando as árvores do reflorestamento tiverem atingido e superado as copas das árvores protetoras, poderemos derrubar estas com fito econômico, pois aí então já prestaram todo o serviço desejado no reflorestamento.

É importante que, depois do primeiro decênio, havendo falhas entre as árvores nobres, só se recoloque nesses lugares mudas de canelas, maçarandubas, perobas (não a peroba-de-Campos), tapiñoãs e não essências que exigem sombras apenas rala, como a peroba de Campos, jacarandás, etc. É que, já então, haverá uma sombra por demais densa. Na dúvida, será sempre conveniente propiciar um sombreamento apenas ralo, de modo a permitir que os raios solares atinjam o solo, se bem que peneirados. De qualquer modo, o solo deverá estar coberto por uma camada de folhas, formada pelo derrame foliar das árvores protetoras.

As espécies que toleram mais sombra devem ficar mais tempo protegidas que as menos tolerantes. O jacarandá caviúna (*Dalbergia nigra*), por exemplo, não tem se desenvolvido satisfatoriamente sob bosque protetor, segundo observações realizadas no Parque da Gávea (Distrito Federal).

Assinala-se um procedimento prático, de grande valia para o sucesso nos reflorestamentos: Nos locais onde o solo é seco, deve-se colocar as mudinhas no fundo das depressões (em forma de pratos), pois assim se aproveitará toda a água que caia. Pelo contrário, nos solos muito úmidos, as plantas devem ficar colocadas em cima de

(Continua na pág. 39)

A CULTURA DE TRIGO NO BRASIL

Estimada em 85 milhões de dólares a economia de divisas — Instalação de novos núcleos coloniais e movimentação de moinhos — Declarações do Sr. Kurt Repsold, Diretor do Serviço de Expansão do Trigo

A propósito do plano de trabalho do Serviço de Expansão do Trigo para a safra do corrente ano, o Sr. Kurt Repsold, diretor daquele órgão do Ministério da Agricultura, fez as seguintes declarações à imprensa: Visará o nosso programa de trabalho além do prosseguimento das medidas em execução, outras providências que tenham por escopo o aprimoramento da técnica de produção e consequentemente, um rendimento maior por área plantada e um menor custo do produto colhido. Como objetivos principais, mencionamos regularizar e ampliar o volume de produção de sementes selecionadas, numa área global de 1.400 hectares, a fim de atender às necessidades dos agricultores; ampliar as áreas de culturas fiscalizadas, mantidas em cooperação com os lavradores, para a multiplicação de sementes destinadas à venda aos triticultores, bem como instalar postos de sementes para limpeza, classificação, secagem, expurgo e armazenamento das sementes para plantio. Esses postos serão instalados em Estações Experimentais, campos de multiplicação de sementes, postos agropecuários, núcleos tritícolas e outros setores.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

Promoveremos, também, o desenvolvimento das atividades de mecanização da lavoura nas zonas produ-

toras do cereal, através de pessoal especializado e material de colheita do trigo, bem como patrulhas moto-mecanizadas. Grande parte dessa maquinaria vem sendo adquirida na América do Norte e na Alemanha. O material europeu é, em geral, mais durável e de pagamento mais fácil. Por sua vez, o norte-americano acarreta maiores vantagens, no que se refere à renovação e aperfeiçoamento periódicos.

Cumpra assinalar que a colheita de um milhão de toneladas, prevista para este ano, resultará para o país numa economia de divisas calculada em 83 milhões de dólares, ou seja, 5 bilhões de cruzeiros na base do trigo nacional".

Interrogado sobre as variedades cultivadas no país, o Sr. Kurt Repsold destacou a frontana, pelo grande poder de adaptação; revelou ainda que existem variedades específicas em regiões determinadas, como fronteira, bagé, coletana, colônia e trinta e cinco. Quanto à média de produção por hectare, declarou ser de noventa quilolitros. Sobre os planos de Serviço em relação a Mato Grosso, salientou o plantio do trigo no município de Dourados, na região do Rio Brilhante, próximo a Sergipe; na Colônia Municipal de Terrenos, nas proximidades de Campo Grande e na Colônia de Sangradouro. Em Goiás, além de um acordo firmado com o governo daquele Estado, existe uma Inspetoria Re-

gional do Serviço que está promovendo a instalação de um Pósto Tritícola para preparo de sementes adequadas ao meio, em terras doadas pelo Estado.

NOVOS NUCLEOS E MOINHOS

"No momento, — continuou o Sr. Kurt Repsold — está sendo procedida à instalação do Núcleo Tritícola de Goiânia, o qual será aparelhado com máquinas destinadas ao preparo de sementes, conjunto de irrigação por aspersão, máquinas de desbravamento e preparo do solo, tratamentos culturais, semeadura, colheita e trilha visando a atender aos próprios trabalhadores e auxiliar os pequenos agricultores das imediações. Terão andamento também os serviços da Colônia Tritícola de Curitiba, mediante a dotação global de dois milhões de cruzeiros. Cuidaremos igualmente da ampliação das atividades de fiscalização da indústria moageira e de orientação do escoamento da safra de trigo nacional. No tocante à fiscalização do parque moageiro, diversas providências serão adotadas, destacando-se dentre estas, melhor aparelhamento e ampliação do corpo de fiscais do S. E. T.; instalação de um sistema de rodízio dos fiscais; verificação, por método único, da capacidade de todos os moinhos existentes no país, e bem assim a instalação de novos moinhos e aumento de capacidade dos atuais".

CALCÁREO NA CORREÇÃO DOS SOLOS

Referindo-se à importância do calcáreo para o incremento da triticultura, frisou o Sr. Kurt Repsold a necessidade do emprego maciço daquele fertilizante na correção da acidez dos solos, de vez que a triticultura se vem deslocando para os terrenos de campos de mais baixa valorização, o que, embora permita a mecanização em maior escala, estão sendo aproveitados unicamente como pastagens, dada a acidez dos terrenos.

MAIOR CAPACIDADE NA REDE DE ARMAZENAMENTO

O aumento da capacidade da rede de armazenamento será uma das preocupações constantes do S. E. T. e neste setor é que reside uma das principais

deficiências com que luta a triticultura nacional. Da solução desse problema, depende o futuro do trigo brasileiro, pois à medida que as nossas safras forem crescendo, com o aumento das quantidades de grãos a serem escoados das zonas de produção, maior será a sua gravidade.

“Em face da solidez cada vez maior em que se alicerça a produção nacional do trigo — concluiu o Sr. Kurt Repsold — já é tempo de que se dê começo a medidas que objetivem o barateamento de um produto básico na alimentação do povo”.

(Conclusão da pág. 37)

pequenas elevações (em forma de cupinzeiros ou forno de barro), para que as águas em excesso não prejudiquem as mudinhas. Esses procedimentos não acarretam quase despesa alguma, o que não suce-

deria com irrigações ou drenagens que se tivessem que fazer.

Quando a área escolhida for inclinada (que é o que acontece na maioria dos casos no Brasil), convém acumular a terra em semicírculo, em torno da mudinha, logo abaixo do ponto em que a mesma está plantada. Procede-se assim a formação de verdadeiros terraços individuais, os quais não acarretam despesa de monta, porém protegem eficazmente a planta contra a erosão que expõe as raízes.

Frizamos, ainda, ser altamente aconselhável usar diversas espécies para formar o ambiente protetor. O uso de uma só espécie traz o perigo da exposição de todo o ambiente ao ataque das pragas. Além disso, um bosque misto conduzirá a observações sobre o comportamento das diversas espécies, o que permitirá selecionar as que melhores resultados trouxeram para o reflorestamento. Procure-se imitar a natureza, formando um ambiente misto composto de várias espécies e se terá maiores probabilidades de sucesso total.

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- **contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)**
- **anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)**
- **contra a pneumo-enterite dos bezerras**
- **contra a pneumo-enterite dos porcos**

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

Ministério das Cooperativas

FABIO LUZ FILHO

Mauricio Babenco é brilhante intelectual argentino. Possui obras publicadas sobre assuntos de puericultura, cooperativismo e contabilidade aplicada. Foi secretário da *Casa de Rochdale* e exerce o magistério particular.

Acaba esse ilustre técnico de apresentar importante e oportuna recomendação ao 4.º Congresso de Cooperativas Argentinas. Fê-lo através da *Casa de Rochdale*, (Instituição semelhante ao *Centro Nacional de Estudos Cooperativos do Brasil*), cujo atual presidente é o Dr. *Domingo Bórea*, eminente tratadista sul-americano, a cuja obra o Ministério da Agricultura brasileiro sempre deu, desde 1926, o merecido relêvo, divulgando-a no Brasil, seja através de publicações oficiais, seja através dos livros de seus técnicos, tais como *Saturnino Brito*, *Fábio Luz Filho*, *Adolfo Gredilha*, *Valdiki Moura*, e outros, sem falar nos departamentos estaduais de cooperativismo que surgiram depois.

Em sua tese, propõe *Mauricio Babenco* a criação do *Ministério das Cooperativas*, tese esta de grande alcance e oportunidade, sobretudo quando vemos a Câmara dos Deputados do Brasil impugnar, num projeto de lei sobre cooperativas, a criação de um *Departamento Nacional de Cooperativismo* reclamado por dois Congressos Cooperativos brasileiros, por várias reuniões de técnicos, de norte e sul do Brasil, e particularmente por todos os líderes do movimento cooperativo brasileiro.

Eis a tese:

1.º — A criação do Ministério das Cooperativas, com a função específica de ajustar, educar, organizar, fiscalizar, financiar e desenvolver o movimento cooperativo da nação;

2.º — Que o Ministério das Cooperativas assim constituído, crie departamentos especializados, dentro das funções específicas deste Ministério;

- a) *Departamento de cultura cooperativa*: que terá o seu cargo a difusão do ensino, da doutrina, função e conceituação social do cooperativismo.
- b) *Departamento jurídico*: ao qual estarão sujeitos o registro, a fiscalização e a assistência jurídica das cooperativas.
- c) *Departamento administrativo*: que terá por missão propagar e organizar as cooperativas do país.
- d) *Departamento de Finanças*: que atenderá exclusivamente às questões de finanças correspondentes às atividades das sociedades cooperativas.

Considerando:

— que o movimento cooperativo é antagônico à atividade comercial;

— que o propósito das cooperativas é precisamente combater as más práticas comerciais, sendo sua função fundamental a de organizar a própria produção e distribuição, eliminando os intermediários e o lucro (especialmente quando este lucro é exagerado), razão por que não é possível admitir-se que este movimento econômico-social atue sob a tutela de um Ministério de Economia e Comércio, cujos dirigentes estão especialmente capacitados para funções específicas do comércio;

— que o movimento cooperativo, sendo, hoje em dia, em nosso país, a única solução para o árduo problema ocasionado pela luta entre capital e trabalho, requer êle, em consequência, uma atenção e dedicação especiais, que só poderão ser dadas por pessoas instruídas na doutrina e função cooperativas, sem que sejam trabalhadas pelo convencionalismo e atos próprios do comércio.

— que o *Ministério das Cooperativas* poderá dedicar maior atenção a tudo o que compreenda e diga respeito

às sociedades cooperativas com a mesma atenção, dedicação e eficiência com que o Ministério de Indústria e Comércio se ocupa das transações comerciais. A ninguém poderia ocorrer que a indústria e o comércio dependessem do Ministério de Cooperativas, como as cooperativas dependem do Ministério de Indústria e Comércio;

— que a função cooperativa requer critério, conhecimento próprio, e qual não é possível de quem foi preparado para função comercial. Quanto maior e mais eficiente sua preparação comercial, quanto maior sua capacidade, experiência, e sentido comercial, tanto mais útil será para o Ministério do Comércio, mas de muito pouco ou mesmo nenhuma eficiência para as cooperativas;

— que o movimento cooperativo, que é adulto em nosso país, deve ter os direitos de sua própria atuação, defesa e propulsão, sem a dependência nem a tutela de quem por sua própria idiocinerasia deve opoôr-se e obstruir seu crescimento;

— que, para o próprio desenvolvimento do movimento cooperativo em nosso país, devemos dispôr de dirigentes que conheçam a sua importante função, doutrina, modo próprio de sua organização, existência, evolução, progresso, a utilidade e a ação social. Isto somente poderá realizar-se quando as atuais cooperativas tenham Ministério próprio, que solucionará, instruirá, preparará pessoal especializado que saiba atuar com senso cooperativo, e não com sendo comercial, com o ocorre na atualidade, onde as pessoas que fiscalizam as cooperativas foram preparadas em escolas de comércio, têm como evangelho o código de comércio, possuem prática de comércio, pertencem a um ministério de comércio, atuam com pensamento e sentido comerciais e influem, com a autoridade que lhes ofereçam seus cargos, para conduzirem

as cooperativas a novas práticas comerciais;

— que o *Ministério das Cooperativas* terá funções específicas que cumprir, tendo, assim, que preparar os componentes do Ministério para a alta função de educadores, organizadores, conselheiros e orientadores, verdadeiros missionários que saberão o que ensinam, e o modo mais atraente para trazer adesões à sua nobre causa;

— que para tal efeito se recomenda a criação do *Ministério das Cooperativas*, sob cuja direção funcionarão os Departamentos citados anteriormente e que serão :

Departamento de cultura cooperativa :

Este departamento desenvolverá atividades culturais, para uma melhor compreensão e maior difusão das sociedades cooperativas. Será relacionado com o Ministério da Educação, Instrução pública, escolas. Editará livros, publicações, recortes, folhetos, estatísticas. Organizará centros culturais, reuniões e conferências.

Departamento administrativo :

Especializado em organização, administração e contabilidade aplicada nas cooperativas, preparando e adaptando métodos simplificados administrativos de fácil aplicação.

O Departamento servirá de instrutor, orientador, para uma melhor organização e administração, sincronizando seus trabalhos. As cooperativas deverão encontrar, no Departamento administrativo, conselheiros e assessores, quando deles necessitarem, e não simples funcionários censores que exijam cumprimento de regras que elas nem sempre podem cumprir.

Outra função do Departamento será a unificação, criação e melhor distribuição das cooperativas de consumo e produção, de modo que todas as cooperativas possam relacionar-se entre si e cumprir o verdadeiro conceito do cooperativismo que é : do consumidor ao produtor e do produtor ao consumidor.

Departamento jurídico

Corresponderá a este Departamento as funções exercidas atualmente pela Diretoria das Cooperativas do Ministério da Indústria e Comércio, como : inspecionar, fiscalizar e controlar a comportamento legal. Assessorar as cooperativas em todos os trâmites jurídicos e atuar em todos os casos de intervenção, liquidação e fusão das cooperativas.

Para a boa organização e o funcionamento do movimento cooperativo é indispensável que este Departamento seja o único do país para onde converjam todos os assuntos e relações, jurídicas das cooperativas.

Departamento de finanças:

Tratará da criação de uma instituição bancária, que faça parte do *Ministério das Cooperativas*, que centralize todas as atividades financeiras das cooperativas : contas-correntes, descontos, créditos, etc. Também poderá facilitar numerário e servir de intermediário com países estran-

geiros para a aquisição de máquinas, ferramentas, matérias-primas, e outras transações com o exterior, como exportação, etc.

O Departamento poderá constituir-se com capitais mistos, trazidos pelo Estado e por outras cooperativas e seus associados. Criar-se-ia, assim, um Instituto Financeiro Cooperativo, independente do Banco Central com funções exclusivas para as cooperativas. Sua função será muito ampla e deverá dedicar-se, única e exclusivamente, a atividades financeiras, convertendo-se em Instituto Central das Cooperativas, com filiais, sucursais e agências em todas as localidades onde funcionem cooperativas, podendo estas mesmo desempenhar tais cargos de maneira econômica, e eficiente. Assim se conseguirá que a administração e manutenção deste Instituto se torne econômica e possa fornecer crédito a juros baixos. Esta Instituição deve ser independente do Banco Central e de todas as relações bancárias, sendo unicamente dependente do *Ministério das Cooperativas*.

Formulas de Adubos
CADAL
 PARA TODAS AS CULTURAS

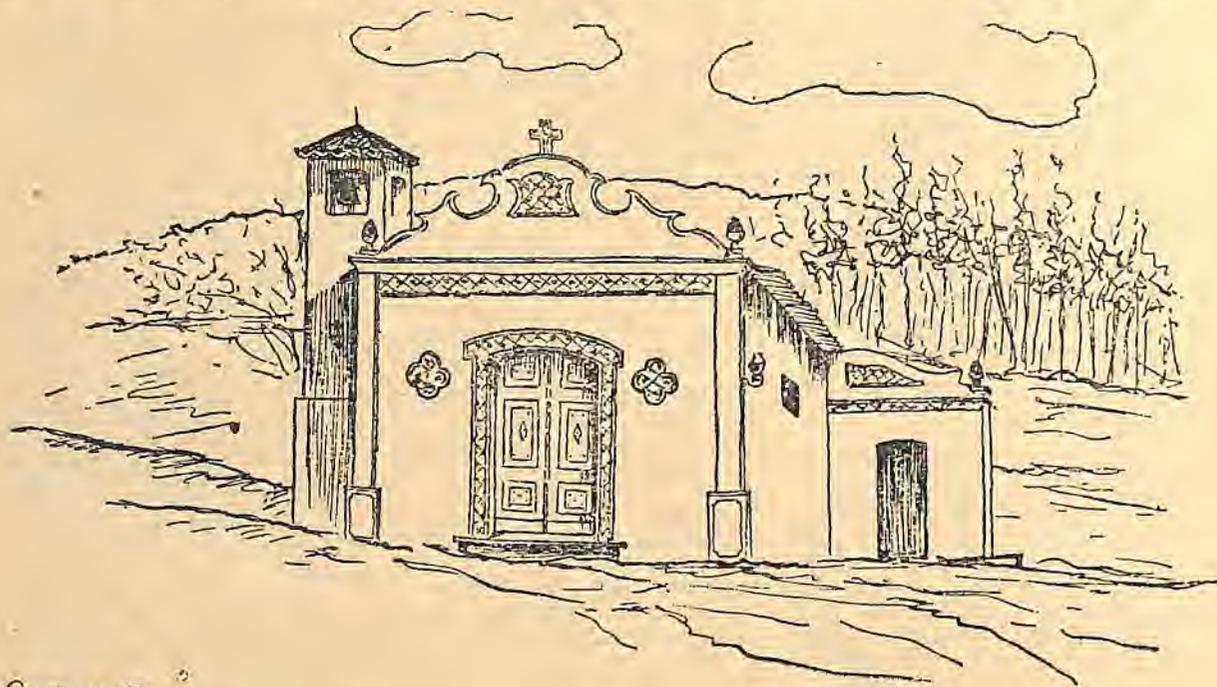
TRIGO
 FLORES
 LARANJA
 ABÓBORA
 CENOURA
 TOMATE
 MILHO
 FUMO
 CANA
 CAFÉ

Exames gratuitos da terra
 Agrônomos à disposição dos Srs. fazendeiros

CADAL, A
 MAIOR
 ORGANIZAÇÃO
 NO DISTRITO FEDERAL
 A SERVIÇO DA LAVOURA.

UM PRODUTO COM A GARANTIA DA "CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPIRITO SANTO ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-62 ANDAR-TEL. 43-7092 FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARI-RIO DE JANEIRO

O Centenário da Fazenda Almada



Capela da Fazenda
Almada
Iheos - Bahia

Há cem anos atrás, no dia 22 de janeiro de 1855, o doutor Pedro de Cerqueira Lima adquiria de João Victor Licutier e dos herdeiros de Salvador Estevão Barbosa, a atual fazenda Almada, que se acha situada à margem da estrada de ferro, dotada de modernas instalações, inclusive luz elétrica própria. O registro eclesiástico do então "Engenho do Almada" foi feito em maio de 1857.

Desde 1750, mais ou menos, o local havia sido aldeamento de índios mansos da geração dos "grens", para servir de barreira às incursões do genio bárbaro (B. da Silva Lisboa). Este estado de coisas perdurou até que B. da Silva Lisboa, por ordem do Conde dos Arcos, governador da província da Bahia, transferiu os índios remanescentes para Ferradas "tendo conseguido efetuar a útil medida, com sacrifício de sua saúde e com grandes fadigas" — Pinheiro Chagas — Dic. Popular — (1880).

Conta-nos o livro 7 das sesmarias, do Arquivo Público, que não havendo mais necessidades de aldeamento foi a sesmaria do Almada requerida ao governo da província por Pedro Weyll, que mais tarde, devido às lutas e a morte do sócio acabou por desistir da exploração do engenho, vendendo-o, justamente com as terras a João Luiz Victor Licutier e Salvador Esteves Barbosa, dos quais o doutor Pedro de Cerqueira veio a adquirir mais tarde a propriedade.

As lutas prosseguiram e através dos anos seguidos de trabalho, as dificuldades não foram sobrepujadas. Enfrentou a fazenda Almada a década do banditismo, com lutas sobre lutas, que culminaram com o ataque e saque do então engenho do Almada, onde vidas e bens foram sacrificados pelos invasores. Ainda hoje existe na capela da fazenda uma imagem em jaspe, de Santa Rita de Casia, que foi decapitada a sa-

bre pelos jagunços, testemunho da violência dos bandidos, daquela época, verdadeiro entrave ao progresso da província, espalhando terror por todo canto.

Enfrentando a tudo isto o dr. Pedro de Cerqueira Lima foi trabalhando anos a fio dotando a propriedade de grandes melhoramentos, empregando seu denodado esforço e amor à terra. Os anos se sucederam e a fazenda foi crescendo numa prova da persistência e trabalho de seu proprietário. Hoje, apesar de dividida em três partes, continua, pelos laços de amizade e parentesco de Pedro Marques Valente, e Pedro Augusto de Cerqueira Lima, nosso ilustre e prezado consócio, formando um todo. Ontem como hoje o exemplo dos antepassados é seguido sem vacilações, até a sexta geração que já se prepara para continuar o mesmo trabalho. Passando de geração para geração cada novo proprietário emprega todo o seu empenho, num trabalho tenaz e incessante,

o que tem servido para fazer crescer sempre a fazenda.

É curioso anotar-se, que pela sua situação geográfica, desenvolvimento e pela importância na penetração ao então "hinterland", o dicionário Simões da Fonseca classifica de "vila" do Almada — Estado da Bahia. O rio Ithaype — (rio das pedras), a cuja margem se acha situada a fazenda, acabou perdendo o seu nome, passando a chamar-se Almada, conservando apenas com o nome anterior a sua foz e a lagôa, também conhecida por Lagôa Encantada, que é alimentada pelo mesmo rio.

Inúmeros foram os botânicos, naturalistas, políticos, escritores, historiadores, etc., que se prenderam ao Almada, sendo que muitos deles lá estiveram. Por exemplo, encontramos citações sobre o Almada em cartas D'El Rei a Dom

João de Lencastre, 1964; Vilhena nas suas célebres "cartas": Príncipe Maximiliano de Wied Nouxied em 1808. "Viajem ao Brasil": Von Spix e Von Martius. "Através da Bahia — 1817": Baltazar da Silva Lisboa em "Memória, e Economia da Comarca de Ilhéus — 1790; Pinheiro Chagas no Dicionário Popular em 1880; Silva Campos em "Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus"; Gregorio Bondar em "A Cultura de Cacau na Bahia"; A. Wildberger em "Notícia Histórica de Wildberger & Cia.", além de muitos outros.

Devemos ainda citar a passagem pela Almada, há cerca de 100 anos, do célebre naturalista francês, Blanchet que fez vários estudos sobre a zona e por último do grande naturalista brasileiro, João Mojen de Oliveira que tantos relevantes serviços tem pres-

tado à zona. Nesta ocasião Mojen de Oliveira teve oportunidade de reclassificar no Almada, animais descobertos por Blanchet, no mesmo local, e que se julgava desaparecidos ou talvez inexistente.

O centenário da fazenda Almada foi marcado com a inauguração de um marco comemorativo, distribuição de gratificações e prêmios aos trabalhadores, bem como diversões, inclusive um baile e queima de fogos à noite. Para o marco do centenário, foi escolhido o tema em latim "Persiste et Vinces" e como símbolo uma aranha, que representa a persistência. Assim foi comemorado o centenário da fazenda Almada, uma das mais antigas e prósperas propriedades agrícolas da região cacauzeira, cujo nome está ligado a importantes acontecimentos da história do Estado da Bahia.

O Exército e sua cooperação nos treinamentos agrícolas

Pelas manifestações da classe rural do País, em vários conclaves de âmbito nacional, como na III Conferência Rural Brasileira que acaba de se realizar em S. Paulo, sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira, a colaboração das Forças Armadas e, em particular do Exército, é reconhecida como de inestimável valia, produtividade e estabilidade da economia agrícola.

É bem certo que a contribuição que por intermédio de bem organizadas granjas agrícolas, Serviço de Remonta e instrução geral dos sorteados, vindos das lides agrícolas acorrem ao Exército para a prestação do serviço militar, a inestimável colaboração que já presta o Exército à vida do campo, que pode alcançar níveis ainda mais elevados.

Pode-se dizer que traduz aspiração da classe, a siste-

matização dessa colaboração, em vários setores e muito principalmente dos treinamentos, pela formação da mão-de-obra habilitada no meio rural do País e de acordo com as suas peculiaridades, econômicas regionais, com a instrução dos sorteados.

O atual Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Luiz Piza Sobrinho, quando Secretário da Agricultura do Governo Armando de Sales Oliveira, dizia com acerto e segurança que "a lavoura brasileira, não tem os seus sargentos para as linhas de ataque, e para o exato e inteligente cumprimento de ordens" (Discurso pronunciado em sessão de 10 de Junho de 1946, na Assembléia Constituinte).

Dentro desse pensamento e com o apoio do ilustre e saudoso governante paulista, co-

meçavam a ser organizadas as escolas práticas, como a de Jaboticabal, que não tiveram continuidade: destinavam-se a formar "condutores de trabalhos agrícolas".

Apesar da evolução experimentada pelos nossos processos agrícolas, como os assinalados em alguns Estados com a mecanização da lavoura (tração animal e a motor), a elevação da produtividade agrícola, está se impondo na atual conjuntura econômica financeira.

Com a criação dos centros de treinamentos agrícolas, dentro das organizações civis e militares existentes, mediante perfeito entrosamento de ação entre os Ministérios da Agricultura e Guerra, seria uma fórmula a nosso ver altamente eficiente de educação das populações rurais e de combate ao êxodo rural.

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

SESSÕES DE JUNHO A DEZEMBRO DE 1954

78.^a reunião, em 28/7/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Clodorico Moreira, João Kessler Coelho de Souza, Soasivo Vieira da Silva, João Maurício de Medeiros, Milton Freitas de Souza, Humberto Moura, Alberto Ravache, Raul Cardoso de Mello Filho, José Ignácio de Miranda Pereira, Laudemiro Leite Almeida, Manoel Demostenes, Antônio Brandão, Benjamin Cabello, Josaphat Macêdo, Salyio Pacheco, Ormeu Junqueira Botelho, Luis Marques Poliano, Manoel Batista, Kurt Repsold, Francelino Bastos França e Amaro Cavalcanti.

As 10,25 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. Falaram sobre o discurso do Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores, no ato de inauguração da entidade, os Srs. Alberto Ravache e Manoel Demostenes, criticando o mesmo. Comunica o Sr. José Albuquerque Lins ter tomado posse na C. O. F. A. P. É aprovado o envio de um telegrama ao Senador Othon Madder, por solicitação do Sr. Milton Freitas de Souza, em virtude de ter S. Exa. instado para que o Sr. Ministro da Fazenda levasse a efeito a extinção da C. O. F. A. P. Ficou transferida para 1.^o e 2 de setembro a Concentração Rural do Leste. O Sr. Presidente comunica a presença do Sr. Benjamin Cabello e lembra que o Sr. Ministro da Fazenda visitará a Confederação às 17 horas. São, então, feitas várias sugestões a serem apresentadas à S. Exa.

79.^a reunião, em 4/8/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Ruy Oliveira Santos, Alberto Ravache, José de Albuquerque Lins, Milton Freitas de Souza, Soasivo Vieira da Silva, Francelino Bastos França, Luiz Marques Poliano, Antonio Brandão, José Ignácio de Miranda Pereira, João José Fagundes, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold, Antonio Neves, Ormeu Junqueira Botelho, Julio Ferreira da Silva e João Dessler Coelho de Souza.

As 10,15 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando-se à leitura do expediente. O Sr. Amaro Cavalcanti faz a entrega de um disco em que foram gravadas as palavras pronunciadas pelo Presidente da Confederação no encerramento da Concentração Rural realizada em Pernambuco, como lembrança daquele Estado. O Sr. Alberto Ravache propõe uma manifestação de aplausos da Confederação à medida do Ministro Oswaldo Aranha referente à aplicação dos ágios, estranhando a respeito, o nutismo em que se tem mantido a CONFERUBRA. Debate-se longamente a questão, decidindo-se a manifestação de todas as Federações a respeito, para um pronunciamento da Confederação. É aprovado o envio de um telegrama à Cia. Hidrelétrica do São Francisco pela conclusão da barragem e início da produção de energia, manifestando o desejo de que na região servida por linhas troncos, sejam criadas facilidades para o aproveitamento da energia, no meio rural. Sobre a Concentração Rural do Centro, julgou conveniente, o Sr. Presidente, deixar a sua realização para depois das eleições de outubro. Em virtude de uma decisão do Tribunal do Trabalho, o Sr. Presidente propõe um reajustamento geral nos salários dos funcionários da Confederação, o que é aprovado. É feita uma exposição sobre o problema da carne pelo Sr. José de Albuquerque Lins e resolve-se recorrer da decisão do plenário da C. O. F. A. P. baixando o preço da arroba, assim como proceder-se a um trabalho de catequese junto aos componentes daquele órgão.

É aprovado ainda o envio de uma circular às Federações solicitando-lhes que consigam das Associações a passagem de telegramas ao Sr. Presidente da República, aplaudindo S. Exa., pelo desejo manifestado de extinguir a C. O. F. A. P. A seguir, é dada a palavra ao Sr. Rui Santos, que faz ligeira apreciação sobre o seguro agrário, solicitando ao Sr. João José de Souza Mendes proceder a uma exposição ampla sobre o assunto, após a qual são prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos Diretores. Discursa o Sr. João Kessler Coelho de Souza despedindo-se dos companheiros por estar de viagem marcada para o Rio Grande do Sul, elogiando o trabalho da Confederação e particularmente do Sr. Presidente.

80.^a reunião, em 11/8/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Julio Ferreira da Silva, Alberto Ravache, Soasivo Vieira da Silva, José Albuquerque Lins, Ormeu Junqueira Botelho, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Flávio da Costa Brito, Heitor Grillo, Accácio Gomes, Antonio Brandão, P. A. de Cerqueira Lima, José Afonso Sandoval Coimbra, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, João Maurício de Medeiros, Ben-hur Raposo, Luis Marques Poliano, S. de Brito, Livi Vampré, Milton Freitas de Souza.

As 10,35 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Júlio Ferreira da Silva comunica à Confederação as providências que solicitou do Sr. Hélio Braga a respeito da importação de jipes. É nomeada a seguinte comissão para representar a Casa no II Congresso Nacional Algodoeiro, a realizar-se em Cruzeta e Currais Novos, no Rio Grande do Norte, nos dias 27, 28 e 29 do corrente: Iris Meinberg, João Maurício, Accácio Gomes, Raul Cardoso, Amaro Cavalcanti, Fonseca Lima, Luiz Marques Poliano e José Carlos, ficando decidido enviar-se telegramas às Federações do Piauí e Maranhão, assim como comunicação ao Governador do Rio Grande do Norte — transmitindo essa deliberação. Fixa-se a contribuição da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa em 6 mil cruzeiros anuais, o mesmo ficando estabelecido para a Federação das Associações Rurais do Mato Grosso. A respeito do problema da carne, decidiu-se que a Diretoria da Confederação encaminharia um pedido para a libertação total desse produto, informando o Sr. Presidente que, em conversa com o Sr. Presidente da República, pôde sentir que este era também o seu pensamento. Atendendo a um apelo da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, resolveu-se que a Confederação solicitaria dos órgãos competentes fosse reexaminado o problema referente a essas raças bovinas, com a assistência das suas entidades representativas. O Sr. Accácio Gomes foi incumbido de se entender pessoalmente com a direção da Comissão de Financiamento da Produção a respeito da garantia de preço mínimo para o milho, resolvendo-se cumprimentar o jornal "Folha da Manhã", de São Paulo, por sua campanha sobre o assunto. Solicitou ainda o Sr. Raul Cardoso intercedesse a Confederação junto ao Sr. Ministro da Agricultura, a fim de que S. Exa. não insistisse na construção de novo edifício para o Ministério da Agricultura na Capital da República. Acerca do decreto que instituiu o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, o Sr. Presidente dá conhecimento à Casa das manifestações até agora recebidas, lamentando que 90% das Federações ainda não se tenham pronunciado, muitas por desconhecimento da matéria.

Debate-se longamente o assunto, ficando designados os Srs. Raul Cardoso, Kurt Repsold e Amaro Cavalcanti para elaborar um trabalho em que fique consubstanciado o ponto de vista da Confederação sobre o C. N. A. E. R., envolvendo o pensamento manifestado por seus diversos Diretores e pelas Federações, trabalho esse a ser debatido na próxima reunião. É aprovado um voto de louvor a cada Deputado que no Legislativo tem porporcionado auxílios às associações rurais brasileiras.

81.^a reunião, em 18/8/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Amaro Cavalcanti, Alberto Ravache, Milton Freitas de Souza, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Josaphat Macêdo, P. A. de Cerqueira Lima e Luis Marques Poliano.

As 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada com pequena retificação a ata anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente nomeia a seguinte comissão para em sua companhia apresentar os cumprimentos da Confederação ao Dr. Arruda Câmara, no momento da homenagem que lhe será prestada hoje: João Maurício, Alberto Ravache e Kurt Repsold. Comunica ainda o Sr. Presidente que o Sr. Ben-Hur Raposo foi designado pelo Sr. Ministro da Agricultura como elemento de ligação entre o Ministério e a Confederação. São indicados os Srs. Alberto Ravache, João Martins e Mário Silva para comporem a lista triplíce a ser encaminhada ao Presidente da República a fim de ser escolhido o representante da Confederação no Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. A respeito da reforma aduaneira, fala o Sr. Fonseca Lima, oferecendo parecer sobre o projeto n. 4441, em curso na Câmara e que trata da matéria. Debate-se o assunto e decide-se que a Confederação se dirija à Câmara dos Deputados solicitando a rejeição do referido projeto, e ao Governo, encaminhando como princípios da Confederação a serem seguidos no caso, os três estabelecidos no parecer do Dr. Fonseca Lima. É dada a palavra ao Sr. Antônio Elias, 2.^o Secretário da Embaixada da Espanha, o qual se refere ao contrato de veterinários espanhóis para trabalharem no Brasil, sendo informado de que no momento não havia interesse imediato nessa medida, apesar de se reconhecer a existência de tais profissionais no Brasil em número insuficiente para atender às suas necessidades. O Sr. Raul Cardoso faz ampla exposição sobre o trabalho organizado pela Comissão incumbida de redigir o memorial a ser encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito do C. N. A. E. R., sendo sugeridas algumas emendas e ficando a mesma Comissão encarregada de incluí-las no referido memorial. Discute-se longamente a Instrução n. 99, da SUMOC, recentemente baixada. A respeito de uma questão de ordem levantada pelo Sr. Milton Freitas de Souza, sobre o voto dos Conselheiros, o Sr. Presidente prometeu estudar o assunto e apresentar uma solução na próxima reunião.

82.^a reunião, em 1/9/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Milton Freitas de Souza, Arruda Câmara, Alberto Ravache, José Linhares, Luis Marques Poliano, Raul Cardoso de Mello Filho, Julio Ferreira da Silva e Flávio da Costa Brito.

As 10,15 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata anterior, procedendo-se à leitura do expediente. Sobre a nomeação do Sr. Costa Pôrto para Ministro da Agricultura, comunica o Sr. Presidente que a Confederação comparecerá à sua posse e dirá da sua confiança na administração de S. Exa. Refere-se o Sr. Rafael Moura Campos à dificuldade de transporte ferroviário existente em Bar-

retos, decidindo-se solicitar providências à Central do Brasil. Os Srs. Arruda Câmara e Júlio Ferreira da Silva, sob a Presidência do Sr. Iris Meinberg, ficam incumbidos de elaborar um plano de efetivação da casa própria para todas as associações rurais. Comunica o Sr. Presidente o adiamento da Concentração Rural do Leste devida aos últimos acontecimentos políticos. Entra em discussão e é amplamente debatido o Regimento para a III Conferência Rural Brasileira, ficando adiada a sua aprovação para a próxima reunião, a fim de dar tempo aos Srs. Diretores de elaborarem suas sugestões. Após ser aprovada proposta no sentido de ser enviada comunicação à família do Sr. Getúlio Vargas, informando ter sido inserto em ata voto de pesar pelo seu passamento e apresentando condolências em nome da Confederação, é respeitado um minuto de silêncio pelo mesmo motivo. O Sr. Presidente dá ciência de que telegrafou aos Srs. Café Filho e Eugênio Gudin cumprimentando-os pela investidura nos cargos, respectivamente, de Presidente da República e de Ministro da Fazenda, e apresentando votos de uma boa administração. Resolve-se enviar também telegramas a todos os Ministros recém-empossados, apresentando as congratulações da Confederação. Atendendo à solicitação da Associação de Mogi das Cruzes, a respeito da reserva de 600 mil dólares exclusivamente para aquisição de sementes de batata, fica o Sr. Raul Cardoso incumbido de verificar, na reunião de hoje, do órgão competente, a possibilidade de se adotar essa medida. É aprovado o envio de uma sugestão ao Ministro da Fazenda sobre as reivindicações dos produtores de algodão, relativamente à Instrução n. 99, deliberando-se finalmente solicitar ao Governo a inclusão do milho, do mesmo modo que já se fez com outros produtos, na garantia do preço mínimo.

83.^a reunião, em 8/9/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Arruda Câmara, Milton Freitas de Souza, Júlio Ferreira da Silva, Alberto Ravache, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold Ormeu Junqueira Botelho, P. A. de Cerqueira Lima e Luis Marques Poliano.

(Não se realizou por falta de número.)

84.^a reunião, em 15/9/54, presentes os senhores:

João Maurício de Medeiros, Francelino Bastos França, Arruda Câmara, Alberto Ravache, Edgar Teixeira Leite, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti e Antônio Brandão.

(Não se realizou por falta de número.)

85.^a reunião, em 29/9/54, presentes os senhores:

Josaphat Macedo, Antônio Brandão, Raul Cardoso de Melo Filho, Alberto Ravache e Francelino França.

As 10,15 horas, o Sr. Josaphat Macêdo, Vice-Presidente, abriu a sessão, comunicando a ausência do Sr. Iris Meinberg, que lhe solicitara, por telegrama, presidir aos trabalhos. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. É aprovada inicialmente a transferência da III Conferência Rural Brasileira, a realizar-se em São Paulo, para 6 a 12 de dezembro vindouro. O Sr. Alberto Ravache referiu-se longamente aos trabalhos do G. A. T. T., e aos estudos realizados a respeito pelos representantes da Agricultura. O Sr. Raul Cardoso deu conhecimento à casa de uma questão levantada na F. A. R. E. S. P. à propósito do que aquela Federação considera ato ilegal, qual o do aumento em 50% dos ágios, que, na primeira e segunda categorias, se relacionam quase que exclusivamente a produtos utilizados pela lavoura. Desenvolvendo seu pensamento, entende que a lavoura deve ser contrária à acumulação de ágios em mãos do Governo, que já está de posse de cerca de 9 milhões. Esses ágios, se não forem aplicados, representam

aspecto perigoso, pois inevitavelmente contribuirão para, sendo aplicados, aumentar a inflação. O aumento dos ágios como se deu há pouco, contribuirá para maior acúmulo dos ágios, que o Governador deverá devolver à classe rural, sob a forma de empréstimos. Propôs que a Confederação nomeasse uma comissão para estudar o assunto, tendo o Sr. Josaphat Macedo aceitado a indicação para estudo na próxima reunião.

86.^a reunião, em 6/10/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold, Raul Cardoso de Mello Filho, Heitor Grillo, P. A. de Cerqueira Lima, Milton Freitas de Souza, F. R. Siqueira Netto, Salvio Pacheco, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Arruda Câmara, Alberto Ravache, Benjamim Cabello, João Rodrigues, Antônio Brandão e Francelino França.

As 10,05 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente anunciou que a Confederação teria a honra da visita do Sr. Ministro da Agricultura, Dr. José da Costa Pôrto, que chegou logo após, sendo saudado pelo Dr. Iris Meinberg, que asseverou à Sua Excelência os altos propósitos de cooperação da Casa. A seguir, o Sr. Ministro usou da palavra para agradecer a confiança nele depositada pela Confederação, dizendo da alegria que lhe proporcionava o contato com homens dedicados às causas da lavoura. Em seguida, Sua Excelência passou a examinar os pontos fundamentais da economia rural brasileira, tendo, ao fim, cientificado à Casa das diretrizes fundamentais de sua orientação, principalmente no que concerne à revenda de materiais agrícolas. Esclareceu Sua Excelência que o Ministério da Agricultura não pode e não deve ser uma casa comercial, competindo-lhe, tão-somente, prestigiar a classe agrária organizada, delegando às Federações e à Confederação o encargo de coordenar as encomendas de maquinário, recebê-lo e distribuí-lo, no pleno exercício de atribuições legais. Seria esse, a seu ver, o melhor esforço do Ministério no sentido de concitar os agrários à organização de Associações Rurais, instrumentos indispensáveis ao Poder Público, para ferir as justas reivindicações das populações agrárias do país. Nenhum pedido individual será atendido, porque as Associações Rurais existem justamente para credenciar os bons agricultores. Terminando, Sua Excelência reiterou os seus propósitos de cooperar com a Confederação, asseverando que espera a colaboração de todos, e que seu gabinete estará sempre franqueado aos representantes da classe agrária organizada. A seguir, o Sr. Alberto Ravache, pondo em destaque as qualidades excepcionais do Dr. Kurt Repsold como técnico e como cidadão em nome da Confederação e Sociedade Nacional de Agricultura, agradeceu ao Sr. Ministro a indicação do seu nome para dirigir o Serviço Nacional do Trigo do Ministério. O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa das informações encaminhadas pela Central do Brasil a respeito da reclamação feita sobre os vãos para transporte de cereais. É lido parecer sobre a exportação do milho, atendendo a uma consulta da CACEX. Depois de amplamente debatida a matéria, decide-se enviar o referido parecer à Diretoria do Banco do Brasil. Informa o Sr. Presidente ter palestrado com o Ministro da Fazenda, Sr. Eugênio Gudin, a respeito do Instituto Brasileiro do Café, da aplicação dos ágios e da criação do Conselho Nacional dos Empréstimos Rurais, estando aguardando a volta de S. Exa dos Estados Unidos para entendimentos mais objetivos a respeito. É marcada a assembléia geral ordinária da Confederação para o dia 10 de novembro, às 10 horas, de acordo com os Estatutos. Histórico a péssima situação financeira que atravessa a Confederação, o Sr. Presidente renova apelo anterior no sentido de os presentes solicitarem de suas representadas que saldem seus débitos para

com a Confederação e promovam a coleta de contribuições entre os agricultores. O Sr. Milton Freitas de Souza ressalta o prejuízo que vem trazendo, principalmente, aos elementos do interior, o modo como está sendo encarada a promissória pelo atual Presidente do Banco do Brasil, considerando-a título de favor, e pede a interferência do Sr. Ministro da Agricultura no caso. Representando o Escritório Técnico de Agricultura, o Sr. Oliveira Motta comunica que está o mesmo disposto a promover a ida de uma comissão ou grupo de agricultores aos Estados Unidos, lá permanecendo três ou quatro meses e correndo todas as despesas por conta do referido Escritório exceto quanto às passagens de ida e volta. O Sr. Presidente agradece e declara que irá ao Escritório Técnico de Agricultura para estabelecer os entendimentos necessários à formação da comitiva. Por proposta do próprio Sr. Ministro da Agricultura, resolveu-se que a Confederação enderece uma representação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro da Fazenda, sobre a questão dos ágios mínimos para a lavoura, enviando-lhe cópia para que, por sua vez, se entenda com as referidas autoridades. Após o Sr. Antônio Brandão expor a situação do babaçu no Maranhão, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Ministro da Agricultura e S. Exa. se retirou acompanhado de uma comissão. É aprovado o envio de telegramas de congratulações aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Presidente da C. O. F. A. P. pela solução dada ao problema da carne, liberando o seu preço. Ficou assentado um entendimento do Sr. Presidente com o dirigente da C. O. F. A. P., para a vinda do mesmo a uma das próximas reuniões da Confederação. Atendendo a apelo da Associação Rural de Campina Grande, na Paraíba, decidiu-se solicitar ao Ministro da Fazenda apressar o envio das instruções às agências do Banco do Brasil daquela região quanto ao financiamento do ágave e ainda oficiar à S. Exa. reclamando a garantia de preços mínimos e o funcionamento normal da Comissão de Financiamento à Produção. É aprovado, a seguir, o regulamento para a III Conferência Rural.

87.^a reunião, em 20/10/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Costa Lima, Júlio Ferreira da Silva, Francelino Bastos França, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Fortunato Ferreira Guarita, Luís Marques Poliano, Garibaldi Reale, Sylvio Echenique, Alberto Ravache, Arruda Câmara, Luís de Toledo Pisa Sobrinho, Rubens Farrula, Amaro Cavalcanti, F. R. Siqueira Netto, Salvio Pacheco, João Maurício de Medeiros, Raul Cardoso de Melo Filho, Kurt Repsold, Waldemar Rupp, Luís Fortunato e Heitor Grillo.

As 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente anunciou a presença do Dr. Renato da Costa Lima, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e do Dr. Luiz Pisa Sobrinho, Presidente da Sociedade Rural Brasileira do mesmo Estado, dizendo do seu conceito nos meios agrícolas de São Paulo. Em agradecimento, falaram ambos os visitantes enaltecendo a personalidade do Presidente da Confederação, Dr. Iris Meinberg. A seguir, foi debatido o anteprojeto de reforma do imposto sobre a renda, tendo os Srs. Luiz Pisa Sobrinho e Manuel Ferraz de Almeida, reclamado não terem recebido o anteprojeto, bem como o telegrama comunicando a reunião realizada no Ministério da Fazenda, com a antecedência que lhes permitisse estudar o assunto. O Sr. Amaro Cavalcanti informou ter passado pelo Rio o Presidente da Federação de Pernambuco, que esteve em visita à Confederação. Ficou assentado ser dirigido um memorial ao Presidente da C. O. F. A. P. expondo as reivindicações dos produtores de leite, bem como um convite a S. Exa. para tomar parte em uma das reuniões

da Confederação, a fim de debater os vários problemas ligados à produção agrícola. Foram aprovados votos de pesar e comunicação às respectivas famílias pelo passamento dos Srs. Senador Landulfo Alves, General Poli Coelho e Escritor Riquete Pinto. O Sr. Presidente encareceu a necessidade de as Federações e Associações enviarem à Confederação os subsídios que porventura tenham sobre o modelo de apólice de seguro para gado, submetido à consideração da Casa pela Cia. Nacional de Seguro Agrário. Comunicou ainda S. Exa. estar convocada uma Assembléa Geral Ordinária da Confederação Rural Brasileira para o próximo dia 10 de novembro, para os fins indicados no Edital publicado no dia 6 de outubro. O Sr. Presidente teceu considerações sobre a III Conferência Rural Brasileira informando que a sua Comissão Organizadora conseguiu do Governo do Estado de São Paulo um substancial auxílio de 1 milhão de cruzeiros, dos quais 500 mil já foram recebidos, para início dos trabalhos do conclave, bem como ter visitado o Sr. Ministro da Agricultura a pedido daquela Comissão, quando foi informado de que S. Exa. convocaria, para a mesma data da Conferência, uma reunião de Secretários da Agricultura, a fim de debaterem os problemas que forem objeto de relatórios na Conferência e assentar as normas para a ação oficial na solução dos mesmos. Disse ter solicitado à Presidência da República, uma audiência para transmitir ao Presidente o convite, não só da Confederação como do Governo do Estado de São Paulo, para a instalação da Conferência no dia 6 de dezembro à noite. Posta em debate a questão dos preços mínimos para cereais, usaram da palavra vários Srs. Diretores, entre os quais o Sr. Rubens Farrula que, como Vice-Presidente da Comissão de Financiamentos e representante da Confederação na mesma, fez longa exposição, desde a sua entrada para aquele órgão. Ficou estabelecido que se enviaria àquela Comissão um memorial baseado no trabalho remetido pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, que inclui o algodão entre os produtos garantidos, fazendo-se, ao mesmo tempo, crítica à ação da Comissão, nos debates travados. Ainda sobre o assunto o Sr. Garibaldi Reilly, representando os lavradores do norte do Paraná, pediu o apoio da Confederação para o memorial que entregará à Comissão de Financiamentos reivindicando a transferência da responsabilidade da compra e financiamento de cereais para firmas locais, como já nos ocorreu, bem como a descentralização da Comissão. O Sr. Nelson de Melo pediu a interferência da Confederação junto ao Banco de Exportação e Importação assim como junto à SUMOC, pois, não obstante os tratores importados por aquele Banco terem chegado ao Espírito Santo os agentes-representantes não sabem a que preço vão ser calculados os dólares empregados na sua aquisição para entrega aos lavradores.

88.^a reunião, em 27/10/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Francelino Bastos França, Accácio Gomes, S. Cunha Echenique, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Rubens Farrula, Milton Freitas de Souza, Benjamin Cabello, Fortunato Ferreira Guarita, Nelson S. Maciel, F. R. de Siqueira Netto, Waldemar Rupp, Amaro Cavalcanti, Alberto Ravache e Luis Marques Poliano.

As 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da sessão anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente reiterou aos Srs. Diretores que encarecessem das suas entidades representadas os estudos solicitados sobre o seguro agropecuário. A respeito teve oportunidade de falar o Sr. Dario Ferreira Guarita que disse ser necessário um estudo minucioso do assunto, ficando assim os debates adiados para a próxima reunião. O Sr. Rubens Farrula fez longa exposição sobre os tra-

balhos desenvolvidos na reunião da última quinta-feira na Comissão de Financiamento da Produção, informando que não foi possível, devido ao adiantado da hora, chegar-se a uma conclusão sobre a inclusão do algodão na garantia de preços mínimos, bem como ter levado ao conhecimento da Comissão o memorial da Associação de Cafeicultores do Paraná, que logrou acolhimento favorável. Ficou assentado que seria feita uma comunicação à Associação de Cafeicultores do Paraná no sentido de que será delegada à firma idônea, nas zonas onde não houver agências do Banco do Brasil ou da Comissão de Financiamento, a incumbência da execução da garantia de preços mínimos em comissão; que se solicitasse informações das Federações sobre como vem a referida Comissão funcionando ou operando nas diversas zonas dos diversos Estados; que se reiterasse a solicitação urgente de inclusão do algodão na garantia de preços mínimos, nos moldes já feitos; que se pedisse às Federações que nos mandassem casos concretos de não cumprimento da garantia de preços mínimos; que se insistia, junto ao Banco do Brasil para que, na execução dos acordos comerciais, crie facilidades para a exportação das quotas fixadas nos mesmos. Por sugestão do Sr. Alberto Ravache, a Presidência da Confederação pôr-se-á em contato com a Confederação Nacional da Indústria e com a do Comércio, sobre a instrução dada pelo Sr. Ministro da Fazenda aos delegados à Genebra relativamente a novas tarifas alfandegárias. O Sr. Milton Freitas de Souza, havendo abordado o assunto, determinou o Sr. Presidente para a próxima reunião a discussão sobre a nova política creditícia do Governo, para o que solicitou à Assessoria Técnica parecer que servirá de roteiro para os debates. Informou o Sr. Presidente que no próximo dia 4 o Conselho Fiscal da Confederação reunir-se-á para exame das contas da Diretoria reiterando a necessidade de as Federações que ainda não o fizeram saldarem seus compromissos para a Confederação. Outrossim, disse S. Exa. que seria aberta uma pequena lista de doação individual para a Caixa, a fim de evitar seja terminado o presente exercício com deficit. Relativamente ao combate às pragas na lavoura algodoeira falou o Sr. Accácio Gomes, lendo trabalho por S. Exa. elaborado, que será arquivado como subsídio a possíveis futuros estudos sobre a matéria. Sobre a atual conjuntura econômica do café suspenso o assunto, a fim de se aguardar as resoluções da junta administrativa do Instituto Brasileiro do Café que se acha reunida. Não estando presente o Dr. Kurt Rapsold, que ficou de relatar a representação enviada por Santa Catarina sobre a mistura de fécula de mandioca e trigo, foi o assunto. O Sr. Presidente informou ao Sr. Francelino França, do Estado do Rio que estava sendo aguardado também um estudo sobre o aproveitamento das usinas daquele Estado, a fim de serem tomadas as providências julgadas necessárias. Comunicou ainda o Sr. Presidente que a comissão de Política Agrária realizou na terça-feira última uma reunião à qual não lhe foi possível comparecer por não se achar ainda credenciado junto à mesma como representante da Confederação. Entretanto, como a Casa possui cópias do ante-projeto de lei de arrendamento rural, objeto de debate naquela sessão, ficou marcado o estudo da matéria para a próxima reunião.

89.^a reunião, em 3/11/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Silvio Echenique, Alberto Ravache, Arruda Câmara, Fortunato Ferreira Guarita, Ormeu Junqueira Botelho, Ribeiro Barlette, Waldemar Rupp, P. A. de Cerqueira Lima, Milton Freitas de Souza, José de Albuquerque Lins, Rubens Farrula, Francelino Bastos França, Amaro Cavalcanti e Luis Marques Poliano.

As 10,10 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata

da sessão anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente reiterou, mais uma vez, aos Srs. Diretores que encarecessem das suas entidades representadas os estudos solicitados sobre o seguro agro-pecuario. O Sr. Alberto Ravache informou estar no Brasil a Missão Comercial Alemã e que gostaria de receber sugestões para a defesa para negociar o Acórdo Comercial com aquele país da lavoura brasileira nesse tratado. Foi designado o Sr. Silvío Echenique para, juntamente com o Sr. Alberto Ravache, estudar o regulamento do Conselho Nacional de Colonização e Imigração, que se reuniu pela primeira vez para debate do assunto. O Sr. Alberto Ravache, lendo seu parecer sobre "Preços e Mercado", item do temário da reunião de Ministros da Fazenda e Economia em Quitandinha, solicitou igualmente sugestões dos membros da Confederação. A reunião do Conselho Fiscal da Confederação ficou marcada para o dia 8 de novembro, segunda-feira, em virtude de a contabilidade não ter sido possível, devido aos feriados, elaborar os balanços, inventário, etc. Por sugestão do Sr. Arthur Oberlander Tibau é incluído em ata um voto de louvor pelo dinamismo e eficiência dos Srs. Fábio Yassuda e José Pires de Almeida à frente da Associação Rural do Litoral Paulista, fazendo-se a respectiva comunicação aos referidos senhores. Sobre "Locação Rural" o Sr. Alberto Ravache leu o parecer emitido pelo Conselho Nacional de Economia sobre o projeto já aprovado pela Comissão Nacional de Política Agrária. O assunto foi longamente debatido, ficando assentado que a atual Diretoria tomaria conhecimento da matéria, devendo a nova Diretoria, tão logo cheguem as ponderações da Sociedade Rural de São Paulo, que pediu prazo para se manifestar, solicitar igualmente prazo aquela Comissão para se pronunciar. Informando o Sr. Waldemar Rupp ter conhecimento de uma recente Portaria do Ministério da Agricultura sobre revenda de material, em que não se faz alusão ao compromisso assumido por aquela Secretaria com a Confederação, o Sr. Presidente ficou de apurar o que há a respeito. Encerrando a sessão, o Sr. Presidente "formulou votos no sentido de que à nova Diretoria seja possível realizar aquilo que a premência do tempo e a pobreza dos recursos de toda natureza impediram à atual de realizar, embora fôsse seu propósito dar à Confederação o renome e o prestígio que de direito lhe cabe como expressão máxima da agricultura nacional". Agradeceu S. Exa. também a colaboração de todos os Srs. Diretores, dos funcionários e dos representantes da imprensa, que sempre se mostraram eficientes e interessados na vida da Confederação. Falaram a seguir, enaltecendo a pessoa do Sr. Presidente e agradecendo o quanto S. Exa. tem feito pela classe, os Srs. Silvío Echenique, Júlio Ferreira da Silva e Waldemar Rupp.

90.ª reunião, em 24/11/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Fortunato Ferreira Guarita, P. A. de Cerqueira Lima, Júlio Ferreira da Silva, Amaro Cavalcanti, Napoleão Fontenelle, Alberto Ravache, Luis Marques Poliano, Milton Freitas de Souza, Antônio Brandão e Kurt Repsold.

Às 10,40 horas, o Sr. João Maurício, 1.º Secretário, na ausência do Sr. Iris Meinberg, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior. Comparece o Sr. Iris Meinberg, Presidente. Procede-se à leitura do expediente. É transmitido aos Srs. Diretores o convite recebido do Centro de Ensino e Treinamento de Engenharia Rural e lido o programa para a II Conferência Rural Brasileira. O Sr. Alberto Ravache comunica que foi nomeada uma comissão de generais para um entendimento com o Serviço de Agricultura do Rio Grande do Sul, para a organização do Estado Maior Agrário daquele Estado e transmite à Casa o apelo — dos agrônomos no sentido de que a Confederação se manifeste a respeito do aumento

de seus vencimentos. O Sr. Amaro Cavalcanti faz uma exposição sobre o que ocorreu na mesa redonda realizada na Escola Técnica do Exército, a respeito da fabricação de peças para veículos motorizados no Brasil, ficando decidido que a Confederação se dirigirá à referida Escola, pedindo o comparecimento de um seu representante na reunião da Diretoria. Informa o Sr. Antônio Brandão já ter sido fundada no Maranhão a Cooperativa do Babaçu e que o novo Diretor da CACEX, a fim de esclarecer a questão do machado, enviou um funcionário àquele Estado e este acabou por oferecer um relatório favorável às pretensões dos maranhenses. O Sr. Napoleão Fontenelle reclama para o Espírito Santo as garantias de preço mínimo e aquisição do produto no caso do café, ficando a Presidência de encaminhar o pedido ao Instituto Brasileiro do Café. É feita uma explanação sobre as previsões orçamentárias para 1955 da Confederação Rural Brasileira, esclarecendo o Sr. Presidente que a proposta deverá ser aprovada em reunião conjunta da Diretoria com o Conselho Superior, a ser realizada na próxima quarta-feira. Sobre as reclamações das Federações do Piauí e de Pernambuco, de não terem as agências do Banco do Brasil locais instruções para executar o financiamento e a compra em nome da Comissão de Financiamento da Produção, decidiu-se consultar o representante da Confederação junto àquela Comissão, a fim de serem devidamente informadas aquelas filiadas. O Sr. Presidente informa já ter sido enviado um ofício à Carteira do Banco do Brasil sobre uma reclamação da Federação do Estado de Goiás. É lido para a Casa parecer da F. A. R. E. S. P. a respeito do seguro agrícola e, depois de amplamente debatida a matéria, resolve-se convidar o Presidente da companhia a vir com seus técnicos tomar parte numa reunião da Confederação, a fim de esclarecer devidamente o assunto. Estando ainda em estudos por parte do Sr. Kurt Repsold a matéria referente à mistura da fécula de mandioca e trigo, fica transferida para a próxima reunião. O Sr. Alberto Ravache faz longa exposição sobre o Acórdo Brasil-Alemanha, dizendo da inconveniência de uma recente decisão da SUMOC. Discute-se demoradamente a questão, decidindo-se que a Confederação dirija-se ao governo lembrando a possibilidade de advirem prejuízos caso seja abandonado o sistema de acordos bilaterais. É designado o Sr. Milton Freitas de Souza para elaborar um projeto a respeito de uma contribuição obrigatória dos agricultores para a manutenção das entidades de classe.

91.ª reunião, em 1/12/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Virgílio Távora, Kurt Repsold, Gerônimo Antônio Coimbra, Agostinho Monteiro, Nelson Santos Maciel, Júlio Ferreira da Silva, João Maurício de Medeiros, Fortunato Ferreira Guarita, Waldemar Rupp, Francélio Bastos França, Alberto Ravache, Amaro Cavalcanti, P. A. de Cerqueira Lima, Benjamim Cabello e Napoleão Fontenelle.

Às 10,10 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a sessão. É lida e aprovada a ata da reunião anterior. É lido o expediente. O Sr. Presidente comunica à Casa um convite recebido da Associação Rural do Vale do Rio Grande para que os Srs. Diretores assistam à solenidade do encerramento do Feeding Test em curso naquela cidade. Deu S. Exa. conhecimento à Casa de telegrama da Associação Rural de Marília solicitando energias providências quanto a favores na concessão de câmbio à indústria na base de 60 cruzeiros o dólar, segundo notícias dos jornais de São Paulo. Será consultada a F. A. R. E. S. P., a quem cabe as providências. Comunicou ainda o Sr. Presidente ter sido aprovada na Câmara dos Deputados a Redação Final do Projeto de Lei n. 311-B, de 1951, de autoria do nobre Deputado Waldemar Rupp, dispondo sobre a subvenção às associações rurais. O andamento do projeto no Senado será acompanhado pelos Deputados componentes da Diretoria. De acórdo com a proposta do Sr. Arruda

Câmara, a Confederação Rural Brasileira junta seus aplausos aos da F. A. R. E. S. P. pela idéia que teve a Secretaria da Agricultura de S. Paulo da criação de um Instituto de Tecnologia Agrícola. Outrossim, será pleiteada a inclusão de um representante da Confederação junto à Comissão Especial para estudo da área do Polígono das Secas, ainda em conformidade com proposta do Sr. Arruda Câmara. O Sr. Arthur Oberlander Tibau, em nome do Serviço de Economia Rural, solicitou escusas por não ter um representante daquela entidade comparecido à posse da nova Diretoria da Confederação. O Sr. Amaro Cavalcanti passou às mãos do Sr. Secretário um exemplar do Relatório do ano de 1954 da Federação de Pernambuco. Atendendo ao pedido do Sr. Agostinho Monteiro, Presidente da Comissão Nacional de Estudos da Avicultura, a Confederação enviará ofício ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil pleiteando uma oportunidade para apresentar sugestões relativamente à concessão de crédito às atividades avícolas. Relembrou o Sr. Presidente a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo, reiterando o pedido de indicação de nomes para integrarem as diversas Mesas de trabalho. Pôsto em debate o plano de orçamento para o ano de 1954/55, foi o mesmo aprovado conforme apresentado pela Presidência. O Sr. Arthur Oberlander Tibau doou à Confederação uma coleção completa de Gasparini, para início da biblioteca da Casa. Os Srs. Agostinho Monteiro e Mário Penteadó enalteceram a obra da Diretoria da Confederação. Em agradecimento falaram o Sr. João Maurício, 1.º Secretário e o Sr. Presidente, Iris Meinberg, o primeiro, manifestando a sua satisfação ante o reconhecimento do esforço dispendido pela Diretoria, mas propondo que a homenagem tivesse caráter singular, restrita à pessoa do Presidente, a cujo devotado trabalho e excepcional capacidade de direção, tudo se deve, com o que concordou o Dr. Agostinho Monteiro, pedindo que as palavras do Secretário fossem registradas pela taquígrafia com absoluta fidelidade, ao que agradeceu o segundo, ou seja o Presidente, salientando que os resultados obtidos eram provenientes do trabalho de equipe que sempre adotou e de que, na Confederação como na F. A. R. E. S. P., colheu os melhores frutos. O Sr. Presidente, comunicando ter recebido da Comissão Especial de Seguro Agrário, do Instituto de Resseguros do Brasil, projeto do Plano Geral de Aplicações no trigo, informou que o Chefe do Serviço Técnico elaborou parecer concluindo que a Confederação deve aguardar o pronunciamento do Serviço de Expansão do Trigo, cujo Diretor é também membro da Diretoria da Confederação, o Dr. Kurt Repsold. Será aguardada, então, a sua presença a uma das próximas reuniões, para que nos possamos manifestar. Quanto à mistura de fécula de mandioca e trigo, ficou a matéria dependendo de estudos que estão sendo procedidos na Comissão Nacional do Trigo, dada a relevância do assunto e as dificuldades que apresenta. O Sr. Benjamim Cabello disse ter verificado no roteiro da III Conferência que os assuntos foram divididos em cinco grupos e que não conseguira, até aquele momento enquadrar os trabalhos que deseja apresentar em qualquer deles. Sugeriu, assim, a criação de um grupo de assuntos diversos. O Sr. Presidente disse, então, que, de acordo com o Regimento da Conferência, poderão ser criados mais grupos, em conformidade com as necessidades. O Sr. Waldemar Rupp,

que regressava de Sta. Catarina, informou à Casa que, ali, constatara que a peste vem dizimando o rebanho suíno, sem que haj vacinas para um tratamento profilático adequado. Sugeriu, dessarte, que a Confederação se dirigisse ao Ministério da Agricultura no sentido de incrementar a fabricação de vacinas para atender à angustiosa situação de Sta. Catarina no que tange ao fenômeno referido.

92.ª reunião, em 15/12/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, P. A. de Cerqueira Lima, Nelson Santos Maciel, Gentil Nascimento, Fortunato Ferreira Guarita, Alberto Ravache, Kessler Coelho, Antônio Duarth, Manoel A. Moreno, Nunes Freire, Paulo Carneiro da Cunha, Newton Ferreira Paiva, Lauro Borba, Jerônimo Antônio Coimbra e Amaro Cavalcanti.

Às 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a sessão. É lida e aprovada a ata da sessão anterior. É lido o expediente. O Sr. Presidente informa ter oficiado ao Instituto Brasileiro do Café, por solicitação do Sr. Napoleão Fontenelle, no sentido de o pórtio de Vitória ser incluído no sistema de financiamento do café e que igualmente representará à Comissão de Financiamento da Produção para que apresse as devidas providências. Será também enviado ofício à Superintendência da Moeda e do Crédito a fim de deixar bem claro, junto a esse órgão, a diferença de tratamento dado aos cotonicultores em relação aos cafeicultores, no que respeita à liquidação de cambiais de exportação. Lido o apêlo feito pelas Donas de Casa no sentido de não ser elevado o preço do gado acima de 250 cruzeiros a arrôba, o assunto é largamente debatido. Será respondido às Donas de Casa que a Confederação acolhe com simpatia o seu apêlo porque, tanto ou mais do que as populações das cidades, os homens do campo são vítimas da alta do preço das utilidades e do crescente custo de vida; que a vida dos trabalhadores rurais não representa um bem-estar, como declaram em sua carta; que a carne bovina não deve ser a base da dieta de proteínas animais, sendo recomendável também o consumo do gado menor, como o carneiro, o cabrito e até mesmo o coelho e a galinha, como ocorre em outros países, cujo padrão de vida é muito superior ao nosso; que não cabe a nós a responsabilidade da elevação do custo de vida, mas, em grande parte, à conjuntura econômico-financeira por que o País atravessa, com a moeda cada vez mais desvalorizada, e, finalmente, que a Confederação coloca a disposição das donas de casa seus arquivos, no que respeita ao custo do boi e demais subsídios. O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa de telegrama recebido da Associação Rural de Buriti Bravo, no Estado do Maranhão, assinado pelo Vice-Presidente, pelo Primeiro e pelo Segundo Tesoureiros e por mais dois membros do Conselho Fiscal, denunciando irregularidade cometida pelo Presidente da mesma entidade, que teria recebido a importância referente à subvenção do Governo e dela feito uso em proveito de suas atividades particulares. Como o assunto é da alçada da Federação, a Confederação transmitirá o fato à mesma, pedindo que apure a veracidade dos fatos e, se necessário, nomeie um interventor na Associação, como dispõe o Decreto n. 8.127, em seu art. 143. Por outro lado, a Confederação transmitirá a denúncia, com as devidas reservas, ao Serviço de Economia Rural, ao qual a Federação do Maranhão também deverá recorrer para melhor apuração dos fatos. O Sr. João Maurício informa que o companheiro Júlio Ferreira da Silva telefonou justificando sua ausência à presente sessão. Propôs, a seguir, que seja passado um telegrama à F. A. R. E. S. P., de congratulações pelo êxito excepcional que alcançou a III Conferência Rural Brasileira, o qual, em grande parte, se deve ao seu esforço e à capacidade dos seus dirigentes, que tudo previram e tudo proveram no sentido de que nada faltasse aos membros da Conferência, o que é acolhido com uma salva de palmas. São aprovados também telegra-

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

El salitre de Chile en la Agricultura Paulista — Guilherme Medina.

Melhores Batatas para a América Tropical — W. S. Orton — (n. 20 da Série de impressos sobre a agricultura).

Apuntes de Contabilidade Rural — M. de Agricultura — Buenos Aires.

Criem galinhas este ano — (Chácaras e quintais) — 1918.

Sericicultura no Brasil — Amilcar Savassi — M. da Agricultura — Rio de Janeiro — 1924.

Oleos vegetais brasileiros — Eurico Teixeira — R. de Janeiro — 1922.

A cultura da laranjeira — Olinto Fernandes — 1929.

Roses — Ketten Frères Luxemburg — Luxemburgo — 1920.

Farmes Bulletin — ns. 653, 857, 801 e 961.

Nas Selvas do Brasil — Theodore Roosevelt — Serviço de Informações Agrícolas — Rio de Janeiro — 1945.

Seguro Agrário — Rio de Janeiro — 1954.

Pesquisas Econômicas e Sociais — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1954.

Ensino Agrícola — Arthur Torres Filho — Rio de Janeiro — 1925.

OFERTA DO SR. ANIBAL BUITRON

(da Divisão de Trabalhos e Assuntos Sociais da União Panamericana)

Organização de los Estados Americanos — Décima Conferência Interamericana — Doc. n. 12 — Caracas — 1954.

OFERTA DA EMBAIXADA DA ESPANHA

Los Trigos de la Ceres Hispanica — R. T. Molma e M. A. Peña — Instituto Nacional de Investigaciones Agronomicas — Madrid — 1952.

OFERTA DO INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Anais do 1.º Congresso Florestal Brasileiro — Curitiba — 1954.

OFERTA DA DEVON CATTLE BREEDERS

Davy's Devon Herd Book. Vol. LXXVII 1954.

OFERTA DO DR. ARTHUR TORRES FILHO

Reforma Agrária no Mundo e no Brasil — Serviço de Informação Agrícola — 1952.

A cana por semente — Arthur E. M. Torres — Campos — 1918.

Seridó — José Augusto — Vol. 1.º — Rio de Janeiro — 1954.

Dez faces do Mundo — Valdiki Moura — Rio de Janeiro.

Brasil — 1948 — Recursos e possibilidades — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

O Agrônomo — n. 49 ao n. 61.

Agros. — vol. V n. 3 — vol. VI n. 1.

Boletim do Instituto de Química Agrícola n. 24.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — n. 333.

Contribuição ao estudo da matéria orgânica nos solos de M. Gerais — Divisão de Química Agrícola — Belo Horizonte — 1953.

Missões culturais — Hermani de Carvalho — Estado do Rio — 1948.

Prevision del tempo en Agricultura — José Lanen — Barcelona — 1934.

Le propriétaire devant sa ferme délaissée — Georges Ville — Paris

Nouveaux éléments de physiologie — P. Langlois et H. de Varigny — Paris — 1893.

Exposição geral da situação econômica no Brasil — Conselho Nacional de Economia — 1954.

Les Bases théoriques de la statistique agricole internacional — Umberto Ricci — Roma — 1914.

Elementos de História das Doutrinas Econômicas — Paul Hugon — S. Paulo.

OFERTA DO SR. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA

Anais do Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural — Vol. I — 1954.

OFERTA DO SR. JOSÉ ANASTÁCIO VIEIRA

Calendário Agrícola do Brasil — Distrito Federal — Serviço de Informação Agrícola — 1954.

OFERTA DA SRA. EDITH MAGARINOS TORRES

World's Popular Encyclopedia. New York — 1937 — Em 12 volumes.

OFERTA DO DR. ANTONIO DE ARRUDA CÂMARA

Boletim do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio. — Em 20 volumes de 1912 a 1932 — Coleção completa.

Boletim de Ministério de Agricultura — 8 volumes de 1933 a 1939 — Revista de Agricultura — vo. I ns. 1, 3 e 4 — Vol. II ns. 1, 2 e 3.

OFERTA DO DR. ALBERTO RAVACHE

Organización de los Estados Americanos — União Panamericana — Fascículos ns. 2 a 12 de 1954.

Banco do Brasil — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — 1953 e 1954.

Plano de Diretrizes para a racionalização da produção do Estado de São Paulo — S. Paulo — 1954.

Exodo e fixação — Souza Barros — Serviço de Informação Agrícola — 1953.

Boletim Renner — ano 10.º — maio de 1954.

Atlas corográfico da Cultura Cafeeira — Estado do Paraná — Departamento Nacional do Café.

**OFERTA DO PROF. GERALDO GOULART
DA SILVEIRA**

Relatório da FARP.
Calendário Agrícola do Brasil — Distrito Federal — Serviço de Informação Agrícola — 1954.

OFERTA DO SR. CLYDE WILLIAMS

(Presidente da Battelle Memorial Institute)
Battelle Research — Ohio — U. S. A. — 1954.

OFERTA DO SR. OCTAVIO DOMINGUES

O jumento da lagoa Dourada — Octavio Domingos — Instituto de Zootécnia — 1953.

OFERTAS DO SR. ARAUJO CAVALCANTI

(Secretário Geral da Assoc. Brasileira de Municípios)

Estudos Municipais — Serviço de Documentação do D. A. S. P. fascículos de 1 a 10. 1954.

Mensagem do DASP, aos Prefeitos e Vereadores do Brasil — 1954.

Planejamento geral dos Serviços Administrativos Municipais por J. Soares Belharmino. Serviço de Documentação do DASP — 1954.

OFERTA DO I. B. C.

Congresso Mundial do Café em Curitiba — Paraná — Documentário Cafeeiro n. 1.

**OFERTA DA JUNTA DE EXPORTAÇÃO DA
PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE**

Guia Econômico de Moçambique — 1953-54.

Guia dos Exportadores e Importadores de Moçambique — Fascículos 1953 e 1954.

**OFERTA DA EMBAIXADA DA REPÚBLICA
DA ALEMANHA NO RIO DE JANEIRO**

A Alemanha de Hoje — 1954.

**OFERTAS DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO
AGRÍCOLA**

Como Organizar a Biblioteca do clube agrícola — Xavier Placer — 1953.

Instruções práticas sobre as culturas de cebolas e do alho. Leonam de Pena — 1951.

Noções sobre as principais doenças contagiosas e parasitárias dos animais domésticos — Otacilio Pinto Cordeiro de Souza — 1953.

Missões Rurais de educação — A experiência de Itaperuna — 1952.

Fazendas de gado no Vale do S. Francisco — José Norberto Macedo.

Fazendas de cacau na Bahia — Clovis Caldeira — 1954.

A Estância Gaúcha — Duarte de Laytano — 1952.

Doença de Newcastle — J. Vaitsman. — Isaac Moutssatché — 1954.
O Babaçu e outras palmeiras produtoras de amêndoas oleaginosas no Brasil — 1954.

**OFERTAS DO SERVIÇO DE ECONOMIA
RURAL**

Legislação cooperativista — 1953.

II Reunião de Consulta as cooperativas — Conclusões aprovadas — 1954.

Instruções para organização de Sociedade Cooperativa — 1953.

Conclusões da I Reunião de Consulta às Cooperativas — 1952.

Primeira reunião dos chefes de agências do Serviço de Economia Rural e dos diretores dos órgãos executores dos acordos relativos ao cooperativismo e à classificação dos produtos agropecuários — 1953.

OFERTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O problema da alimentação no Brasil — Relatório de Klein e Saks — 1954.

**OFERTA DO CONSELHO NACIONAL DE
ESTATÍSTICA**

Números Índices dos preços e das quantidades em alguns setores da produção — 1.ª série — 1954 — (I. B. G. E.).

OFERTA DA F. A. R. E. P.

Relatório das atividades da Farep no período 1951 a 1954 — Lauro Borba — Recife — 1954.

**OFERTA DA EDITORA PUBLICIDADE
ROMAN LTDA.**

Cooperativa agrícola de Cotia — 25.º Aniversário — São Paulo — 1953.

OFERTA DA UNIÃO PANAMERICANA

Os seguintes fascículos:

As Repúblicas Americanas em relance — 1955.

Sessenta e cinco anos de cooperação interamericana — 1890-1955.

As Américas Unidas na palavra de seus estadistas.

O que é as OEA atualmente.

Mapas do sistema rodoviário pan-americano — 1954.

**OFERTA DA SECRETARIA DO CONSELHO
TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS**

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Relatório geral — 2 volumes — 1954.

Estudos diversos — 1954.

Projetos — 14 volumes — 1954.

OFERTA DO INSTITUTO DEL CACAO

Segunda Conferência do Comitê Técnico Interamericano del Cacao — Turrialba — Costa Rica — 1949.

Terceira Conferência do Comitê Técnico — Instituto del Cacao — Costa Rica — 1950.

V Reunión del Comité Técnico Interamericano del Cacao — 2 volumes — Turrialba — Costa Rica — 1954.

OFERTA DA ACADÊMIA DE SCIENCES DE L'U. R. S. S.

Communication au Ve. Congrès International de la Science du Sol. Moscou — 1954 — 8 fascículos.

OFERTA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Exposição geral da Situação econômica do Brasil — Rio de Janeiro — Conselho Nacional de Economia — 1955.

OFERTA DA ESTACION EXPERIMENTAL AGRÍCOLA DE TINGO MARIA

Diccionario de plantas cultivadas, Hierba Silvestre y malas Hierbas en el Perú, equivalentes en Hespagnol, Ingles, y Latin — Perú — 1954.

Propagación vegetativa del Cacao — Estacion Experimental agricola de Tingo Maria — Perú — fasciculo de dezembro, 1954.

OFERTA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A missão Cook no Brasil — Rio de Janeiro 1949 — publicação da Fundação Getulio Vargas.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM 1955

Meses de janeiro e fevereiro.

Academie D'Agriculture de France — n.º 1.
Agricultura em São Paulo — ano 5 — n.º 1.
Agronomia — n.º 77

Algodon — vol. 8 — ns. 6 e 7

Américas — vol. 7 ns. 1 e 2

Arco-Iris — ano III n.º 22

Bahia Rural — ano XXIII — n.º 1

Boletim da Ass. Rural do Vale do R. Grande — 131-B-132-B

Boletim da C. C. P. L. — Vol. VIII, ns. 78-79

Boletim do Leite — vol. VIII — ns. 91-92

Boletim de la Ass. de Ingenieros Agron — n.º 57

Brasil Rural — ns. 150-151

Bolletín Económico et Social de la Tunisi — ns. 96-97

Carta quincenal de la C. de Comer. de Chile — 222-223-224

Chácaras e quintais — vol. 91 ns. 1-2

Conjuntura Econômica — ano IX — ns. 1-2

Cotton Cotton Algodon — vol. 8 — n.º 2

Fauna — ano XIV — ns. 1-2

Fomento Agrícola — ano I n.º 1

Gado Holandês — ano XIX — ns. 217-218
Gazeta das Aldeias — ns. 2294-2295-2296-97

Granja — ano 3 — n.º 25

A Granja — ano XI — ns. 92-93

Ifap News — vol. 4 — n.º 2

Informativo Farsul — ns. 46-47-48

Iowa Farm Science — vol. 9 — ns. 7-8

Lavoura Arrozeira — ano IX — ns. 97-98

Massey Harris — ano XXI — ns. 326-327

Mercado do café — ns 914 a 917 e 918 a 920

Mundo Agrícola — ano 4 — ns. 1-2

Observador econômico e financeiro — ns. 227-228

O pioneiro — ano I — ns. 2-3-4

Paraná Econômico — ano 2 — ns. 22-23

Revista Brasileira de Panificação — ano XX — ns. 233-234

Revista dos Mercados — ano VI — ns. 53-54

Revista de la Bolsa de Comércio — n.º 1

Revista Industrial — vol. 23 — ns 1-2

Revista do Clube de Engenharia — n.º 221

Revista mensal da Liga do Com. do R. de Janeiro — ano XIX — ns. 255-256

Seleções Agrícolas — ano 10 — ns. 105-106

Túcan — ano VI — ns. 244 a 246-247 a 250.

Vita — vol. XII — ns. 1-2-3-4

World Agriculture — vol. IV — n.º 1.

(Conclusão da pág. 21)

almejada Escola Superior de Silvicultura, Escola Superior de Estudos Florestais ou outro nome qualquer que se lhe venha a dar; que se institua; quanto mais cedo, o Seguro Florestal, são medidas recomendáveis.

Precisamos, com a experiência do passado e com a realidade do presente que estamos vivendo, encarar, com realismo, o futuro.

Que cessem as devastações desenfreadas; que sejam melhor compreendidas as nossas reservas florestais que já se vão tornando incipientes; que seja, enfim, traçada, em bases racionais, oportunas e objetivas uma nova Política Florestal, é o que precisamos.

Que se plantem os bilhões de novas essências florestais preconizados pelo Dr. Estanisláu Kosciuski, para a nossa tranquilidade futura, para a tranquilidade das novas gerações é o que devemos almejar, nós, brasileiros, que pensamos no futuro e na grandeza, de nossa pátria.

(Conclusão da pág. 56)

proporções das necessidades brasileiras. Além disso, os agrônomos carecem de uma regulamentação profissional condigna, que afaste de sua composição os intrusos e curiosos e a sua remuneração deve corresponder ao grau de cultura e de habilitações que hoje dêes se exige. — Do mesmo modo que nosso progresso e nosso desenvolvimento impuzeram a separação das especialidades da engenharia, os agrônomos adquiriram na conjuntura atual uma posição de destaque que é forçoso reconhecer e prestigiar. Mesmo porque a formação cultural dos agrônomos — como a dos arquitetos — é hoje de nível superior idêntica à dos engenheiros, tanto entre nós como nos Estados Unidos, onde algumas Universidades consideram a agronomia simples ramificação da engenharia civil.

(Transcrito do "Jornal do Brasil" de 20-2-55)

OS AGRÔNOMOS NO BRASIL

MAURÍCIO JOPPERT DA SILVA

Acontece com os agrônomos no Brasil atualmente coisa semelhante ao que sucedeu aos arquitetos antes da expedição, em 1933, do decreto 23.569, que regulamentou as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Até então os arquitetos eram diplomados pela Escola Nacional de Belas Artes e considerados meros decoradores de fachadas. Não chegavam à construção de edifícios, entregues a indivíduos com noções muito ligeiras de arte de construir, alguma prática do ofício, registrados nas Prefeituras como construtores ou arquitetos, sem nenhuma idoneidade técnica nem cultura artística. Os proprietários, na preocupação de reduzir os orçamentos, dirigiam-se a estes que não podiam evoluir por falta dos conhecimentos técnicos indispensáveis. O resultado era que a construção civil se tornara precaríssima nas cidades brasileiras, coisa de mau gosto e de aventura de indivíduos sem profissão definida. — Os arquitetos juntaram ao seu título o de engenheiro, passaram a ser engenheiros-arquitetos, o que nada tinha de absurdo porque em muitos países a arquitetura é considerada uma especialização da engenharia civil. Mas pouco adiantou. O decreto 23.569 deu aos arquitetos o relêvo que eles mereciam e acabou com os construtores práticos ou improvisados. Com maiores oportunidades, os arquitetos se valorizaram, aprimoraram sua cultura, rasgaram novos caminhos à arquitetura brasileira, que repercutiram em meios estrangeiros. Nossas cidades, cobriram-se de construções originais e ousadas, os engenheiros arquitetos voltaram orgulhosamente ao seu título de arquitetos e a sua formação técnico-cultural exigiu a criação de um instituto adequado e moderno, a Faculdade Nacional de Arquitetura, cuja sede vai adiantada em construção na Cidade Universitária. — A arquitetura brasileira tem hoje no mundo uma individualidade definida e admirada por muitos, não sendo poucas as imitações, sobretudo nos Estados Unidos. — Os agrônomos ficaram, por assim dizer, escondidos nos parágrafos sem destaque do decreto n.º 23.569; não se compreendeu na ocasião o grande papel que lhes estava destinado na vida econômica nacional. Talvez tivesse concorrido para isso a falta de institutos bem montados para a sua formação profissional ou mesmo a inexistência de um ambiente a eles favorável. Obras que eram sem dúvida, da pura alçada da técnica agrônômica, foram entregues a engenheiros civis que se limitaram a construir barragens, formar lagos, abrir canais e lançar estradas, sem sentir que o objetivo final do problema em que estavam empenhados era recuperar a terra para a agricultura e não apenas fazer lagos para saturar a atmosfera ou secar demasiadamente os terrenos encharcados de modo a torná-los estêreis. É que não se pensava em agrônomos e certa vez, num concurso famoso em uma escola superior, assisti a um jovem candidato arriscar-se a uma inabilitação porque protestara contra um velho pro-

fessor que confundia agronomia com agricultura... Ainda hoje pouco proveito se deu às obras de açudarem do nordeste para a irrigação e cultura intensiva da terra. O engenheiro civil para satisfeito depois da barragem pronta e da água presada, enquanto que, para o agrônomo, o açude e os canais são obras acessórias da irrigação que fará a terra, rica de substâncias assimiláveis pela planta, produzir exclusivamente. É verdade que alguns engenheiros civis são, como Luiz Vieira, de espírito universal e atacam tôdas as fases do problema; mas são poucos... A nossa baixada fluminense, estéril e insalubre pelo excesso de água acumulada devido ao entupimento dos escoadouros naturais, permaneceu estéril na maior parte, depois do saneamento, pela descida demasiada do lençol subterrâneo. — Faltou, num e noutro caso, a colaboração do agrônomo que conduziram as operações para o aproveitamento racional das terras e da qualidade de cultura a estabelecer em cada caso. Ambos os problemas, do nordeste e da baixada litorânea, foram atacados em época em que não se falava em agrônomos no Brasil... Hoje, porém, a situação é diferente: o grande centro de ensino agrônômico do quilômetro 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo e todos os outros que se multiplicaram pelos Estados, por iniciativa do Governo central ou dos Governos estaduais, formam agrônomos de boa cultura e de sólida visão, fazendo jús a um maior respeito da parte da Nação e impõe-se o seu aproveitamento nos problemas de natureza meramente agrícola. Esses técnicos estão habituados a construções rurais de toda sorte, ao estudo do solo e das diversas qualidades de cultura que eles comportam, ao seu beneficiamento com adubos e água na proporção devida e mesmo a pesquisas científicas para investigar as pragas que de vez em quando devastam as plantações. Pomares e hortas não podem hoje ser explorados em grande escala sem a assistência do agrônomo e são eles que — mais do que as indústrias — fazem as nações felizes e prósperas porque de barriga vazia ninguém pensa, nem produz... vemos em nossos dias como a América do Norte, a nação mais industrializada do mundo, arranca do seu solo toda uma produção agrícola abundantíssima que segue para a Europa em navios abarrotados de cereais, acompanhando os barcos a estados de máquinas e de munições. E esta produção se consegue com uma técnica agrônômica elevada, para a qual não há solo pobre, nem estéril até os areais e as pedras dos desertos, desabrocham em pomares, hortas e jardins... Os que acompanham os problemas do nordeste brasileiro sabem qual tem sido a contribuição brilhante do agrônomo José Guimarães Duque, chefe do Serviço Agro-Industrial do D. N. O. C. S., na orientação para a solução racional dos mesmos. Em seu livro notável — "Solo e Água no Polígono das

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. 23)

"A Imperial Ordem da Rosa" — (Gazeta de Notícias, 15-3-1941).

"Cruzmalinos?" — (Gazeta de Notícias, de 29-3-1941 e "Educação Física", Novembro de 1942).

"Moedas da Soberana Ordem do Hospital de São Batista de Jerusalém" (Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. I).

"Chancelaria das Ordens Honoríficas Nacionais" — (Revista Numismática, São Paulo).

"O Vice-rei Luiz de Vasconcelos" — (Notas Heráldico — Geneológicas (Estudos Brasileiros, 1943).

"Ordens Honoríficas do Governo Provisório" (Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. II).

"O Mérito Aeronáutico" (O Jornal, 1946).

"A mais velha ordem Honorífica do Império" — (Revista Numismática, São Paulo, 1942).

"Cédulas de cruzeiro autografadas" (O Globo, 1946).

"O Primeiro Cunho das Armas do Império" — (Revista Numismática, São Paulo).

"Barras de Ouro do Século XVIII" (Revista Numismática, São Paulo, 1945).

"A seção de Numismática do Museu Histórico Nacional" — (Revista Numismática, São Paulo).

"Moedas da República" — (Revista Numismática, São Paulo).

"Um projeto d'armas da República perpetuado em moedas de curso legal" — (Revista Numismática).

"Uma pedra d'armas do Rio antigo" — (Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. III).

"Um problema de Heráldica" — (Parecer ao pedido do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a respeito dos escudos conjugados que se acham no gradil do Cadeia de Vila Rica).

"A composição das armas imperiais" — (Ilustração Brasileira, Setembro de 1946).

Livros e plaquetes

"Heráldica" — (monografia da concurso, aprovada pela banca examinadora com nota 100, 72 pgs. texto, 262 ilustrações, Rio, 1938).

"Ordens Honoríficas do Brasil", (in 4.º, 324 pgs., com ilustrações em preto e em cores fora do texto. 600 exp. esgotados. Trabalho publicado sob o patrocínio dos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores", Rio, 1942).

"As barras de ouro da Coleção Guilherme Guinle", Rio, 1949, 47 pgs. in. 8.º Edição limitada a 30 exemplares).

"Paquetá a Pedro Bruno" — (Notas biográficas do pintor, por ocasião da inauguração de sua herma. 250 ex., in 8.º, 47 pgs. ilustradas, Rio, 1948).

"A Confederação Rural Brasileira" — (História de sua fundação. 3.000 exs. in 4.º, 18 pgs. 1951, Separata da revista "A LAVOURA").

"A Sociedade Nacional de Agricultura — Resumo Histórico" — (in 8.º, 3.000 exs., 180 pgs. ilustradas, Rio, 1942).

Notas diversas

Chefe do Serviço de Imprensa e Divulgação da Confederação Rural Brasileira.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Sócio efetivo da Sociedade Numismática Brasileira de São Paulo.

Sócio fundador da Sociedade Numismática do Rio de Janeiro e membro de outras instituições históricas e artísticas do Brasil.

A LAVOURA, ao divulgar essas notas presta assim, uma justa e merecida homenagem ao sr. Luiz Marques Poliano, velho companheiro em todas as fases de lutas e de glórias da Sociedade Nacional de Agricultura, que, pelo seu próprio esforço, de ajudante de secretaria, em 1920, ocupa hoje o elevado cargo de Secretário Geral da instituição, que soube sempre honrar e dignificar.

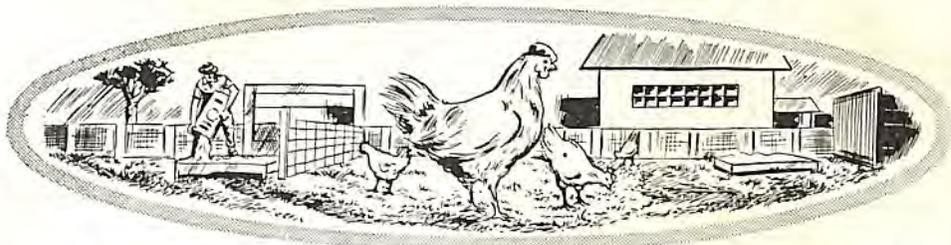
Ao prezado companheiro de trabalho, pois, as congratulações daqueles que trabalham na mais antiga revista agrícola do país, órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

(Continuação da pág. anterior)

Sêcas", — colocou a questão em seus verdadeiros termos econômicos e ecológicos, colhendo dados que escassejavam até então sobre a agrologia, a zoologia, a química vegetal e os recursos naturais da região. O agrônomo, de acordo com a sua formação profissional e cultural, vê no estudo dos vales, das várzeas, das vertentes e das baixadas, o que passa despercebido ao engenheiro civil que só procura conhecer as propriedades mecânicas do solo para fundir as suas obras grandiosas. — Mesmo nas altas esferas da administração pública havia até alguns anos passados muita incompreensão do que fosse o papel do agrônomo na economia nacional. Recordo-me que, estudando certa vez um plano de instruções para uma comissão que ia fazer um reconhecimento das condições de navegabilidade do Araguaia e colher dados sobre as possibilidades econômicas da região, sugeri que dela fizesse parte um agrônomo para informar a respeito dos respectivos solos e das culturas que comportava seu aproveitamento. "Subindo" o meu trabalho alguns degraus na hierarquia funcional, o "meu" agrônomo foi transformado em "Botânico" e, afinal, acabaram mandando um "filósofo"... A comissão nada trouxe de útil e deixou no seu rastro alguns inquéritos administrativos incômodos... Foram-se, presente, gerações de agrônomos bem instruídos e capazes de uma colaboração eficaz para que o Brasil não perca as suas tradições de país essencialmente agrícola: este colosso de oito e meio milhões de quilômetros quadrados se desmoraliza e se compromete irremediavelmente, importando batatas e manteiga inferior da Holanda e da Dinamarca e banha estragada da Argentina... Com economias que resolvem nossas dificuldades momentâneas com providências desta ordem, vamos à glória, na linguagem do povo... O problema é de maior alcance e estava a exigir a mobilização dos agrônomos. Graças à iniciativa e à visão do saudoso Ministro Fernando Costa, assistido por profissionais da agronomia competentes e capazes, entre os quais lembro o agrônomo Heitor Grillo, construímos a magnífica instalação do quilômetro 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo; devemos, agora, aproveitá-la no máximo da eficiência, utilizando os seus diplomados nos postos que lhes competem no fomento da economia nacional. A organização atual do Ministério da Agricultura já representa um passo à frente, mas a sua dotação orçamentária é muito reduzida e não lhe permite agir nas

(Conclui na pág. 54)

Sr. fabricante de rações



OS AVICULTORES CONFIAM NA PUREZA DE SEUS PRODUTOS!

O papel desempenhado pelas Rações, na nutrição das aves, é sem dúvida, importantíssimo.

Da excelência das Rações dependem o desenvolvimento e a produção de aves fortes e saudáveis.

Daí a confiança dos consumidores no seu produto. Porém, um simples contacto com líquidos ou substâncias tóxicas, poderá anular todos os benefícios, além de comprometer seriamente a reputação de sua marca de fabricação.

Somente uma embalagem moderna, impermeável e resistente assegurará o valor inestimável dessas rações, quando transportadas ou armazenadas.

Por isso o sr. deve usar na sua Fábrica os Sacos de Papel Multifolhados Bates - a embalagem ideal.



*Veja
porque o sr.
deve adotar
os sacos
multifolhados
BATES!*

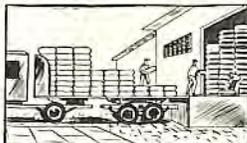
São constituídos de 1 a 6 folhas de resistente papel Kraft especial, de conformidade com as condições de transporte e armazenamento e de acordo com as especificações de cada produto.



Proporcionam, dessa forma, uma proteção integral ao conteúdo, evitando a sua deterioração por ação da umidade e o seu envenenamento por contágio com produtos cáusticos ou tóxicos.



Oferecem ainda grandes vantagens econômicas ao fabricante e ao consumidor, pois economizam espaço nos veículos de transporte, e nos armazéns, poupando tempo e mão de obra nessas operações.



Hegui



BATES VALVE BAG CORPORATION OF BRAZIL

SÃO PAULO - (Matriz):

Rua Barão de Itapetininga, 93 - 11.º And.

Fone: 34-5183 - Caixa Postal, 8.111

RIO DE JANEIRO:

Avenida Presidente Vargas, 290 - 4.º And.

Sala 403 - Fone: 23-5186

Enderço Telegráfico: "BATESBAGS"

REPRESENTANTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

Agrada mais

a nova
embalagem



- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica

Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açúcar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açúcar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



**açúcar
PEROLA**

saco azul e cinta encarnada

fabius